

DAVID TIAGO CARDOSO

**ATRAVÉS DO ESPELHO:  
Gênero e Masculinidade nas práticas discursivas das Equipes de  
Referência do CREAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Beiras

FLORIANÓPOLIS  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cardoso, David Tiago

Através do Espelho : Gênero e Masculinidades nas  
práticas discursivas das equipes de referência do  
CREAS / David Tiago Cardoso ; orientador, Adriano  
Beiras, 2018.

246 p.

Dissertação (mestrado profissional) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós  
Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Construcionismo Social. 3.  
Gênero. 4. Masculinidades. 5. Assistência Social.  
I. Beiras, Adriano. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia. III. Título.

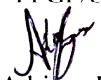
*David Tiago Cardoso*

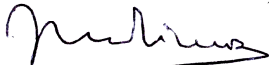
***Através do espelho: gênero e masculinidades nas práticas discursivas  
das Equipes de Referência do CREAS***

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de Março de 2018.

  
Dr. Carlos Henrique Sarcineto da Silva Nunes  
(Coordenador - PPGP/UFSC)

  
Dr. Adriano Beiras  
(PPGP UFSC - Orientador)

  
Dr. João Manuel de Oliveira  
(PPGP UFSC - Examinador)

  
Dr. Rodrigo Otávio Moretti Pires  
(PPGSC UFSC - Examinador)

Dedico este estudo às minhas filhas e à minha esposa, que me constroem e desconstroem a todo momento, cada qual ao seu jeito. Todo o meu amor hoje e sempre.



## AGRADECIMENTOS

Nesta dissertação não existe palavra vazia de sentido, frases que não tenham sido atravessadas por afetos, muito menos parágrafos que não tenham sido construídos nos diálogos e conversas. Cada folha dessa dissertação é polifônica e guardam com carinho cada momento de sorriso e cada momento de tristeza, e, por ser assim, nomearei cada voz e já deixo registrado os meus agradecimentos!

À minha família. Gislaine, minha esposa, não foi fácil e por muitas vezes o mais fácil teria sido ter abandonado, mas você esteve ao meu lado, me apoiando desde o início. Maria Eduarda, a fruta que caiu longe do pé, mas a vida trouxe para bem perto, conte comigo para desbravar o universo. Maria Catarina, minha pequena esperança, papai chorou muito por tentar dar conta desta dissertação e de cuidar de você. Vocês três, as melhores feministas que a vida poderia ter colocado em meu caminho, dizer “amo vocês” é pouco, mas sempre necessário.

À minha mãe e ao meu pai. Mãe, sei que você abandonou muitos dos seus sonhos para que eu pudesse viver os meus. Pai, você é a minha referência, assim como você, desafiei a vida e segui caminhos que nem sempre foram tranquilos. Sem vocês dois essa dissertação não seria possível, agradeço pelo apoio financeiro, mas, o mais importante, o apoio afetivo. Aos meus irmãos, Raniéri e Gustavo, meu amor e agradecimento.

Aos meus amigos. Marlon, amigo e compadre, se não fosse a sua insistência nada disso seria possível. Rochelle, "cumadi", por consertar os erros de português e compartilhar a leitura. Natalli, minha dupla de referência. Laudair, pelas convergências e divergências. Ana Luíza, irmã de mestrado. Paula, por compartilhar as tretas e risadas ao longo do caminho.

Gratidão ao meu orientador Adriano Beiras. Compartilhamos risadas e desconfortos ao longo do caminho. Concordamos, discordamos, falamos e nos silenciamos. A cada orientação um aprendizado, a cada “gravou isso?” um afeto que gravei e guardo na memória.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Aos colegas e professores do Núcleo de Pesquisas Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero). Aos professores membros da banca que apontaram caminhos para novas reflexões.

A toda a equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, copesquisadoras e copesquisadores, que aceitaram compartilhar palavras e afetos presentes em seus cotidianos de trabalho.

Meu eterno agradecimento a todas as pessoas aqui citadas!





*“A única forma de chegar ao impossível, é acreditar que é possível.”*

Lewis Carroll.



## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	17
2. INTRODUÇÃO .....	21
3. Construcionista Social, construcionista relacional ou pós-construcionista: Afinal de contas quem sou eu? .....	29
3.1. Construcionismo Social.....	31
3.2. Construcionismo relacional.....	34
3.3. Pós-construcionismo .....	38
3.4. Considerações .....	44
4. Assistência Social - Vulnerabilidade social, vida precária e corporificação social .....	48
4.1. As/os usuárias/os da Assistência Social .....	54
4.2. Vulnerabilidade Social .....	58
4.3. Corpos Abjetos e Vidas Precárias .....	60
4.4. Corporificação Social.....	63
4.5. Considerações .....	66
5. Gênero: Uma categoria útil para a Política Pública de Assistência Social? .....	69
5.1. Assistência Social: um campo de atuação .....	70
5.2. Gênero e as categorias possíveis .....	72
5.3. Reconhecendo Ações para a Assistência Social.....	76
5.4. Considerações .....	79
6. Violência de Gênero: Um olhar sob a perspectiva construcionista.....	81
6.1. Violência .....	82
6.2. Violência de Gênero.....	85
6.3. Considerações .....	91
7. Possibilidades Metodológicas na perspectiva do Construcionismo Social .....	93
7.1. Uma questão de método .....	97
7.2. Estudo de Caso: construindo um método construcionista....	99

7.2.1. Linguagem.....	102
7.2.2. Grupo.....	104
7.2.3. Perguntas .....	107
7.3. Dos Mapas Dialógicos às Nuvens Dialógicas: as possibilidades de compreender a matriz de inteligibilidade na pesquisa construcionista .....	112
7.3.1. Mapas Dialógicos .....	116
7.3.2. Nuvens Dialógicas.....	119
7.4. Procedimentos .....	126
7.5. Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS .....	127
7.6. Participantes: as pessoas copesquisadoras.....	130
8. Gênero e Masculinidade no Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Um olhar socioconstrucionista sobre as práticas discursivas das equipes de referência .....	132
8.1. Repertórios sobre Gênero e Masculinidade.....	132
8.2. Algumas considerações .....	167
9. NOTAS FINAIS .....	171
10. Referências .....	179
ANEXOS.....	200
APÊNDICE A.....	243

## RESUMO

O Sistema Único de Assistência Social é a política pública brasileira organizada para o atendimento de pessoas em situação de violência por meio de proteções sociais. Na Proteção Social Especial de Média Complexidade, quando a violência já faz parte do contexto relacional das pessoas, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é responsável por elaborar ações que viabilizem a superação das múltiplas violências vivenciadas. Assim, o objetivo desta pesquisa foi problematizar as práticas discursivas de gênero e masculinidade das equipes de referência que atuam no CREAS do município de Itajaí-SC, que possibilitam o trabalho social com pessoas em contexto de violência de gênero. Utilizou-se do Construcionismo Social e as Teorias Feministas, em especial, as Pós-estruturalistas, que deram sustentação epistemológica na construção de um conhecimento localizado, parcial, aberto e contingente sobre as categorias Gênero e Masculinidade. Os caminhos metodológicos também são sustentados pela alternativa construcionista, sendo utilizado o Estudo de Caso, elaborado em conjunto com as pessoas participantes da pesquisa, utilizados como mediadores dos diálogos. Ao todo foram construídos quatro casos com a participação de 18 pessoas. Na Análise das Práticas Discursivas foram organizados por meio de quatro Mapas Dialógicos e quatro Nuvens Dialógicas. Os repertórios estão divididos em três grupos: Expressões de Gênero e Masculinidade; Violência de Gênero; Práticas de trabalho. As práticas discursivas constroem gênero e masculinidade por meio do binarismo homem-mulher. Na categoria Masculinidade, a mesma é colocada em corpos masculinos e violentos e o alvo são mulheres. A construção do sentido de gênero permite que as práticas ofertadas às usuárias e aos usuários reflitam estes binarismos e mantém a corporificação social. A matriz de inteligibilidade é a matriz cisheteronormativa, contudo a mesma apresenta fissuras que possibilitam um espaço para a transformação: homossexualidade; identidade trans, masculinidade feminista, trabalho grupal. Conclui-se que Gênero e Masculinidade devem ser trabalhados na Assistência Social como categorias importantes no trabalho realizado, com a intenção de superar a violência e permitir que um grande número de corpos possa tornar-se inteligíveis.

Palavras-chaves: Construcionismo Social; Gênero; Masculinidades; Assistência Social.



## ABSTRACT

The Public Policy of Social Assistance. is the Brazilian public policy organized to care for people in situations of violence through social protection. In the Special Social Protection of Medium Complexity, when violence is already part of the relational context of the people, the Specialized Reference Center for Social Assistance - CREAS is responsible for elaborating actions that enable the overcoming of the multiple violence experienced. Thus, the objective of this research was to problematize the discursive practices of gender and masculinity of the reference teams that work in the CREAS of the city of Itajaí-SC, that make possible the social work with people in context of gender violence. We used Social Constructionism and Feminist Theories, especially the Post-structuralists, who gave epistemological support in the construction of a partial, open and contingent knowledge about the categories Gender and Masculinity. The methodological paths are also supported by the constructionist alternative, using the Case Study, prepared in conjunction with the people participating in the research, used as mediators of the dialogues. In all, four cases were built with the participation of 18 people. In the Analysis of Discursive Practices were organized through four Dialogical Maps and four Dialogical Clouds. The repertoires are divided into three groups: Expressions of Gender and Masculinity; Gender Violence; Work practices. Discursive practices construct gender and masculinity through male-female binarism. In the Masculinity category, it is placed on masculine and violent bodies and the target are women. The construction of the sense of gender allows the practices offered to the users and the users to reflect these binarisms and maintain the social embodiment. The matrix of intelligibility is the matrix cisheteronormativa, however it presents cracks that allow a space for transformation: homosexuality; trans identity, feminist masculinity, group work. it is concluded that Gender and Masculinity should be worked on in Social Work as important categories in the work carried out, with the intention of overcoming violence and allowing a large number of bodies to become intelligible.

**Keywords:** Social Constructionism; Gender, Masculinities; Public Policy of Social Assistance.





## 1. APRESENTAÇÃO

Atenção! Aqui quem escreve é um Homem. Heterossexual. Branco. Cisgênero. Da Classe Média. Coloco pontos, mas poderia utilizar reticências, pois cada uma destas categorias possui uma voz que em conjunto produzem sentidos nas relações construídas cotidianamente, em especial, na atuação como psicólogo na política pública de Assistência Social em conjunto com outras trabalhadoras e trabalhadores, no encontro com as usuárias e usuários vulnerabilizados por contextos de pobreza e extrema pobreza.

Atravessado pela violência que essas características evocam, gritaria como quando um punk que fui e esqueci na adolescência: "*Mate-me, por favor!*". Mas logo em seguida, o psicólogo e trabalhador da Assistência Social solicita uma reflexão: quais os sentidos que essas categorias produzem em minha corporificação? Materializam meu corpo? Há como escapar dessa violência que a norma evoca? É possível um homem, nas categorias destacadas, escapar ao enquadramento que o coloca como uma masculinidade hegemônica e apreendida como violenta?

Essas perguntas surgiram ao longo da caminhada enquanto trabalhador da Assistência Social, quando conduzia grupos constituídos por mulheres não-brancas, em sua maioria vivendo em situação de pobreza e sem desconfiar que nem todas ali poderiam não ser heterossexuais. Uso o verbo "conduzir" pois era assim que funcionava, sem querer utilizar outro verbo que pode ser também falacioso, como o verbo "facilitar". Quando falo em conduzir digo no processo de falar pelas mulheres e dizer como deveriam viver. Assumir isso aqui é dar voz ao punk "*Mate-me, por favor!*".

Seria fácil fazer o apagamento do sujeito que fui e que precisa estar atento para continuar não sendo. Contudo, ao encontrar ao longo da caminhada na Assistência Social movimentos políticos de usuárias, compreendi que não era

---

<sup>1</sup> Livro escrito por Larry "Legs" McNeil e Gilliam McCain que conta a história do punk.

necessário me apagar, mas me reconstruir, reconstruir minha masculinidade. Foi neste processo de reconstrução que surgiu o Mestrado em Psicologia e o interesse de me compreender a partir da compreensão do Outro e para isso foi necessário atravessar o espelho.

Neste atravessamento, o meu Outro é polifônico e, por ser assim, demanda de mim desconfortos por desestabilizarem minha matriz de inteligibilidade, aquela que permite um autorreconhecimento enquanto sujeito, apresentada no primeiro parágrafo. A desestabilização da matriz acontece no encontro de outras matrizes que me escapam, mas não escapam ao meu Outro. Isso porque no mestrado foi possível entrar em contato com uma quantidade significativa de corpos desviantes da matriz de inteligibilidade cisheteronormativa. Foi na relação com gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans e pessoas não-binárias que foi possível o desconforto do reconhecimento de tantos corpos que estavam apagados da minha visão.

Mas ainda há as trabalhadoras e os trabalhadores do Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Estes também um conjunto de vozes que de alguma maneira apresentam algo em que foi possível refletir. E aqui o refletir assume uma dupla função: reconhecimento e pensamento. Por meio das práticas narradas ao longo da pesquisa, foi possível reconhecer, como quem olha no espelho, as mesmas práticas realizadas no meu cotidiano de trabalho, seja por mim mesmo, seja pelas pessoas que trabalham comigo. Por meio das narrativas também foi possível pensar em como desconstruir, superar ou transcender a estas práticas. O desconforto de tantas práticas que estavam normatizadas no meu cotidiano e que precisam ser repensadas.

Não apresento apenas aqui palavras acadêmicas que buscam um lugar em alguma estante empoeirada ou em alguma base de dados esperando algum clique. Apresento meus desconfortos, minhas inquietações e a construção de um saber localizado. Esses efeitos encontram fundamentação em matrizes epistemológicas que dialogam ora em harmonia, ora em conflito. Falo do Construcionismo Social e das Teorias Feministas, com ênfase na pós-estruturalista, mas sem abandonar as demais. Estas,

em vez de reconfortar, fazem justamente o contrário, insistem no desconforto. O desconforto de não produzir uma verdade universal e essencialista, tendência de um *Self* construído na Ciência Moderna.

O próprio título convida ao desconforto, por ser referência direta a um dos livros de Lewis Carroll, "Alice através do Espelho e o que ela encontrou por lá". Carroll é reconhecido por muitos pelo seu brilhantismo como escritor e pelo amor que possuía por Alice Liddell, menina que o inspirou a construir a personagem Alice, sendo assim, um pedófilo. Contudo, em uma nova biografia escrita por Edward Wakeling, "Lewis Carroll: the man and the circle", desconstrói essa suspeita, ao afirmar que Lewis gostava de crianças num contexto geral, especialmente as meninas, as quais considerava um desperdício não frequentarem escolas e por ser a mortalidade infantil muito grande na época, os pais compravam retratos de seus filhos e filhas com a representação de anjos, muitas vezes nus e por Lewis tirar alguns desses retratos, o boato da pedofilia se espalhou. Desta forma, para compreender Lewis é preciso compreender a sua época, o contexto social e histórico, fazendo uma leitura daquela realidade. Tanto Carroll quanto o termo "pedofilia" são construções do século XIX, sendo que o segundo não era tratado como algo patológico, como nos dias atuais.

Assim, eis o meu convite: a leitura! Mas não qualquer tipo de leitura. Gostaria de convidar você a uma leitura interessada pelo diálogo reflexivo. Ou seja, que por meio das palavras escritas aqui, das inúmeras vezes apresentadas nestas linhas, você possa construir sentidos que rompam com enquadramentos excludentes e vulnerabilizantes. Que você possa romper com, ou, pelo menos, olhar, seu enquadramento e ampliar sua matriz de inteligibilidade, possibilitando que tantas outras pessoas possam existir enquanto sujeitos de direito.

Que no último ponto desta dissertação você não precise gritar: Mate-me, por favor! Mas que crie caminhos dialógicos que possibilitam dizer: Vamos viver! Este foi o esforço desempenhado aqui, entre os cacos do espelho estilhaçado e a moldura fragilizada pelos Feminismos e pelo Construcionismo Social, que todas as pessoas possam encontrar ecos, seja nos

desconfortos, seja no conforto do reconhecimento de também estar em reconstrução, ou ainda nas críticas de quem não concorda. Estou aberto a mais desconfortos, não se preocupe.

Uma boa leitura!

## 2. INTRODUÇÃO

Por onde começar? Estou sentado em frente ao computador e sua tela branca com uma barra piscando solicita por qualquer palavra que diga que algo começou. Lá fora o dia está nublado e uma brisa fria entra pela sacada. Um clima incoerente para o verão em pleno carnaval, no litoral catarinense, no Sul do Brasil. Estou sozinho em casa, pois minhas filhas e esposa saíram para comprar pão. Escuto o som da água fervendo na chaleira para passar o café. Este é o cenário de onde começo a pensar a introdução desta dissertação.

Penso na incoerência do clima para pensar nas minhas incoerências. Talvez, você já tenha notado que o parágrafo acima está comprometido com o feminismo, por ser uma inspiração do texto de Adrienne Rich (2002) "*Notas para uma política de localização*", escrito em 1984. E é por meio da minha política de localização que transitarei nestas notas introdutórias, afim de deixar visível os efeitos da minha construção.

Enquanto Rich escrevia suas notas, uma mulher passava por um processo de gestação para se tornar mãe de um menino, enquanto o homem, futuro pai, trabalhava. É assim que se inicia a narrativa dentro uma construção binária de gênero. Mulheres concebem filhos, homens trabalham e a vida segue. Construída como mulher-mãe, minha mãe deu à luz a uma criança, eu, enquanto meu pai-homem esperava na sala de espera do hospital. Esta criança foi criada para ser um menino-homem, para crescer e repetir a mesma narrativa. Poderia conseguir algo diferente?

Eis-me aqui buscando romper com a norma sabendo que no máximo que conseguirá neste momento é alguma desestabilização da mesma, isso porque, após anos de construção dentro dessa matriz a dúvida que vem é: quanto tempo mais para uma desconstrução e uma reconstrução dentro de uma masculinidade feminista? (hooks, 2017). Talvez, uma vida. Talvez em conjunto com outras vidas, sem viver o "antes/interior" e o "após/exterior" e passando a viver o *entre*, no jogo de linguagem produzidos por nós, essas vidas em relação.

Durante os dois anos de mestrado fui me desafiando e fui sendo desafiado a olhar o mundo não mais como algo estático e fatalista. Lancei-me e fui lançado a pensar o mundo sem uma realidade *a priori*. Nestes termos, fui construindo uma outra realidade, não tão distante da anterior, mas uma realidade em que habitavam tantas outras pessoas que não participavam das minhas relações, não porque não existiam, mas porque não estavam dentro da minha categoria de pessoas relacionáveis, o que de certa forma, deixavam de existir para mim, ainda que não completamente.

Com as feministas olhei fundo nos olhos dos meus privilégios, aprendi a ficar desconfortável com eles. Comecei a sentir a angústia em estar com outros homens igualmente vivendo em privilégios e não conseguir falar: "Caras, vamos mudar isso! Está errado!". A angústia vinha de um medo de não ser aceito e viver em um "não lugar" (Augé, 2005), ou seja, não haver espaços relacionais para mim no feminismo e muito menos no machismo. Com o tempo, com leituras e relações, o nó na garganta soltou e foi possível habitar um lugar de fala, de poder desconfortar estes outros homens. Alguns ao ouvir se distanciaram, outros buscaram refletir, concordando ou não.

E falando de leituras e relações, foram justamente elas que me fizeram conhecer o Construcionismo Social e o modo como também desestabiliza as verdades universais e que essencializam o mundo. Por meio do discurso construcionista foi possível estar em contato com autoras feministas sem precisar reivindicar (forçar, clamar) um lugar no feminismo, orientando-me pelas palavras da feminista Kelley Temple proferidas em seu Twitter em 2012, onde afirma: "*Homens que querem ser feministas não necessitam de um lugar dado dentro do feminismo. Eles precisam pegar o espaço que têm na sociedade e torná-lo feminista*".<sup>2</sup> Prefiro, portanto, definir-me como pró-feminista, ou um pesquisador que por meio do construcionismo social possui

---

<sup>2</sup> Kelley Temple (@kelley\_temple) "Men who want to be feminists do not need to be given a space in feminism. They need 2 take the space they have in society & make it feminist", postado em 07 de outubro de 2012.

uma sensibilidade feminista, usando a noção de Núñez Noriega (2008) ao falar de sua sensibilidade *queer*.

Essa sensibilidade, fundamentada, portanto, tanto no Construcionismo Social quanto nas teorias feministas, possibilita-me questionar o lugar na sociedade, problematizar meus privilégios, dar visibilidade a minha experiência, ficando desconfortável e atento aos deslizes que podem, e tenho certeza, vão acontecer, seja no meu cotidiano, seja nas linhas desta dissertação. Antes receoso com os apontamentos sobre os deslizes, hoje de braços abertos para recebê-los e por meio destes apontamentos, permanecer atento e reconstruindo minha masculinidade.

Ao mesmo tempo em que estas epistemologias me ajudam a olhar para mim e a minha construção, também permitiram a construção de uma pesquisa que não expressasse apenas uma realidade, mas que compreendesse que a realidade estava em construção em conjunto com as/os participantes em um determinado espaço. As/os participantes são as trabalhadoras e os trabalhadores que atuam no espaço conhecido como Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Estas/es participantes e este espaço não surgem por acaso, vem da minha trajetória profissional.

Iniciei esta trajetória no Sistema Único de Assistência Social - SUAS do município de Balneário Camboriú, em Santa Catarina, no final do ano de 2010. O SUAS é a responsável por construir, na medida do (im) possível, uma política de proteção social, concebida desde a Constituição Federal Brasileira, de 1988. Desta forma, o SUAS, constitui o trabalho para a superação de barreiras, vulnerabilidades, riscos e violação de direitos sociais produzidas pela história sociopolítica do país, fundamentado pelos princípios da supremacia do atendimento às necessidades sociais, universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária.

No SUAS, portanto, o primeiro serviço em que atuei foi o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de

Serviços à Comunidade - MSE, comumente chamado de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Foram dois anos trabalhando com adolescentes, em grande maioria homens, heterossexuais, não-brancos, de bairros pobres do município. Nesse serviço busquei trabalhar questões de identidade, família e projeto de vida, por indicação da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

Em seguida, fui transferido para o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI onde trabalhei com famílias em situação de violência. Um aspecto que sempre me inquietou eram os poucos encaminhamentos de mulheres, gays, lésbicas e população trans para o serviço, dando a impressão que o município era referência na proteção a esta população. Grande parte das famílias que chegavam ao serviço era encaminhada devido à violência vivenciada por crianças, sendo estas famílias consideradas nuclear ou monoparental, de classe média baixa ou pobres, negras ou pardas.

A única situação de violência contra mulher que atendi em um ano foi a que aconteceu em uma família, onde o companheiro a mantinha em cárcere privado. Contudo o atendimento foi suspenso, pois o secretário na época articulou para que a mesma fosse transferida para a cidade da família de origem, no Oeste catarinense, contra a vontade desta mulher. Indignação.

Assim, foi no trabalho social com famílias e indivíduos fragilizados e vulnerabilizados devido ao contexto de desigualdade e negação de direitos sociais que algumas questões começaram a se fazer presentes: Como uma pessoa da Classe Média pode contribuir com as questões e demandas da população pobre e em extrema pobreza? Como um homem pode falar de direitos das mulheres para as mulheres? Que linguagem é possível para não produzir práticas que legitimem a desigualdade?

Essas questões não foram respondidas ao longo destes sete anos de prática. Sendo que outras questões começaram a surgir, somando-se a estas: Existe uma ideologia que possa fragilizar ou potencializar o trabalho com as famílias? Meus/minhas colegas de trabalho possuem as mesmas inquietações? Quando se fala de violência de gênero existe um



entendimento do que é violência, do que é gênero? Com tantas questões e afetações, estando implicado, foi inevitável que meu campo de investigação possível fosse o Sistema Único de Assistência Social, tendo como foco o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, equipamento da política pública de Assistência Social, onde o PAEFI e as MSE são ofertados.

Assim, o *objetivo foi problematizar as práticas discursivas de gênero e masculinidade das equipes de referência que atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que possibilitam ou impossibilitam o trabalho social com famílias e sujeitos em contexto de violência de gênero*. Com tantas categorias em um só objetivo, creio ser necessário algumas explicações para situar onde pretendi chegar.

Neste sentido, **práticas discursivas** demarcam o interesse da pesquisa em focar na linguagem, por estas implicarem em "[...] ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão. Constituem, dessa forma, um caminho privilegiado para entender a produção de sentido no cotidiano" (Spink & Frezza, 2013, p. 20-21).

Sendo o **sentido** uma construção coletiva onde as pessoas na dinâmica das relações sociais localizadas histórica e culturalmente, constroem os termos a partir dos quais compreendem e se posicionam em situações cotidianas (Spink, 2010), no âmbito da pesquisa as práticas discursivas produziram três sentidos para Gênero: Expressão de Identidade (homem – mulher); Construção da Violência; Práticas sociais para o trabalho. Para chegar nestes sentidos, foi preciso acontecer aquilo que nomeio como "atravessar o espelho", pois era preciso ir além do reflexo do campo.

Atravessar o espelho é assumir que esta pesquisa não "reflete" a realidade, mas que a realidade aqui expressa foi construída em conjunto com outras pessoas, em um processo relacional de cocriação. Da mesma forma, atravessar o espelho é enfatizar que existe algo para além da moldura, algo que escapa, que não está lá discursivamente materializado, mas que

permanece espectral como uma possibilidade de romper a própria moldura, ou ao menos, criar fissuras impossíveis de serem reparadas.

Estas fissuras não são construções de autoria feminista ou construcionista, mas sim capturadas por seus discursos epistemológicos e colocadas em destaque, como que para envergonhar o próprio campo, as/os participantes e o próprio pesquisador. Para mostrar que o espectro está ali, mas não se materializa por não encontrar lugar nas práticas sociais. Assim, como o discurso hegemônico é repetido e reiterado por várias vezes e de muitos modos para permanecer vivo, o espectro o segue. Eis uma das fissuras da moldura que só é percebida quando existe a mudança do reflexo para reflexividade, ou seja, quando o exercício da capacidade de refletir sobre a experiência e as ações acontece, onde o pesquisador é posicionado em um contexto particular e autorrepositivo na medida que as experiências acontecem com as pessoas participantes e o próprio campo (Spink, Brigagão, Nascimento & Cordeiro, 2014), neste caso, no CREAS.

Desta forma, sendo as práticas discursivas entendidas como os diferentes modos em que os sujeitos, através dos discursos, ativamente produzem realidades psicológicas e sociais (Spink & Gimenes, 1994), as páginas a seguir buscam deixar visíveis as práticas discursivas construindo realidades em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Os repertórios narrativos estão flutuando em sua nuvem dialógica, capturados nas vozes de profissionais de referência por meio de perguntas realizadas em processos grupais, da mesma forma que desnuda as fissuras dos enquadramentos de Gênero e Masculinidade.

O convite, então, é caminhar pelos capítulos produzidos por meio de epistemologias que se encontram as margens (Beiras & Cantera, 2014). No primeiro capítulo intitulado "*Construcionista Social, construcionista relacional ou pós-construcionista: Afinal de contas quem sou eu?*", busco fundamentar epistemologicamente e informar quais as ferramentas serão utilizadas para a construção da realidade da pesquisa. Ao me questionar quem sou dentro destes

construcionismos, procuro olhar para as epistemologias de modo crítico e desconfiado para suas "adjetivações", da mesma forma, o interesse é encontrar em cada um destes adjetivos algo que permita-me caminhar pelo saber-fazer Ciência.

Os capítulos seguintes são destinados a pensar o Sistema Único de Assistência Social por meio da epistemologia construcionista e das epistemologias feministas. Assim, o capítulo intitulado "*Assistência Social - Vulnerabilidade social, vida precária e corporificação social*" coloca para debater a vulnerabilidade por meio dos conceitos de vida precária de Judith Butler e corporificação social de Raewyn Connell, ainda que sejam de epistemologias diferentes, é por meio do dissenso que busco ir construindo uma ontologia compartilhada entre as duas autoras para as/os usuárias/os da Assistência Social.

Em seguida, apresento o capítulo "*Gênero: Uma categoria útil para a Política Pública de Assistência Social?*" com o objetivo de marcar o campo da assistência social brasileira por meio dos estudos de gênero e de masculinidades de modo a ampliar a matriz de inteligibilidade das práticas sociais e de documentos técnicos que fundamentam estas práticas. No capítulo "*Violência de Gênero: Um olhar sob a perspectiva construcionista*" marco a compreensão de como a violência pode ser estudada por meio do Construcionismo Social. Estes capítulos dão espaço para chegar aos capítulos reservados para os caminhos metodológicos.

O capítulo 4 apresenta estes caminhos que levaram a denominar esta pesquisa como construcionista. Por meio da construção coletiva de estudos de casos e dos diálogos com as pessoas participantes no campo, definidas aqui nesta pesquisa como copesquisadoras, foi possível alcançar o objetivo proposto, que é construído por meio das reflexões e problematizações que apresento no capítulo 5. Ao problematizar as práticas discursivas e os sentidos construídos sobre Gênero e Masculinidade das equipes de referência do CREAS foi possível tecer algumas considerações, como por exemplo, a necessidade de ampliar a matriz de inteligibilidade e de possibilitar o trabalho coletivo para o atendimento das usuárias e dos usuários atendidos nos serviços.

Afirmo aqui que esta introdução tem o aspecto de apresentar um cenário que convida à crítica. Mais uma vez afirmo que aqui, nesta dissertação, que as palavras utilizadas buscam não descrever uma realidade, mas sim, mostrar como a realidade foi construída nos dias que eu e as/os participantes estivemos nos relacionando, negociando sentidos, sempre por meio da linguagem, seja ela expressa por verbalizações, por silêncios ou por sorrisos. Esta linguagem começo a (re) construir agora.

### **3. Construcionista Social, construcionista relacional ou pós-construcionista: Afinal de contas quem sou eu?**

Coloco em destaque a pergunta que pretendo responder com esta dissertação: *Quais as práticas discursivas de gênero e masculinidade das equipes de referência que atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS que constroem o trabalho com famílias e sujeitos em contexto de violência de gênero?* Para ter uma resposta satisfatória, preciso encontrar um caminho epistemológico que me permita a construção desta resposta. Mas isso me leva a uma questão inevitável: Qual epistemologia?

Ao longo dos dois anos de Mestrado, em conjunto com colegas, professoras e orientador, fui colocado frente a frente com inúmeras epistemologias (construídas por Michel Foucault, Baruch de Espinosa, Judith Butler, para citar algumas autorias), onde encontrei também o Construcionismo Social. Não que tenha sido amor à primeira vista, muito menos um amor incondicional, por várias vezes me senti tentado a abandoná-lo. O motivo desta tentação era a insegurança de uma epistemologia que não se definia como teoria e apresentava inúmeros autores que se compreendiam construcionistas, ora construcionistas sociais, ora construcionistas relacionais ou ainda pós-construcionistas. Contudo, as leituras foram abrindo um horizonte de possibilidades e levaram-me a uma outra tentação: afirmar que também sou construcionista.

Assim, poderia continuar com o inevitável clichê da frase shakespeariana presente em “A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca”: Ser ou não ser, eis a questão. Mas deixarei reservada para as considerações finais, para seguir caminhando como Alice, quando se questiona: *“Tenho uma ligeira lembrança de que me senti um bocadinho diferente. Mas, se não sou a mesma, a próxima pergunta é: Afinal de contas quem sou eu? ’ Ah, este é o grande enigma! ”* Sim, esse é um grande enigma epistemológico

proposto aqui: seria eu um construcionista social, construcionista relacional ou pós-construcionista?

Pensar neste enigma passa por primeiro compreender que o discurso científico moderno estabeleceu como tarefa a produção de um retrato real do mundo, pressupondo que esse mundo real, essa realidade, tem como atributos a exterioridade, a independência do observador, possuindo características estáveis, sendo assim, singular e estática, se apresentando da mesma forma a todos que a observam (Moscheta, 2014), universalizando e essencializando as explicações a cerca de seu objeto, no caso da Psicologia, o comportamento humano.

Contudo, com a Pós-modernidade, essa concepção começa a ser questionada. Bruno Latour (1994) compreende que esse pós-modernismo é um sintoma da modernidade e não uma nova solução para ela, pois vive sob a constituição moderna, sem acreditar nas garantias que esta oferece. Em outras palavras, na dita pós-modernidade coloca-se em suspeita o discurso científico moderno de modo a questionar sua autoridade, antes concebida como A Verdade, única e intransponível. Contudo, tanto Jean-François Lyotard (1996) quanto Judith Butler (1998) fazem eco a Latour ao alertarem que a Pós-modernidade e o pós-moderno não significam exatamente "recente" ou "novo", por se tratar de um sentido mais amplo do pensamento e da ação, situando-se como uma forma de "curar" os males da Modernidade, lançando a dúvida sobre a possibilidade do novo que não está conectado ao "velho".

Segundo Lyotard (1988) o pós-moderno caracteriza-se, portanto, como a incredulidade frente às metanarrativas vistas como atemporais e universalizantes. Por metanarrativas utilizo as palavras de Michel Foucault (2014),

Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. [...] *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer.

Assim, o objetivo aqui vai além de definir quem sou para a pesquisa acadêmica, passa em compreender o "construcionismo" e suas adjetivações por meio daquilo que dizem, permanecem dizendo e estão ainda por dizer. Assim, a proposta é realizar um exercício de metalinguagem, utilizando o "construcionismo" para explicar o próprio construcionismo, seja ele social, relacional ou pelo prefixo "pós".

### **3.1. Construcionismo Social**

Escapando da modernidade e encontrando um campo fértil no que compreende ser a pós-modernidade, o Construcionismo Social surge como um discurso possível para a Psicologia. Para Tomás Ibáñez Gracia (1990) este movimento epistemológico emergiu lentamente na crise da Psicologia Social com o objetivo de representar uma alternativa válida frente ao modelo empirista de ciência, que era dominante nesta área. Raewyn Connell (2003, p. 19) compreende que *"El conocimiento ofrecido por el construcionismo en las ciencias sociales tiene doble genealogía, ya que surge, por un lado, de la política opositora del feminismo y la liberación gay, por otro, de las técnicas de la investigación social académica"*.

Na impossibilidade de encontrar uma origem para o Construcionismo Social, destaca-se a importância que o movimento feminista e movimento da libertação gay nas décadas de 1960 e 1970 possibilitaram a emergência de um campo que possibilitasse uma construção diferente da realidade por meio da Ciência, uma realidade que denunciasses um conhecimento fundamentado no Homem heterossexual como sujeito universal.

Ibáñez Gracia (1990) segue tratando do Construcionismo Social afirmando que se ampara em dois aspectos importantes: o primeiro é a existência de um amplo movimento nas Ciências Sociais que critica o fazer positivista e um segundo aspecto é o ecletismo do construcionismo que se estabelece enquanto fonte de inspiração para muitos psicólogos sociais que militam em

diversas orientações e, ainda que parcialmente, podem se reconhecer como construcionistas.

No sentido produzido por estas duas genealogias que é publicado, no início da década de 1980, o artigo "The Social Constructionist Movement in Modern Psychology", de Kenneth Gergen (1983), onde o autor, uma das principais vozes socioconstrucionistas, afirma que no Construcionismo Social a preocupação reside em construir explicações sobre processos em que as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (Gergen, 1983).

Kenneth J. Gergen (2001), neste sentido, corrobora com Ibáñez ao trazer que a crítica construcionista foi extremamente atraente para muitos pesquisadores e pesquisadoras cujas vozes encontravam-se marginalizadas pela Ciência moderna. Da mesma forma, também foi útil para todos aqueles com atividades fundadas na igualdade e justiça social e que de alguma forma eram frustrados por uma verdade tida como a Verdade universal. Assim, para Gergen, os argumentos construcionistas não só serviram para nivelar o jogo, como também para abrir um amplo caminho para a crítica política e moral.

Spink e Frezza (2013, p. 06) contribuem afirmando que a perspectiva construcionista é o resultado da intersecção de três movimentos: *"na Filosofia, como uma reação ao representacionismo; na Sociologia do Conhecimento, como uma desconstrução da retórica da verdade, e na Política, como busca de empowerment de grupos socialmente marginalizados"*. Dessa intersecção Gergen (1994) estabelece os principais fundamentos para o Construcionismo Social, sendo eles:

1. Posição crítica diante do conhecimento concebido como verdade;
2. Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente são artefatos sociais, produtos de inter-relações pessoais, com especificidade histórica e cultural;
3. Determinada descrição do mundo ou do *self* é sustentada ao longo do tempo, não por validade objetiva, mas devido às vicissitudes do processo social.
4. O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento;



5. Avaliar as formas de discurso existentes é ao mesmo tempo avaliar padrões de vida cultural.

Esses fundamentos permitem afirmar que o Construcionismo Social se apresenta como um movimento que nega a existência de uma essência humana, pois cada sujeito constrói o mundo ao seu modo, e essa diferença encontra-se nas relações sociais que estabelecem, criando novos mundos (Gergen & Gergen, 2010). O pesquisador ou pesquisadora, com bases construcionistas, está interessado, portanto, em saber como as pessoas constroem os sentidos sobre os fenômenos e quais ações se tornam possíveis com esses sentidos construídos (Gergen, 1999 citado por Corradi-Webster, 2014), sendo esses sentidos construídos pela linguagem.

No enfoque construcionista, como destaca Ibáñez (1990), é acentuada a importância da linguagem como construtora da realidade social, em outras palavras, é considerada em termos de “atividade”, ou seja, não se limita a revelar como é o mundo, mas também o constrói (Ibáñez Gracia, 2004). Corradi-Webster (2014, p. 74) ressalta que “*assim, a linguagem é considerada uma prática social, já que diferentes descrições constroem diferentes realidades, diferentes tipos de ação social*”. Assim, não existe uma realidade, nem sujeitos *a priori*, pois é por meio da linguagem e na disputa de sentidos que estes são construídos.

Gergen (2006) ressalta que com o relacionamento com um mundo pós-moderno, com seus fluxos, contatos entre pessoas, entre pessoas e tradições, e desta forma de inúmeras linguagens, também das telecomunicações e variadas mídias, emergiu uma nova forma de descrever o *self*, chamado de *self saturado*. Esse *self saturado* em relação com esse cenário leva a inúmeras formas de negociação e reconstrução, onde os diálogos internos se complexificam aumentando a dificuldade de compromisso com uma identidade assimilável à ideia de unicidade.

Para Emerson Raseria, Carla Guanaes e Marisa Japur (2004, p. 159)

A ampliação da conexão social exige do indivíduo uma multiplicidade de investimentos de *self* que leva a um processo de multifrenia caracterizado por: a) uma “vertigem do dever”, devido às necessidades de

manutenção dos inúmeros relacionamentos; b) uma “expansão da autodúvida”, dada a diversidade de formas possíveis de se relacionar e descrever o mundo; e c) uma “recessão da racionalidade”, pelo reconhecimento da validade local de determinadas formas de ser e agir.

Assim, o Construcionismo Social se revela como uma posição crítica em relação ao conhecimento tomado como certo, o que requer afirmar que as categorias com o que apreendemos o mundo não se referem necessariamente ao Real, dada a essa diversidade de descrever o mundo. Contudo, esse mesmo conhecimento é especificamente histórico e cultural, ou seja, o conhecimento é visto como produto de uma determinada cultura e história, sendo dependentes dos arranjos sociais e econômicas específicas que prevalecem em que a cultura naquele momento (Burr, 1995).

Gergen (2001), alerta para que o Construcionismo Social não recaia em uma metanarrativa universalizante para explicar o mundo, pois vendo os discursos construcionistas como recursos culturais, ele não é diferente dos discursos de instituições democráticas e jurídicas, de sistemas de ensino, da Ciência, das Artes e, mesmo das práticas espirituais.

### **3.2. Construcionismo relacional**

Se podemos considerar Kenneth Gergen um dos principais porta-vozes socioconstrucionistas, Sheila McNamee e Dian Marie Hosking são as principais argumentadoras do denominado Construcionismo Relacional, inclusive sendo autoras de uma importante obra intitulada "*Research and social change: A relational constructionist approach*", publicada em 2012. Usarei aqui as resenhas feitas por Cintia Bragheto Ferreira (2013) e de Sally St. George (2014), que dão um panorama especial sobre a obra.

A resenha de Ferreira (2013) aborda que no prefácio as autoras apresentam seus posicionamentos centrais que sustentaram os argumentos construcionistas relacionais: a) a

investigação, enquanto processo, pode produzir espaços para abraçar o diferente, a multiplicidade de discursos e práticas; b) refletir sobre a “*co-construção*” dos lugares de pesquisador(a)/pesquisado(a); c) o construcionismo relacional é uma escolha radical frente ao construcionismo social, para marcar os processos relacionais como a potência de criar espaços de construção de formas de vida e realidades relacionais, se opondo a compreensão de que existem estruturas individuais e sociais *a priori* e o modo como influenciam a nossa construção do mundo.

Assim, a orientação construcionista relacional apresenta três aspectos: a) São construídas as normas, valores e formas implicadas de fazer investigação em relacionamentos, contextos de vida e diálogos conversacionais localizados na história e na cultura, justificando futuros modos de ser e atuar no cotidiano; b) o fluxo das situações cotidianas surge como possibilidade no projeto da/o pesquisador/a e; c) desta forma, o objeto de uma investigação ou transformação pode ser qualquer prática relacional (Ferreira, 2013).

St. George (2014) encarrega-se de explicar que para as autoras o “*dia a dia*”, ou o cotidiano, da pesquisa está conectado com a atividade diária da reflexão, particularmente sobre o modo como a relação pesquisa/pesquisado é *co-construída*. Neste sentido, as autoras buscam ampliar a compreensão sobre os métodos de pesquisa, sugerindo substituí-los por “*temas orientadores*”, considerando: abertura de espaço para o presente; saber tanto quanto orientar; desenvolver múltiplas realidades locais em diferenças, mas em relação equalitária; respeito aos processos e possibilidades emergentes; centrar na apreciação; abraçar tanto pesquisa quanto intervenção; ver as ações de questionar e de ouvir como potencialmente (trans)formativas; construção em performances tanto conceituais como não conceituais; e construção de caminhos eco-lógicos de ser.

Esta obra é reflexo de um caminho trilhado no Construcionismo Social pelas autoras por meio de suas indagações, discussões e diálogos presentes em obras anteriores e que também podem ser encontradas em obras posteriores, fazendo jus ao próprio construcionismo ao não ser a origem e não ser a conclusão, mas sim, importante para manter o debate vivo.

Assim, Hosking (1999) traz que embora os argumentos socioconstrucionistas não exijam métodos ou relações particulares, a autora sugere que existem boas razões pelas quais o termo “relacional” pode ser mais ecológico em contextos “rápidos”, pós-coloniais e multiculturais de hoje.

Para Hosking, portanto, é tomar o construcionismo por uma abordagem incomum, onde os processos e não os produtos são enfatizados, podendo explorar as implicações em visualizar processos de pesquisa como processos de construção de processos relacionais em detrimento a concepção de que a pesquisa é um meio de produzir dados, em outras palavras, a pessoa “pesquisadora” passa a estar envolvida ativamente na construção de pessoas e mundos particulares.

Sheila McNamee (2014) ressalta a curiosidade que o Construcionismo Relacional possui sobre a diversidade de mundos possíveis por meio das formas específicas de interação, conversação e ação, onde reafirma que o foco está nos processos relacionais que constroem esses mundos, entendendo-os de modo distinto das pesquisas que se esforçam em explicar como o mundo é. Assim, adotar a orientação construcionista relacional requer rejeitar as normas tipificadas da pesquisa social, que a divide em dois modos, qualitativo e quantitativo.

A superação destas normas das pesquisas qualitativas e quantitativas permite a compreensão de que a ação da própria pesquisa gere transformações, isso porque, na pesquisa relacional a criação de formas outras de entendimento permite aos participantes a superação de problemas identificados, o que de certo modo, serve como evidência (McNamee, 2014). Para McNamee é insuficiente relatar o modo como a prática profissional está funcionando, mas sim, existe a necessidade de reconhecer e criar outras práticas para os participantes da pesquisa, práticas estas efetivas.

Hosking (2005) resume, portanto, algumas características que descrevem a orientação construcionista relacional crítica:

1. Os processos relacionais são vistos como interações baseadas em linguagem;
2. Os processos relacionais são vistos como processos que (re) constroem o "*Self*-outras realidades" como ontologias locais ou

"formas de vida" (criação de pessoas-mundo); e (re) constrói a mente - metaforizada, por exemplo - como um espaço imaginal no qual as relações "Self - Outro" são discursadas;

3. Concepção dialógica do *Self* como múltiplas relações de *Self* - Outro, de modo que outros, incluindo o corpo, não são mais discursados como "externos";

4. Os processos relacionais são localizados na cultura e na história, de modo que os discursos do passado e do futuro estejam construídos e reconstruídos em um presente em curso;

5. As realidades relacionais são vistas como construções de modo que as relações sujeito-objeto possam ser construídas em relações particulares (por exemplo, no discurso "científico"), mas sem a obrigatoriedade de assim ser;

6. O poder é (re) construído em processos relacionais, por exemplo, ligando-se a falar de creditar e desacreditar dos conhecimentos ou reivindicações de identidade, fechar ou abrir possibilidades, criando (mais ou menos) realidades locais e relações entre eles.

Como estas características, Hosking (2005) define, em seu ponto de vista, a orientação construcionista relacional crítica é o melhor discurso ou "núcleo de inteligibilidade" que enfatiza o histórico-cultural frente ao discurso naturalista de ciência, justamente por compreender que teoria, método e dados estão entrelaçados. Assim, na concepção de Hosking e Pluut (2010) o Construcionismo Relacional surge como uma metateoria por tratar de construir ontologia, epistemologia e metodologia.

Nas linhas acima já foram tratados os fundamentos epistemológicos, e por consequência da compreensão sobre a metodologia, debruço agora sobre a Ontologia. Para as autoras Hosking e Pluut (2010), portanto, a Ontologia é dada por processos relacionais, ou seja, não existe sujeito anterior as relações. Neste sentido, as várias realidades relacionais são co-construídas em processos relacionais baseados na linguagem, dando ênfase como ação, sendo convidativa a inclusão mais ampla das várias formas de linguagem, seja ela não-verbal, entonação de voz, postura corporal, entre outras.

Neste sentido, a identidade e outras características assumidas são entendidas como relacionais; e assim múltiplas e

variáveis (por exemplo, identidades diferentes em relações diferentes de si próprio); e como realizada, em vez de possuída, em redes de relacionamentos contínuos. Em suma, os processos relacionais são as práticas que constituem a realidade, mercados, gerenciamento, ciência, o *Self* - outros -, ou seja, todas as textualidades (Hosking, 2005).

Apresentadas as principais características do Construcionismo Relacional, que abandona a compreensão de ser um movimento epistemológico para se declarar uma metateoria, os argumentos expostos pelas autoras pretendem escapar das críticas feitas ao Construcionismo Social, onde afirmam que nada acontece, em outras palavras, assumem que a concepção de que a natureza é o que ela realmente é estabelece limites as formas de vida humanas, tornando, da mesma forma, proeminentes os limites construídos e reconstruídos nas relações sociais (Hosking, 1999).

Um outro ponto levantado por Ferreira (2013) da obra resenhada, é que o termo "Construcionismo Social" é utilizado por diversos autores como sinônimo de "Construtivismo Social", sendo que assumir o termo relacional é visto como uma possibilidade de superar as contradições construídas desse equívoco. Reforça ainda, que ao propor um caminho diferente das pesquisas qualitativas e quantitativas, não significa que se abduque do planejamento, sendo importante, inclusive, a reflexividade, realizando escolhas metodológicas alinhadas a multiplicidade do campo, valorizando a história e os valores das comunidades e participantes, de modo a circunscrever uma dimensão ética relevante.

### **3.3. Pós-construcionismo**

Tratar o Construcionismo Relacional como uma possibilidade de superação de equívocos criados por certa compreensão do Construcionismo Social e, ao propor fundamentos epistemológicos "mais" localizados, focados nos aspectos relacionais que acontecem por meio da linguagem,

permite-me perguntar: o que vem depois? Existe um depois? E, se este depois existe, o que se encontra lá? Algumas pesquisadoras e alguns pesquisadores tem respondido a estas perguntas utilizando o termo "Pós-construcionismo".

Isso, porque, como muito bem ressaltam Ricardo Pimentel Mélo, Alyne Alvarez Silva, Maria Lúcia Chaves Lima e Angela Flexa Di Paolo (2007), o próprio caráter questionador que o movimento possui não o tornou imune às críticas no seu interior, por pesquisadores interessados por suas epistemologias. Assim, Lupicínio Íñiguez-Rueda<sup>3</sup> (2005) pensa o Pós-construcionismo como nova era para a Psicologia social que propõe novos debates, novas ideias e novas práticas.

Para pensar esta era se questiona: "No que tem se equivocado o Construcionismo Social?" e "Tem se equivocado o Construcionismo Social?". A resposta dada é que "talvez sim". E essa resposta é acompanhada da justificativa de que, após longas décadas vivendo nas margens do discurso científico hegemônico, o Construcionismo Social hoje encontra-se institucionalizado, muitas vezes de forma acrítica, tendo se acomodado e se conformado.

Outra crítica resgatada por Íñiguez-Rueda (2008), em especial feita por Steve Brown, é a que coloca o Construcionismo como espécie de teologia na medida que ao se defender da acusação de irresponsabilidade política ou social se coloca em uma posição maximalista ao pretender que pode realizar um julgamento neutro a partir de uma espécie de "crenças puras", ou seja, seus próprios fundamentos epistemológicos. Essa acomodação, conformismo e caráter teológico é refletido na crítica feita por Ian Parker (2014) que denuncia que o Construcionismo Social não tem se preocupado em compreender e contestar o sistema capitalista e sua produção de subjetividades.

Neste sentido, Íñiguez-Rueda (2005) compreende que com o Pós-construcionismo alguns pressupostos socioconstrucionistas podem se manter, contudo outros têm a possibilidade de atender as críticas e dar espaço a novas

---

<sup>3</sup> Embora os textos sejam referenciados com o nome de Lupicínio Íñiguez, utilizo o nome atualizado do autor "Lupicínio Íñiguez-Rueda".

perspectivas, na possibilidade de se refazer a agenda política de modo a adaptá-la aos novos desafios sociais, contribuindo com a construção de um mundo mais justo e igualitário. Assim, para manter a Psicologia Social crítica, traz à "era pós-construcionista", ou "encruzilhada pós-construcionista" (Íñiguez, 2008), a Sociologia do Conhecimento Científico, a Teoria Ator/Atriz-Rede e a epistemologia feminista e a noção de performatividade.

A Sociologia do Conhecimento Científico (SCC) tem assinalado as consequências em se considerar que não apenas os fatos são construções sociais, mas a própria descrição do modo como o fato acontece, ou seja, suas descrições também são socialmente construídas (Íñiguez-Rueda, 2008). Neste sentido, aponta Íñiguez-Rueda (2005), com o aporte da SCC, a/o investigador/a assim será reconhecida/o ao tempo em que se relaciona com objetos e sujeitos em sua atividade, e o que surge desta relação é produto que em parte está predeterminado pela natureza dos objetos e sujeitos sociais (construções sócio históricas), tendo um componente criativo, produto da contingência do contexto onde acontece a ação, neste caso, a investigação.

Íñiguez-Rueda (2005) enfatiza que este movimento de relacionar-se com os objetos e sujeitos sociais permite, primeiro, modificar o conhecimento dos objetos no transcurso entre conhecê-lo e manter uma relação com eles e, depois, também permite que como investigadores possamos nos modificar e ir seguir realizando trocas, assumindo nossa capacidade de agência, podendo utilizar outras posições e elementos intersubjetivos de definições e ações que movem outros discursos e que anulam categorias hegemonicamente reconhecidas. Toda essa permissão acontece por meio da "reflexividade".

A reflexividade, em termos construcionistas, é a capacidade que as pessoas têm em romper com a dualidade sujeito/objeto, por serem capazes de olhar para si mesmas como objetos de análise, abrindo possibilidade de construir o mundo dos significados compartilhados e a intersubjetividade, condições estas necessárias para constituição do chamado "social" (Íñiguez, 2008), ou seja,



[...] como investigadoras/es nos convertimos además en objeto de nuestra investigación, o lo que sería lo mismo, “nos objetivamos” frente al mundo y frente a determinados auditorios al tomar conciencia de las determinaciones socio-históricas en la construcción de categorías sociales, pensamientos y percepción de los principios con que representamos el mundo (Íñiguez, 2008, p. 21).

As implicações políticas colocam o pesquisador no compromisso de questionar permanentemente o conhecimento que produz e o que esta produção produz enquanto efeitos sociais, em outras palavras, é deixar a seguinte pergunta sempre aberta: Há quem este conhecimento interessa? (Ibáñez Gracia, 1989 citado por Íñiguez-Rueda, 2008). Na concepção de Íñiguez-Rueda (2008) para que a reflexividade não recaia em novos dualismos, o pós-construcionismo recorre a Teoria Atriz/Ator<sup>4</sup> Rede (TAR).

A Teoria Ator/Atriz-Rede, ou Sociologia da Translação, é uma vertente que contesta a Sociologia tradicional, desconsiderando a compreensão de sociedade defendida por esta, entendendo que o social é uma construção coletiva de humanos e não-humanos, ambos com agência, associados em redes, que participam de um contínuo processo de transformações de interesses (translação), onde o poder é a consequência e não a causa das associações. (Latour, 2012).

Assim, de acordo com Bruno Latour (2012) a concepção de que não-humanos também são dotados de agência é o principal aspecto que distingue esta abordagem sociológica da tradicional. Desta maneira, todos são considerados como "actantes", termo utilizado para não denominar os não-humanos de atores, contudo, todos são considerados híbridos, ou seja, quase-sujeitos ou quase-objetos (Latour, 2012). Nestes termos, um ator-rede é um quase-objeto "[...] *que interconecta elementos heterogêneos o, incluso, una red capaz de transformar y redefinir los constituyentes mismos de la red. Es un conjunto de interacciones heterogéneas*

---

<sup>4</sup> Alguns autores colocam o termo como Teoria Ator Rede (Latour, 2012) e outros como Teoria Atriz Rede (Íñiguez-Rueda, 2005, 2008), decidi então unir os dois termos, usando como Teoria Atriz/Ator Rede.

*con la propiedad de transformar tanto las interacciones como a quienes participan en ellas"* (Íñiguez-Rueda, 2008, p. 24).

Jacy Correa Curado e Mary Jane Spink (2014) compartilham desta compreensão ao trazerem que as redes heterogêneas são redes de humanos e não humanos que produzem efeitos mutáveis sensíveis a modificações e deslocamentos de seus atores, interferindo e mudando o que é produzido. Assim, o social emerge dos efeitos dos agenciamentos entre humanos e não-humanos, em sua constituição híbrida, onde devolve-se a estes actantes seu poder de contar suas próprias teorias sobre este social (Latour, 2012).

Tal compreensão fundamenta os aspectos metodológicos, pois se cada actante possui sua teoria sobre determinado acontecimento, ao invés do pesquisador explicar como determinada “teoria” acontece, se coloca na ação de descrever da forma mais completa possível, onde tudo o que é encontrado no campo é visto como um dado interessante a pesquisa (Latour, 2012). Assim, Latour (2012) recomenda que o pesquisador e a pesquisadora façam os registros em quatro blocos notas, onde cada um possui uma função: 1) documenta-se compromissos, o modo como as pessoas reagem ao estudo, surpresas do campo; 2) registro efetivo do que foi observado; 3) redação livre onde elimina-se a separação entre o momento de pesquisar e de reportar; 4) registro dos efeitos das anotações nos atores.

Para analisar o social, ou "um social", é necessário que a pesquisa possibilite que os objetos mudos falem, para isso é preciso que a/o pesquisador/a registre os momentos e suas pistas, onde os mediadores convidam a desviar, construir e construir caminhos em vez de filtrar, assim passa a descrever e não disciplinar, de modo que a atenção recaia sobre as coisas concretas, ainda que seja incrivelmente difícil de se fazer (Latour, 2012). Com isso, a teoria concebe o discurso como o mediador entre a natureza e a sociedade, o que permite escapar de toda naturalização ou sociologização, permitindo um campo onde as entidades estão situadas de forma híbrida, o que no panorama pós-construcionista possibilita equilibrar a balança entre o natural-social recolocando o material, redefinindo a agência (Íñiguez-Rueda, 2008).

O Pós-construcionismo ainda é afetado pelas epistemologias feministas, em especial pela compreensão de Posicionamento e de Performatividade. Para Íñiguez-Rueda (2005) por meio de sua riqueza epistemológica, o (s) feminismo (s) tem materializado duras críticas aos processos sociais, políticos, históricos de desigualdade e dominação. Assim, ao utilizar as produções e formulações das epistemologias feministas implica em considerar que a/o pesquisador/a se posicione ao refletir sobre as teorias e quem são seus sujeitos do conhecimento, que posições ocupam, como influenciam o gênero nos métodos utilizados, sobre o que é ou não reconhecido enquanto Ciência.

Contudo, para Íñiguez-Rueda (2008) outros apontamentos das teorias feministas são importantes para a agenda pós-construcionistas, elegendo a Performatividade de Judith Butler para tal. Butler, inclusive, é considerada por Ian Hacking (1999) uma construcionista rebelde e por Íñiguez-Rueda (2005) como a máxima representante da "Teoria Queer". Sua compreensão de performatividade trata de ser uma posição antiessencialista que tanto nega a natureza da identidade quanto seu caráter fixo e estável, a identidade é, portanto, uma construção social sempre em aberto às constantes transformações e redefinições (Íñiguez, 2005), ou seja, permanentemente contingentes (Butler, 1998).

A questão aqui não está em definir se tudo é uma construção social ou uma construção discursiva, pois ao definir as coisas desta forma, se nega a força constitutiva da performance (Íñiguez, 2005). Assim, para Butler o gênero não é adicionado pela identidade sexual, ou seja, os corpos não são dados, mas construídos, sendo que a própria compreensão de sexo é tão construída quanto a compreensão de gênero (Hacking, 1999), em um processo temporal que acontece por meio da reiteração das normas (Butler, 2003).

Butler (2000) a performatividade pode ser compreendida por meio desta prática reiterativa onde o discurso produz os efeitos que ele nomeia. Neste sentido, Butler distancia a performatividade de um ato singular ou deliberado em que o sujeito traz à existência aquilo que ela/e nomeia e aproxima do poder reiterativo do discurso na produção de fenômenos que ele próprio regula e constrange (Butler, 2000). Assim, "*A produção*

*normativa do sujeito é um processo de iterabilidade - a norma é repetida e, nesse sentido está constantemente 'rompendo' com os contextos delimitados como as 'condições de produção'" (Butler, 2015, p. 237).*

Assim, de modo a realizar um fechamento sobre o pós-construcionismo, evoco as palavras de Gemma Flores-Pons, Lupicínio Íñiguez-Rueda e Antar Martínez-Guzmán (2015, p. 205)

Sin embargo, como hemos advertido, los referentes que hemos utilizado para cada una de estas perspectivas no son ni de lejos los únicos, y del mismo modo, estas perspectivas no agotan las posibilidades que existen y que se podrían entender como postconstruccionistas.

Deste modo, o Pós-construcionismo se coloca como aberto a novas epistemologias críticas que vão em direção a uma compreensão que transcenda a construção social alcançando redes heterogêneas e actantes em performance, onde a/o pesquisador/a reflitam sobre seus posicionamentos e se reconheçam como parte constituinte de sua pesquisa, não filtrando os dados, mas os descrevendo em sua completude.

### **3.4. Considerações**

Resgatando o enigma inicial: Quem sou eu? Gostaria que fosse possível afirmar ser “*pós-socioconstrucionista relacional feminista*” e eu explico nessas considerações tanto a impossibilidade quanto as possibilidades deste desejo. Na minha pesquisa realizada no mestrado, o Construcionismo Social foi importante na intenção de construir explicações sobre os processos discursivos que profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social descreviam, explicavam e davam conta de sua atuação com famílias e indivíduos em contexto de violência de gênero.

Neste sentido, além da postura crítica frente a verdade construída, tanto o entendimento de que os significados da linguagem são construídos por meio de modos de funcionamento dentro de padrões relacionais, quanto o processo de avaliação das formas dos discursos existentes naquele espaço é avaliar ao mesmo tempo os padrões de vida social e cultural. Em outras palavras, a linguagem produzida durante a pesquisa acontece no momento em que esta linguagem acontece e constrói a própria pesquisa, sendo que neste processo de construção foi possível compreender como aquelas/es profissionais em conjunto construíam sua atuação através do modo como compreendem a violência de gênero.

Contudo, as leituras foram me apresentando o Construcionismo Relacional, que contribuiu na construção da pesquisa de modo a compreender os participantes todos como copesquisadores/as e pensar a pesquisa por meio de seu processo transformativo, ou seja, não apenas pesquisar e ir embora com as falas, mas das falas refletir em conjunto para a transformação das práticas daquele espaço, o que só foi possível por meio do entendimento baseado em fatos. Assim, as escolhas metodológicas foram feitas de modo a estarem alinhadas a multiplicidade do campo, valorizando a história e os valores das equipes (McNamee, 2014).

O Pós-construcionismo foi apresentado quase ao término da pesquisa, contudo dentro do tempo em que era permitido refletir sobre os dados. Assim, se para Latour (2012) social é um rastro, então o social pode ser re-rastreado, por meio das narrativas que os actantes constroem ou onde os atores fazem algo e não se limitam a ficarem sentados. Com a descrição e não a interpretação das falas, possibilitou o entendimento de que a intenção não era alcançar um relato fiel a da realidade, mas sim a articulação entre aquilo que foi possível reunir com a pesquisa.

Ainda na mirada pós-construcionista, o resgate das epistemologias feministas é realizado pelos autores sossegou a inquietação e o desconforto que eu possuía. Muito embora Mary M. Gergen (1988), Vivien Burr (2002) e Conceição Nogueira (2001) se denominam feministas e se reconhecem como construcionistas sociais, o que o pós-construcionismo tem

realizado é uma aproximação de epistemologias críticas. Assim, a compreensão resgatada sobre Posicionamento, muito próxima a compreensão de política de localização de Adrienne Rich (2002), permitiu, além de questionar a produção científica da própria pesquisa que estava sendo realizada, também questionar-me sobre meu lugar enquanto pesquisador e os efeitos que esse lugar produziria na pesquisa.

Da mesma forma, ao situarem Judith Butler no construcionismo, senti-me convidado em pensar as práticas discursivas também pela repetição das normas e o modo como materializa as/os usuárias/os da Assistência Social. Considerando, o aspecto político de Butler, foi pensar qual a matriz de inteligibilidade opera naquele CREAS a respeito ao Gênero e como essa matriz produz efeitos que reconhecem, alguns parcialmente e invisibilizam certos corpos.

Assim, parece possível dizer que sou “*pós-socioconstrucionista relacional feminista*”. Contudo, penso como Kenneth Gergen (2011) ao falar do porque ele não ser construcionista. A impossibilidade reside em pensar o que foi dito acima como fundamentos epistemológicos que permitem a compreensão de uma ontologia para o humano, ou para o quase-objeto em sua performance reiterada de normas discursivas que materializa corpos. Em outras palavras, o Construcionismo Social sempre evitou se consolidar como uma narrativa que se colocasse como a Verdade, essencial e universal, mas sim ser um modo de ver o mundo, fugindo a toda verbosidade filosófica (Haraway, 1995).

Afinal de contas, eu sou momentaneamente um pesquisador que utiliza dos fundamentos construcionistas, sejam eles sociais, relacionais ou pós, para a produção de um conhecimento que possa servir para a transformação da sociedade, superando relações de opressão e dominação. Ser uma fissura da moldura que as normas produzem, deixando de fora uma multidão “de pessoas e objetos”. Assim, sou produzido no jogo de linguagem construcionista e produzo conhecimento pelo seu modo de compreender a construção da realidade, ou seja, me materializo enquanto pesquisador quando este jogo de linguagem

é reconhecido, mesmo que ainda à margem da ciência hegemônica.

#### **4. Assistência Social - Vulnerabilidade social, vida precária e corporificação social**

Poderia tratar o campo de pesquisa de modo objetivo, contudo sinto que é impossível. Primeiro porque seria incoerente com o Construcionismo Social e Teorias Feministas utilizadas neste trabalho e, depois, devido às afetações que me atravessam e me constituem como psicólogo, militante e trabalhador da política pública de Assistência Social. Em outras palavras, seguindo a minha metáfora, parece-me incoerente falar apenas das personagens e não reservar um capítulo para falar do meu “País das Maravilhas”. Mas como falar do país se não falar também das personagens, dos discursos e narrativas que o constroem?

Dito isto, apresento aqui dois objetivos que mediarão a discussão teórica: 1) debater Assistência Social enquanto política pública produzida pelos discursos e narrativas, o modo como ela própria produz discursos que constroem realidades e sujeitos, modos de capturar e decidir o que é uma vida passível de ser atendida; 2) desestabilizar o conceito de Vulnerabilidade Social proposto pela Política Nacional de Assistência Social e seus documentos orientadores a partir da discussão intermediada entre Judith Butler e Raewyn Connell. Compreendo que são duas epistemologias diferentes e por isso o convite é construir argumentos pelo desentendimento, no diálogo acerca de determinado objeto, onde um dos interlocutores entende e não entende, ao mesmo tempo, o que o outro diz, como Jacques Rancière exemplifica: "*É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura*". (Rancière, 1996, p. 11).

Tais objetivos se justificam na medida em que todos os dias inúmeros discursos, narrativas e práticas conflitantes atravessam o cotidiano das pessoas nesta política pública, alguns deles conservadores e em favor da manutenção de um *status quo*, que mantém uma determinada hegemonia e o lugar de privilégio de brancos, heterossexuais e ricos, tida como *assistencialista*, e outros à favor de uma transformação social que possibilite a



visibilidade e igualdade de acesso a direitos de toda uma imensidão de *outros* corpos, entre os quais podemos citar gays, lésbicas, travestis, pessoas trans, negros, pobres, toda uma multidão *queer* (Preciado, 2011), não-binários e toda uma diversidade de corpos abjetos (Butler, 2003), termo que utilizarei aqui para evitar o uso de reticências.

Neste cenário de contradições, as primeiras perguntas que pretendo responder aqui, para produzir algumas notas introdutórias, são: como a Política Pública de Assistência Social foi possível no Brasil? Ela se insere um modelo de “*welfare state*”<sup>5</sup> tupiniquim? As respostas para essas duas perguntas são inevitáveis, especialmente por se tratar de um momento de cortes de investimentos, ou como prefere afirmar o governo federal, conter gastos.

É comum ouvir o discurso de que Assistência Social no Brasil começa com a promulgação da Constituição Federal de 1988, contudo ela já existia anteriormente, tornando-se um dever do Estado apenas a partir de então (Sposati, 2007). Aldaíza Sposati (1995), pesquisadora do Serviço Social e da Assistência Social, ressalta que até a Constituição Federal a assistência social era a execução de ações produzidas e conduzidas pela solidariedade da sociedade civil em conjunto com um Estado repressor como mecanismo essencial para o trato da questão social, se tornando sinônimo de filantropia, caridade, ajuda circunstancial e insiro aqui o termo “fraternidade”.

Não tratarei aqui do lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Mas sim, buscar no próprio “assistencialismo” algo que assombra a atual política nacional de Assistência Social, o discurso religioso, em especial o católico, para o trato com a população em contexto de pobreza e extrema pobreza. Para que isso resgato as campanhas da fraternidade da igreja católica brasileira. A campanha da fraternidade, para quem não conhece, é uma produção da Igreja Católica, que todo ano escolhe um tema, com seu respectivo lema, que organizará o conteúdo litúrgico e alguns rituais católicos ao longo dos meses (Brito & Melo, 2007). Muito embora tais campanhas tenham surgido na década de 1960, é a década seguinte que me interessa,

---

<sup>5</sup>

Tradução livre: Estado de Bem-estar

onde começa a segunda fase das campanhas, denominada “A Igreja preocupa-se com a realidade social do povo, denunciando o pecado social e promovendo a justiça” (Brito & Melo, 2007, p. 119).

Quase cinco séculos após desembarcar em terras brasileiras, a igreja começa a se preocupar com a realidade e passa a se interessar na promoção da justiça. Nesta segunda fase alguns temas e lemas chamam a atenção: em 1976, o tema era: Fraternidade e Comunidade e lema: Caminhar juntos; em 1977, tema: Fraternidade na Família e lema: Comece em sua casa; em 1978, tema: Fraternidade no mundo do trabalho e lema: Trabalho e justiça para todos (Brito & Melo, 2007, p. 120). Clareando, portanto, nesses três anos, a igreja católica no Brasil teve como temas mediadores de sua liturgia: comunidade, família e mundo do trabalho.

Esses discursos poderiam passar despercebidos se na Constituição de 1988 os mesmos três temas não (re) aparecessem exatamente no artigo 203, que destacarei em sua completude:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - A proteção à **família**, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - **a promoção da integração ao mercado de trabalho**;

IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à **vida comunitária**;

V - A garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua **família**, conforme dispuser a lei. (Brasil, 1988). (Grifo nosso).

Ao se tornar um dever do estado, poderia afirmar que a Assistência Social rompe com o assistencialismo e garante os direitos àqueles que de alguma forma estão desassistidos. Contudo Aldaíza Sposati, Maria do Carmo Falcão e Sonia Maria Teixeira (1989) colocam essa afirmação em xeque ao trazer que, por meio da ideologia burguesa brasileira que produzem o conceito de que "todo trabalhador é um pretense vadio", cria-se a justificativa de que é necessário substituir os auxílios financeiros e em espécies individuais por serviços sociais preventivos. Sposati (1989) continua ao afirmar que não é nenhuma pessoa que está credenciado aos serviços da Assistência Social, mas apenas os que a sociedade reconhece como necessitados e desamparados, uma forma seletiva e discriminada de atenção à população pauperizada, constituindo uma forma diferenciada de ação a este segmento.

Desta forma, respondo a primeira pergunta: Como a Assistência Social foi possível no Brasil? Justamente por interesse da burguesia brasileira em conjunto com o discurso católico da fraternidade. Ao trazer o discurso católico-cristão e o discurso legal não tenho o interesse de aproximá-los, o que agora é inevitável, mas para pensar se existem modos de distanciar-los e pensar uma política pública que realmente consiga superar a fraternidade e o pensamento burguês nacional, chegando à proteção social como dever de um Estado laico e com objetivo de possibilitar a autonomia e a emancipação de tantas pessoas.

Frente a isso, é preciso discutir se a Assistência Social se vincula a concepção de *Welfare State*, ou, Estado de Bem-estar, como aquele Estado que garante padrões mínimos de renda, educação, saúde, habitação e seguridade social aos seus cidadãos. Primeiro, concordo com a explanação dada por Gosta Esping-Andersen (1991) de que para compreender o *welfare state* tem que estar atento à três princípios: 1) direitos e garantias; 2) atividades estatais e o entrelaçamento com o papel de mercado; 3) atividades estatais e o entrelaçamento com a família. Sendo estes dois últimos princípios focados em termos de provisão social.

Focando apenas no período republicano, é preciso dizer que até 1930 a pobreza estava longe de ser compreendida como expressão de um contexto social desigual, mas sim, como uma

disfunção pessoal, onde os sujeitos eram encaminhados para algum tipo de reclusão, desta forma, a assistência social prestada estava muito vinculada a políticas de saúde (Sposati et al., 2007), assim, era “assegurado” ao pobre o bem-estar de estar afastado da vida social devido a sua impossibilidade e sua debilidade em sair da pobreza.

Na Era Vargas, o papel do mercado na regulação da pobreza começa a ficar mais evidente, com a criação das Leis Trabalhistas e da reorganização de um sistema público para aposentadorias e pensões, ou seja, um sistema de previdência social pública (Behring & Boschetti, 2006), estando o acesso às políticas públicas destinado apenas aqueles que faziam parte da classe trabalhadora em postos de trabalho urbanos, deixando os trabalhadores rurais desprotegidos e contribuindo, dessa forma, para a migração do campo para a cidade (Couto, 2006).

O Estado de Bem-estar brasileiro começa a se organizar em torno de instituições públicas que começam a ter interesse também pela família do trabalhador. Yamamoto e Carvalho (2007) trazem que em 1942, são criadas sob a coordenação de Darcy Vargas, primeira-dama, a Legião Brasileira Assistencial - LBA e a condição do primeiro damismo nacional. Quatro anos depois, em 1946, o principal interesse da LBA era a assistência à maternidade e à infância, assim, é possível afirmar que a Legião Brasileira Assistencial encontrou seus fundamentos tanto na iniciativa privada quanto na iniciativa pública, para atender as demandas da classe dominante e seu constante incômodo com as classes subalternizadas (Sposati et al, 2003).

Durante todo o período de ditadura tal cenário permaneceu inalterado, tanto que na constituição “ditadora” a assistência seria prestada apenas à maternidade, à infância e à adolescência (Brasil, 1964). É apenas na Constituição de 1988 que a Assistência Social se torna um dever do Estado e um direito de todos aqueles que necessitam (Brasil, 1988). Contudo, é apenas em 2004, com a Política Nacional de Assistência Social é que *welfare state* brasileiro alcança o primeiro princípio abordado por Esping-Andersen (1991) ao concretizar, pelo menos nos termos de política social, o acesso e a garantia de direitos, definindo suas seguranças nos níveis de proteção social. Com o

Sistema Único de Assistência Social, portanto, o Estado além de garantir direitos como a segurança a renda, segurança da convivência familiar e comunitária e segurança da autonomia e emancipação, por meio das atividades estatais garante a regulação da família e garante o entrelaçamento com o mercado, como provisão social, mas de que forma? Por meio de seus serviços.

Organizada em níveis de proteção, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, a Assistência Social oferta, ou deveria ofertar, seus serviços à população com base na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009). Desta forma, na Proteção Social Básica estão tipificados os seguintes serviços: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF; b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

A Proteção Social Especial é dividida em Média e Alta Complexidade. Na Média Complexidade encontram-se: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2009). Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, os serviços ofertados são: a) Serviço de Acolhimento Institucional (abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva); b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (Brasil, 2009).

Não é o interesse aqui falar de cada serviço, mas sim afirmar que para que esse grande número de serviços fosse possível, outras vozes tiveram que ser ouvidas. Essa afirmação se dá, pois até aqui, parece que não existem discursos e narrativas conflitantes, já que a Assistência Social foi sendo organizada por meio dos fundamentos do mercado, do discurso burguês brasileiro em harmonia com a tradição religiosa.

As vozes conflitantes surgem dos movimentos sociais que vão aumentando o tom até chegar a IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em Brasília no ano de 2003. Mas já na Constituição Federal de 1988, e mesmo antes, tais movimentos se configuraram como a voz que tratava dos direitos sociais como garantias fundamentais. Na concepção de Eliana Lonardoni, Junia Garcia Gimenes, Maria Lucia dos Santos e Sônia Regina Nozabielli (2006) o poder de pressão que os movimentos sociais exercem, influência, conforma e dá rumo ao processo de construção da política de Assistência Social. Desta forma, a própria PNAS coloca os movimentos sociais como parceiros do Estado, para em conjunto, implantar e implementar as ações destinadas à população.

Com o tema "Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania - LOAS 10 anos", a Conferência Nacional contou com quatro painéis, a saber: Assistência Social: Conceber a política para realizar o direito; Gestão e organização - planejar localmente para descentralizar e democratizar o direito; Financiamento - assegurar recursos para garantir a política; e Mobilização e participação como estratégica para fortalecer o controle social (Brasil, 2003). Para este trabalho, destaco o quarto e último painel, que traz as deliberações que envolvem os agentes públicos não-governamentais. Ao todo foram nove deliberações aprovadas e que defende a participação da sociedade civil no controle social e que seja reconhecida como defensora dos direitos daqueles que precisam da Assistência Social.

Alcançado o primeiro objetivo, tratar dos discursos e das narrativas que tornam a Assistência Social possível, o objetivo agora é problematizar com o sujeito desta política é construído, desestabilizando o conceito de Vulnerabilidade Social proposto pela Política Nacional de Assistência Social e seus documentos orientadores a partir da discussão intermediada pela concepção de corpos abjetos e vidas precárias de filósofa feminista americana Judith Butler e da corporificação social proposta pela cientista social australiana, também feminista, Raewyn Connell.

#### **4.1. As/os usuárias/os da Assistência Social**

Antes de entrar na problematização das categorias propostas, acredito ser importante compreender quem são as/os que o Sistema Único de Assistência Social define como usuárias/os, para então estabelecer os modos como corpo abjeto e corporificação social podem ser úteis para a oferta dos serviços mencionados anteriormente. Em termos objetivos, o que afirma o artigo 203 da Constituição Federal (Brasil, 1988), como já citado, é que "*A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social*". Tal definição sugere que se trata de uma política de acesso universal, já que é gratuita e basta uma pessoa considerar que necessita dos serviços para ser considerada usuária.

Contudo, ainda neste mesmo artigo, define, por meio dos seus objetivos, quem ou qual categoria merece atenção desta política: família; maternidade; crianças carentes; adolescentes carentes; velhice; pessoas que não estão integradas ao mundo do trabalho; e pessoas portadoras de deficiência<sup>6</sup>. Ou seja, a Assistência Social perde sua universalidade a partir do momento em que estabelece critérios para quem o Estado deve prover proteção, promoção e demais ações socioassistenciais.

Em 2004, com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, ampliou-se a concepção de quem seriam suas usuárias e seus usuários, identificando como:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de **vulnerabilidade** e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de

---

<sup>6</sup> Optei por deixar os termos tais como aparecem na Magna Carta para respeitar a historicidade dos mesmos e para gerar o desconforto aos que ainda não se atualizaram e mantêm os discursos de fins da década de 1980.

violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (Grifo nosso) (Brasil, 2004, p. 33).

Destaco o termo vulnerabilidade, pois é preciso dizer que a PNAS, embora atualize e amplie a visão de quem é público da Assistência Social, cria um novo critério. Agora "deve-se" estar em uma ou mais situações consideradas de vulnerabilidade, em outras palavras, ao mesmo tempo que amplia, restringe, da mesma forma, que aumenta seu compromisso com famílias e indivíduos, não se compromete em afirmar quem realmente está em situação de vulnerabilidade.

Sigo procurando quem são essas “famílias e indivíduos”, usuárias e usuários desta política, até encontrar a Resolução Nº 11, do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada no ano de 2015. No artigo 2º, as/os conselheiras/os compreendem que

Usuários são cidadãos, sujeitos de direitos e coletivos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos social e pessoal, que acessam os serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (Grifo nosso) (Conselho Nacional de Assistência Social, 2015).

Desta forma, o Conselho Nacional de Assistência Social repete o feito pela PNAS, amplia e restringe, atualizando o critério. Se a PNAS trata que todas as pessoas em situação de vulnerabilidade social são o público da Assistência Social, o CNAS trata de restringir ao afirmar que só é usuário quem acessa serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda, mais uma vez cria uma falsa universalidade.

Em termos legais e normativos existe uma falsa universalidade de acesso, pois agora é necessário conhecer o que a Assistência Social tem para oferecer, acessar e assim ser considerado usuário. O próprio termo “usuário” destaca a ausência nos documentos dos debates pela igualdade de gênero, pois ao não utilizar “usuária” invisibiliza o maior público



atendido, as mulheres. Da mesma forma, falar “usuário” não é dizer que os homens serão atendidos, pois o próprio termo não está genericado.

Abigail Silvestre Torres (2016, p. 20) constata na prática que

[...] há um desconhecimento, no âmbito das políticas sociais públicas, das condições objetivas de viver a que está submetida ampla parcela da população brasileira. [...] permeada por ocorrências de humilhação, desqualificação, discriminação e apartação. [...]. Desse desconhecimento, decorre a invisibilidade e banalização das situações de sofrimento.

Os documentos de orientação técnicas reforçam esse desconhecimento, embora possibilite alguma direção, mas cumpre a quem oferta o serviço a leitura e compreensão do que está ali escrito. No caderno de “Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 1” (Brasil, 2012) encontram-se alguns modelos de famílias em situação de vulnerabilidade, entre as quais destaco três, que são importantes aqui: Famílias vivendo em territórios com nulo ou frágil acesso à saúde, à educação e aos demais direitos, em especial famílias monoparentais chefiadas por mulheres, com filhos ou dependentes (p.29); Famílias ou indivíduos com vivência de discriminação (étnico-raciais e culturais, etárias, de gênero, por orientação sexual, por deficiência e outras) (p. 30); Famílias com ocorrência de alguma ou múltiplas formas de violência (violência doméstica, abuso e exploração sexual, violência contra a mulher, tráfico de seres humanos etc.) (p.45);

Com esses três modelos de família é possível afirmar que as/os trabalhadoras/es precisam conhecer e compreender as relações de gênero. Da mesma forma, ao longo de todo o documento citado, estão ausentes: homens; lésbicas; gays; bissexuais; travestis, transexuais e toda uma multidão *queer* e corpos abjetos. Embora, outro documento trate de destacar a importância de conhecer o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)”, este documento é o

“Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS” (Brasil, 2011), justamente por ser a população LGBT fazer parte da população que vive a violação de direitos.

Desta maneira, não basta ampliar o que está escrito em documentos se estes não ampliarem também a compreensão de profissionais que atuam no SUAS, afinal, essa política é feita de pessoas atendendo outras pessoas. Esse é o entendimento de Fernanda S. Amador, Teresinha E. Klafke e Luisa M. Aita (2013) ao tratar que uma das pistas para a efetivação de uma política de assistência social comprometida com o caráter público de suas práticas é justamente o fortalecimento do compromisso social da equipe, intensificando a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, o que permitirá, por meio da articulação e integração de saberes e ações, o alcance da garantia dos direitos humanos aos usuários.

Com isso, abre-se espaço para debater sobre o conceito de vulnerabilidade social proposto pela Assistência Social, para então ampliar os saberes por meio de outras duas importantes categorias para que ações que respeitem as seguranças afiançadas sejam ofertadas a todas as pessoas que necessitam da Assistência Social.

## **4.2. Vulnerabilidade Social**

Não irei muito longe aqui, trarei ao debate apenas o modo que o Sistema Único de Assistência Social compreende enquanto vulnerabilidade social, para isso utilizarei de documentos técnicos da própria política e que produzem efeitos no cotidiano de vida das pessoas envolvidas no processo de atendimento e acompanhamento das famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.

Se tivesse chegando no PAIF pela primeira vez e ávido em saber como iniciar no trabalho com as famílias, começaria com a definição do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF, sendo: “Conjunto de procedimentos efetuados a partir de

pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico operativo [...] tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência” (Brasil, 2012b, p. 12). É preciso dizer que não foi por maldade que tirei grande parte do que é o trabalho social com famílias, apenas mantive o que é importante nessas linhas, ou seja, revelar que é um conjunto de procedimentos que envolve ética, conhecimentos de teoria, metodologia e de técnicas, que terão como foco as potencialidades vulnerabilidades presentes no território que a família vive. Nessas palavras, já é possível concluir que as vulnerabilidades não são e nem estão nos sujeitos, mas nos contextos em que vivem.

Contudo, está concepção de trabalho se encontra no volume 2, do caderno de orientações técnicas sobre o PAIF. Então, o correto seria dar um passo atrás e localizar no volume 1 as definições de vulnerabilidade social. Neste documento aparecerão definições de vulnerabilidade social e então uma síntese que melhor se encaixa para a Assistência Social. O primeiro autor trazido é Ruben Kaztman (Brasil, 2012a) que definirá a vulnerabilidade a partir da relação de duas variáveis: a) estrutura de oportunidades, sendo composta pelo mercado, sociedade e Estado; b) capacidades dos lugares, ou seja, habitação, transporte e demais serviços públicos.

Outra concepção trazida no documento é a do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, que considera a vulnerabilidade como geradora de uma área instável de encontro entre a precariedade do trabalho, a fragilidade dos suportes de proximidade e a falta de proteção social. Tal concepção não difere tanto da proposta por Kaztman, pois mantém a multiplicidade de variedades, colocando o mercado de trabalho, o Estado e as relações sociais de proximidade como importantes para definir se determinada família se encontra ou não em contexto vulnerável.

Desta forma, o Ministério do Desenvolvimento Social afirma que a vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza, não é um estado ou uma condição dada e é, portanto, multifacetada. Como resultado, se não enfrentada, pode gerar ciclos intergeracionais que repetem a vulnerabilidade vivenciada,

tornando-se, da mesma forma, uma situação de risco. Para prevenir existem os serviços que prestarão um olhar técnico para as relações que acontecem no cotidiano da família (Brasil, 2012a).

O cuidado que os cadernos de orientação possuem parece evitar o discurso de que a vulnerabilidade social é algo da pessoa, ou produzida por ela. E nisso eu concordo e para tanto é possível afirmar que as famílias ou as pessoas não estão em contextos vulneráveis, mas sim vulnerabilizadas por esses contextos. Assim, a vulnerabilidade é marcada no corpo e produz a possibilidade ou não de determinados corpos serem inteligíveis ou não, da mesma forma, esses corpos são produzidos e estão inseridos em dinâmicas sociais.

### **4.3. Corpos Abjetos e Vidas Precárias**

Como já foi tratado, o cotidiano das pessoas é atravessado por diferentes discursos e narrativas, e não seria diferente no Sistema Único de Assistência Social, e são esses discursos que possibilitam, ou não que, determinada pessoa seja atendida, para aprofundar essa afirmativa é importante compreender as concepções de corpos abjetos e vidas precárias propostas por Judith Butler.

Para Butler (Prins & Meijer, 2002), reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho acadêmico com foco na discussão sobre Gênero, o abjeto não está restrito a sexo e heteronormatividade, justamente por relaciona-se a todos os corpos cujas vidas não são consideradas “vidas” e sua materialidade é considerada como “não importante”, desta forma, a pobreza e o empobrecimento figura como um candidato para esta abjeção, sendo desta maneira um processo discursivo.

De tal forma, que os discursos para Butler (Prins & Meijer, 2002), habitam e se acomodam nos corpos, de tal forma que estes discursos são carregados pelos corpos como se fossem partes integrantes deles, de tal modo, que ninguém pode existir se não estiver capturado pelo discurso. Assim, é preciso que os

discursos da Assistência Social credenciem quem é considerado uma vida importante para receber a chamada “proteção social”, ou seja, quais corpos não são abjetos para o SUAS ou que o próprio SUAS pode contribuir para que não sejam abjetos em outros contextos sociais.

Butler (2015a) compreende este credenciamento como um enquadramento, desta forma, o Sistema Único de Assistência Social produz um determinado enquadramento que define as vidas que merecem da proteção social do Estado. Essa compreensão de enquadramento faz todo sentido quando na minha prática profissional percebo que são poucas as mulheres vítimas de violência encaminhadas aos serviços, que inexistem encaminhamentos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais, e seria ingenuidade minha acreditar que estes não chegam aos serviços porque não precisam deles.

O problema seria resolvido se ampliássemos então a matriz de inteligibilidade, ou seja, reconhecer que tanto mulheres quanto a população LGBT são vidas que merecem ser vividas e, portanto, merecem que a Assistência Social as atendesse, contudo, está apreensão, este reconhecimento não é garantia de proteção ou de garantia de condições de sobrevivência e prosperidade (Butler, 2015). Compreendo que essa matriz de inteligibilidade pode também ser nomeada como universalidade pelas políticas públicas brasileiras, e assim deveria ficar, nas considerações de Butler (1998), permanentemente aberta, contestada e contingente com a intenção de não impedir futuras reivindicações de inclusão. Seria possível isso na Assistência Social?

Para tal, mulheres e população LGBT teriam que estar em um destes enquadramentos para ser um sujeito inteligível para o SUAS, ou seja, teriam que fazer parte de um grupo compreendido como família, ou estar na infância, adolescência ou velhice ou, ainda, ser uma pessoa com deficiência, contudo, o que parece é que estão escapando a moldura, ou a moldura não está os enquadrando (Butler, 2015a). Do ponto de vista normativo, argumenta Butler (2015a), o que deveria acontecer é um modo mais igualitário de reconhecer as vidas e transformar esse modo em políticas sociais concretas.

Contudo, ressalta Butler (2000), para a formação do sujeito é exigida que passe pela regulação de práticas identificatórias, assim, como com o sexo, a pobreza, ou a vulnerabilidade social, ou ainda a vida, não é um ato singular que habita o corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias produzem essa materialização do corpo de modo reiterado forçosamente pelas normas. Para Butler (2000, p. 154) “*O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização nunca é totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta*”, onde o discurso produzirá os efeitos que ele nomeia.

Para Butler (2015, p. 29) esse enquadramento proposto pela norma repetidas vezes não deve ser compreendida como algo fatalista, isso porque a própria norma pode entrar em colapso, “[...] *um sintoma de que a norma funciona precisamente por meio da gestão da perspectiva de sua destruição, uma destruição que é inerente às suas construções*”, ainda que o sujeito seja aquele está submetido a um conjunto de regras que o antecedem, a destruição desta não significa sua morte, mas sim a possibilidade de ser habitado por novos discursos normativos. Assim, “*O corpo está fora de si mesmo, no mundo dos outros, em um tempo e um espaço que não controla, e ele não existe no vetor das relações, mas também é esse próprio vetor. Neste sentido, o corpo não pertence a si mesmo*” (Butler, 2015, p. 85).

No âmbito da Assistência Social significa dizer que as normas precedem as usuárias e aos usuários, e que estes só serão reconhecidos pelos serviços a partir do momento em que tenham o discurso da vulnerabilidade materializado em seus corpos, estes abjetos, ou “[...] *um resto de vida - suspenso e espectral [...]*” (Butler, 2015, p. 22), evidentemente, ficam fora das molduras tantos outros “restos de vida” ininteligíveis para a Assistência Social.

Mas cabe ressaltar, que para Butler (2015a) todos somos vidas precárias, porque o sujeito que sou está ligado ao sujeito que não sou, e todos temos o poder de destruir a possibilidade de ser destruído, unidos então pelo poder e pela precariedade da vida. Por ser um corpo, a/o usuária/o, está exposto aos outros,

sendo vulnerável por definição. Assim, para Butler, na minha compreensão, a vulnerabilidade social não está no contexto, mas sim, habitando os corpos de usuárias e usuários, sempre passíveis de serem destruídos, ou seja, apagados dos registros ou da possibilidade de ser registrado enquanto usuária/o.

#### **4.4. Corporificação Social**

Se os discursos habitam os corpos e os materializam como abjetos e os possibilita ou não de serem considerados vida, ou apenas um espectro, isso não significa que estes mesmos corpos não estejam em relação com outros corpos, por meio do “[...] processo coletivo e reflexivo que envolve os corpos em dinâmicas sociais, e as dinâmicas sociais nos corpos” ao que Raewyn Connell (2016, p. 48) chama de Corporificação Social. Para tal perspectiva epistemológica, o corpo biológico não está fora ou antecede o costume social, da mesma forma, o costume social não está aí oprimindo os corpos, isso porque existe um entrelaçamento de ambos, “[...] no qual as práticas sociais abordam processos e possibilidades biológicas, e eventos biológicos tomam forma a partir de um dado contexto social” (Connell, 2014, p. 23).

Embora aqui Connell (2016) esteja falando sobre as questões da deficiência e da debilidade para tratar da corporificação, vou me arriscar a fazer um paralelo com a pobreza e com a vulnerabilidade social. Desta forma, vou tratar da pobreza como deficiência, ainda que financeira, já que impossibilita acessar certos direitos, como por exemplo, de estar em certos locais como ônibus por não ter dinheiro para tal, tal como uma pessoa com deficiência não consegue por questões de ônibus acessíveis. Essa exemplificação permite colocar a pobreza em contato com o primeiro lado da corporificação, “a forma como os corpos participam das dinâmicas sociais” (Connell, 2016, p. 48).

Já a Vulnerabilidade Social será tratada como a debilidade, pois a falta ou escassez de recursos financeiros agem

sobre o corpo, o enfraquecendo para certas atividades. Seguindo a linha dos exemplos, a falta de escolarização e alfabetização por necessidade de colaborar com a renda familiar, impede o acesso a certos tipos de atividades laborais, tal como alguma pessoa com deficiência visual. Nesta compreensão encontra-se o segundo lado da corporificação social “a forma como as dinâmicas sociais impactam sobre os corpos” (Connell, 2016, p. 48).

Assim, ao falar de usuárias e usuários do SUAS é preciso reconhecer a importância que o Gênero tem para a política a agência dos corpos generificados, não apenas como objetos da política pública, mas seu poder produtivo nas relações sociais que estabelece nesta política. Isso porque a Corporificação Social não deve ser apreendida como um simples reflexo, reprodução ou mesmo citação, justamente por se tratar de um processo histórico que gera, a cada momento, novas realidades históricas: “novas possibilidades corporificadas, experiências, limitações e vulnerabilidades para as pessoas envolvidas” (Connell, 2016, p. 49).

Falando em políticas públicas, o modo como a agenda governamental a conduz participa intimamente da dinâmica social desses corpos e seus gêneros, pois Gênero não está isolado dos amplos aspectos da vida social (Connell, 2015). Para Connell (2016) o neoliberalismo e a sua preocupação em diminuir o papel do Estado e expandir o alcance do mercado privado, por meio de privatizações, de serviços voltados ao lucro e ao controle direto em nome da responsabilidade e confiabilidade tem impactado não apenas os serviços públicos destinados à população, o que, de certa forma, produz mudanças sociais que reconstróem, as vezes drasticamente, as ideologias de gênero (Connell, 2015).

Essa agenda neoliberal volta com força no cenário brasileiro, isso porque nunca deixou de atuar, apenas seus discursos estavam enfraquecidos. Se no "Governo Lula" e no "Governo Dilma" a Assistência Social encontrou força nos discursos de defesa e garantia de direitos, em que o discurso de colocar as mulheres como responsáveis pelo manejo do recurso financeiro recebido por meio do Programa Bolsa Família era possibilitar a autonomia e as desprenderem de relações violentas sustentadas pela dependência financeira de seus parceiros, o



"Governo Temer" inicia cancelando e bloqueando mais de um milhão<sup>7</sup> de benefícios do Programa Bolsa Família, ou seja, mais de um milhão de famílias deixaram de ter a segurança a renda garantida.

Outra ação do "Governo Temer" foi a criação do "Programa Criança Feliz", que tem por objetivo acompanhar a primeira infância, tendo como público prioritário, além das crianças, as gestantes e crianças com deficiência (Brasil, 2016). Abro parênteses aqui para tratar de como alguns aspectos históricos tendem a se repetir, pois com o referido programa, o Governo Temer tenta reciclar a LBA e seus objetivos de 1946, prestar assistência a maternidade e à infância e colocar o primeiro damismo de volta à cena.

Não se discute a importância de acompanhar crianças e gestantes, mas sim de fixar o corpo da mulher enquanto capacidade reprodutiva e no cuidado do outro. Como traz Connell (2016) as ordens patriarcais tendem a definir as mulheres por meio da sua capacidade de procriar ou não, sendo valorizadas como mães e como mães em potencial. Se o programa deixa de fora os homens, em especial os homens pobres, é porque seus corpos estão sendo construídos pela corporificação social em outro campo (Connell, 2016), seja no trabalho fabril e braçal, seja na violência cotidiana, ou seja, "*Os corpos não são regulados [...], mas sim colonizados e sondados relativamente ao seu potencial de lucro*". (Connell, 2016).

Assim, com o conceito de Corporificação Social, Connell busca demonstrar como as dinâmicas sociais devem ser entendidas como algo corporificado, sendo que o destino dos corpos precisa ser compreendido pelas dinâmicas sociais. Assim, no âmbito da Assistência Social é refletir sobre como os atendimentos com as/os usuárias/os acontecem e quais encaminhamentos são dados para os corpos, se acontecem por meio da fixação das ditas diferenças entre os sexos, por exemplo, para mulheres oficinas de corte e costura, para homens

---

<sup>7</sup> Informações retiradas do sitio O Globo (<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-cancela-bloqueia-11-milhao-de-beneficios-do-bolsa-familia-20425190>)

encaminhamento para vagas de emprego. Em outras palavras, é perceber como as dinâmicas sociais mudam e como elas podem mudar por meio das ações da Assistência Social.

#### 4.5. Considerações

Tendo iniciado este capítulo pensando na Assistência Social enquanto um campo em que tantos atravessamentos discursivos e narrativos acontecem, entrando em conflito, encontrando pacificação. Sejam eles religiosos, neoliberais, progressistas, transgressores e tantos outros que não é necessário nomear aqui, mas que podem ser ouvidos se forem ouvidos, ainda mais se nos propormos a ouvir o que as/os subalternas/os tem a falar (Spivak, 2010). Coloco aqui a minha fala no coletivo por falar em nome de trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, ainda que sem autorização prévia, pelo desejo fantasioso de falar com e não por.

A proposta foi então deixar em evidência que esta arena discursiva produz modos de capturar a vida, de produzir corpos e de se relacionar com corpos que podem ir em direção a uma “verdadeira” universalidade, ou a uma “verdadeira” restrição que impedem que tantas pessoas alcancem sua autonomia por meio da aquisição de direitos. Quero aqui pensar como Butler (2015a) que uma parcela do problema da política atual é que nem todo mundo é compreendido como sujeito, ou seja, nem todo corpo é inteligível também para a Assistência Social.

Desta maneira, a Assistência Social e os seus serviços ofertados deveriam estar, como ressalta Butler (2015a), em lugares onde a vida não tem nenhuma chance de florescer com o esforço de melhorar as condições de vida. Para Butler (2015a, p. 43), portanto, *“nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, [...] essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de*

*nossas decisões éticas mais árduas*”. Como decisão ética, a partir da minha experiência, nomeio o interesse em ampliar minha matriz de inteligibilidade sobre os corpos, tentando romper com a masculinidade hegemônica e romper com uma fazer profissional protegido pelo discurso burguês patriarcal, não tem sido fácil.

Para Raewyn Connell, ao pensar pelo conceito de corporificação social, o que também está em jogo é a justiça social, pois compreende que “a justiça social é uma reivindicação de reparação da desigualdade, que acaba por trazer tanto vantagens quanto desvantagens enquanto características institucionalizadas da vida social” (Connell, 2014, p. 14). Se as dinâmicas sociais são injustas, ao produzir os corpos generificados pela diferença que nomeia biológica, reproduz tal injustiça. Como exemplo aparece a Masculinidade Hegemônica, já citada, mas não conceituada.

Nos termos de Connell, a masculinidade hegemônica pode ser compreendida por meio da configuração de um padrão de práticas que legitimam os homens como aqueles que dominam a sociedade ao mesmo tempo que justifica o lugar das mulheres e outras masculinidades enquanto subordinadas (Connell, 2003; Connell & Messerschmidt, 2013). Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013) compreendem que tal masculinidade também é normativa ao tempo que, provavelmente apenas uma minoria de homens a adote, mas exige que todos se posicionem em relação a ela, assim, o que Connell (2014) vem trazendo em suas obras é que a injustiça se desvela em várias dimensões, sendo uma delas a desigualdade material, onde pode-se incluir o controle da riqueza e do acesso à renda e à habitação. Outras dimensões cruciais é o acesso ao poder organizacional e lugares onde o reconhecimento da igualdade de gênero é negado, em especial quando o “feminino” é difamado.

É preciso deixar claro que tanto Connell quanto Butler pensam os corpos por perspectivas epistemológicas distintas e em alguns momentos conflitantes, contudo, ao aproximá-las para pensar a vulnerabilidade social proposta pelo SUAS, as autoras se tornam complementares. Não acredito ser conflitante pensar a vida pela precariedade e pelos enquadramentos possíveis, porque

na Assistência Social fica evidente que em alguns serviços a “multidões *queer*” (Preciado, 2011) não são atendidas.

E aqui é importante resgatar Paul B. Preciado (2011) para a compreensão dessas multidões queer que estou falando e o que busca alcançar. Essas multidões *queer* “são os *drag kings*, as *gouines garous*, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientesciborgues...” (Preciado, 2011, p. 16), que se opõem às políticas republicanas universalistas que pretendem reconhecer e integrar as diferenças, justamente porque existe uma multidão de diferenças, uma diversidade de potências de vida, que colocam em questão regimes de representação política, mas também a produção de saber científico “normal”.

É justamente aqui que as categorias “corpos abjetos” e “corporificação social” se aproximam, pois quando Preciado nomeia a multidão *queer*, possibilita ampliar a matriz de inteligibilidade, o enquadramento normativo que torna esses corpos possíveis de serem reconhecíveis e ainda trata das dinâmicas sociais que esses corpos participam, seja nas políticas republicanas, seja na produção de ciência.

Para fins conclusivos, nos diversos discursos e narrativas que estabelecem enquadramentos e dinâmicas sociais na Assistência Social, o que quero deixar em evidência que com essas duas concepções é que a vulnerabilidade social está marcada nos corpos, habitando os corpos e os carregando nos territórios em que o SUAS oferta seus serviços. Assim, se não ampliar o enquadramento que define quem é atendível ou não, ou mesmo romper com a moldura, e, no mesmo sentido, se não mudar as dinâmicas sociais nas ações pensadas, fica inviável pensar um Estado de Bem-estar e apenas a injustiça e a abjeção serão universais, abertas para receber a produção de corpos irreconhecíveis ou espectrais.

## **5. Gênero: Uma categoria útil para a Política Pública de Assistência Social?**

Pretendo iniciar com o seguinte questionamento: seria Gênero uma categoria útil para a política pública de Assistência Social? O próprio título já responderia aquilo que procurava dissertar aqui excluindo-se apenas o ponto de interrogação, o que tornaria necessário, portanto, mudar a pergunta, a fim de que novas respostas possam surgir. Uma outra questão potente seria: Como gênero pode ser uma categoria útil à Assistência Social? Ambas as questões são convidativas ao diálogo e, portanto, se traduzem como objetivos deste artigo.

Mas antes de aprofundar o diálogo, é preciso informar que se o título poderia responder ao primeiro questionamento, também dá dicas da direção que pretendo seguir, de como seguir e qual caminho utilizarei para responder ao segundo. Isso, por que, remete ao título do artigo de Joan Scott (1995) “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. Desta forma, todo o trabalho está implicado nas Teorias Feministas, as quais coloco em discussão por meio do Construcionismo Social, buscando tecer um texto acadêmico que escape da típica linguagem da própria academia.

Seguindo as linhas de informações introdutórias, cabe-me ressaltar que discutir sobre as políticas públicas brasileiras não é nenhuma novidade, embora o fim do debate não parece estar próximo de encontrar respostas satisfatórias, sendo reflexo de uma constituição federal recente, a completar trinta anos, tendo como cenário um país com sérios problemas estruturais que produzem contextos de profundas desigualdades e sujeitos vulnerabilizados.

É neste sentido que gostaria de possibilitar um novo olhar sobre o debate, elegendo a categoria Gênero como uma categoria útil à Proteção Social não contributiva, organizada pelo Sistema Único de Assistência Social, ofertada por meio do Trabalho Social com Famílias, sendo o conjunto de ações planejadas e

executadas, embasadas em pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo (Brasil, 2016b).

Para manter a fluidez, primeiro falarei da Assistência Social enquanto campo de atuação, suas potencialidades e contradições, buscando localizar nos cadernos técnicos dos serviços algo que trate sobre Gênero. Em seguida, abordo o Construcionismo Social e as principais categorias das Teorias Feministas que possibilitam encontrar as respostas: gênero; experiência; política de localização; interseccionalidade; performatividade. Estas categorias são importantes para a terceira parte, destinada a ações que são ou poderiam ser realizadas no Sistema Único de Assistência Social e seus serviços. Ao fim do expediente, relutante, trago as considerações finais, que desde já afirmo que serão contingentes, sempre abertas ao diálogo e novas (re) construções.

### **5.1. Assistência Social: um campo de atuação**

Há algumas possibilidades para tratar da Assistência Social enquanto política pública: pela história, trazendo datas, nomes e linearidade; ou por meio daqueles discursos e práticas que a tornaram possível. Ficarei com a segunda, pois a intenção principal é localizar nos cadernos de orientação algo sobre Gênero e que esse algo possa produzir, ou não, práticas que sejam relevantes às pessoas que usam a Assistência Social no dia a dia.

Para que as/os trabalhadoras/es pudessem atender a essas/es usuárias/os de modo a permitir a existência de um Sistema Único de Assistência Social, foram produzidos Cadernos de Orientação Técnica, que trataram de formalizar o trabalho social com famílias. Para esse trabalho, três Cadernos de Orientação foram escolhidos para o debate sobre as contribuições de Gênero para a referida política pública. Nestes cadernos busquei localizar algo que revelasse a importância que a categoria Gênero possui para o trabalho com as famílias e indivíduos, algo semelhante feito por Samantha Banin e Adriano Beiras (2016)

centrados na categoria homem nas políticas públicas brasileiras, por meio documentos oficiais.

Desta forma, é possível afirmar que nas orientações técnicas dos serviços da Assistência Social, gênero está sempre ligado a produção de vulnerabilidade, concepção já presente na PNAS (2004, p.33) as vulnerabilidades sociais podem decorrer da "[...] *fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)*". Em termos numéricos, encontrei o seguinte panorama:

- a) Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 1 (BRASIL, 2012): Gênero – 05; Mulher (es) – 05; Homem – 00; LGBTTQI – 00
- b) Orientações Técnicas sobre o PAIF – Volume 2 (BRASIL, 2012) - Gênero – 01; Mulher (es) – 18; Homem – 13; LGBTTQI – 00
- c) Orientações Técnicas CREAS (BRASIL, 2009) - Gênero – 07; Mulher (es) – 07; Homem – 00; LGBT – 04.

Por que essa quantificação se torna importante? Para demonstrar que pouco se fala de gênero nos cadernos e, portanto, na Assistência Social. Da mesma forma, revela que a categoria homem segue como categoria universal, como denunciado por Banin e Beiras (2016) ao analisarem outros documentos oficiais de diferentes políticas públicas. Outro ponto em especial é o aparecimento da categoria LGBT no caderno do CREAS para citar que são usuárias/os passíveis de violência e, assim, de atendimento.

Gostaria de explanar um pouco mais sobre esses dois serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI. O primeiro faz parte da Proteção Social Básica, que "*tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*" (Brasil, 2004, p. 33).

Com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) o PAIF passou a ter como obrigatoriedade sua execução no Centro de Referência de Assistência Social com "a

*finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida"* (Brasil, 2009, p. 12). Com as alterações feitas na Lei Orgânica de Assistência Social pela Lei nº 12.435, de 2011, o PAIF passou a ter "*o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária"* (Brasil, 2011a).

O PAEFI obrigatoriamente deve ser ofertado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social e presta "*apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos"*, sendo as principais causadoras destas violações: "*Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;*" (Brasil, 2009, p. 29). Sendo que alguns grupos estão mais propensos a vivenciar estas situações: crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, população LGBT e mulheres (Brasil, 2011b).

Com estas informações sobre os serviços, a empreitada de percorrer um caminho que possibilite desestabilizar a Assistência Social e seus serviços socioassistenciais, tendo como objetivo responder como a categoria Gênero pode ser útil a esta política pública, começo trazendo a discussão as teorias feministas e o Construcionismo Social sobre esta categoria.

## **5.2. Gênero e as categorias possíveis**

O Construcionismo Social é um movimento epistemológico que encontra um espaço no discurso acadêmico por representar uma alternativa frente ao modelo hegemônico de produção científica, este empirista (Ibáñez Gracia, 1990). Para Emerson Rasera e Marisa Japur (2004, 2005) é uma tarefa difícil conceituar o que vem a ser o Construcionismo, contudo entendem ser um conjunto variado de contribuições epistemológicas ligadas por quatro ideias centrais: a forma como mundo como conhecemos é localizada na cultura e na história; o conhecimento



é sustentado e produzido nas relações; valorização da postura crítica e reflexiva.

Por meio destas epistemologias, o Construcionismo se afirma como um movimento e não como uma teoria. Da mesma forma, compreende que não existe uma essência humana, sendo que cada pessoa constrói o mundo ao seu modo em relação com as demais pessoas, e a cada relação o mundo se transforma (Gergen & Gergen, 2010). É a partir desta compreensão que passo a discutir a categoria Gênero e o modo como é construída.

Maria Conceição Nogueira (2008) fez um resgate de algumas epistemologias que têm conceituado Gênero. Na epistemologia empirista as/os cientistas o sexismo e o androcentrismo são enviesamentos sociais que podem ser ultrapassados quando aderem as normas da pesquisa tradicional, recolhendo dados que podem ser validados e divulgando resultados que consideram objetivos. Desta compreensão surgem duas abordagens, uma essencialista que considera que são inatas e estáveis a existência de diferenças entre os sexos, onde conceituam o gênero como propriedade eminentemente determinista. A outra abordagem é a da socialização, onde o gênero é concebido como resultado de forças sociais e culturais, podendo ser aprendido e mudado se assim for o desejo da sociedade.

Outra epistemologia trazida por Conceição Nogueira (2008) é a denominada feminista "*standpoint*". Esta epistemologia compreende que pesquisador/a e sujeito então em interação contínua, sendo impossível dissociar de suas experiências pessoais, centralizando os estudos nas próprias mulheres com objetivo de produzir um conhecimento verdadeiramente feminino. Por fim, a epistemologia pós-moderna, onde reside o Construcionismo Social, que compreende que as duas primeiras epistemologias acabavam caindo em uma explicação essencialista e generalizado sobre o Gênero. Conceição Nogueira (2008) nos faz compreender que na matriz socioconstrucionista o Gênero acontece por meio da linguagem e da participação dos rituais de interação social, criando aquilo que reconhecemos como real a respeito de nosso próprio Gênero.

Desta forma, o Gênero não se faz sozinho, nem nós estamos o autoconstruindo, por ser uma construção social ele está localizado em determinado contexto histórico-cultural. Assim, Vivien Burr (2002) compreende que o Gênero é o significado social do sexo, referindo-se as características e comportamentos que diferenciam homens e mulheres, sendo que estas diferenças podem realmente ou supostamente existir, por entender que o significado é construído na interação e que as características e comportamentos são distintos dependendo da cultura e do tempo histórico.

Assim, Conceição Nogueira (2001) compreende que o gênero, como parece já ter ficado claro, não possui uma substância, uma essência, afirmando que este

[...] não é uma questão de identidades individuais, unitárias e consistentes de homem e mulher, pelo contrário desenvolve-se mediante peças de discurso, organizadas num sistema de significados disponíveis aos indivíduos de forma a darem sentido às suas posições, o que historicamente é reconhecido como respostas femininas e masculinas. (p. 147)

Contudo, meu gênero não se faz solitário, se faz de modo interseccional, pois está atravessado pela “raça”, classe social, nacionalidade e tantos outros componentes que vão me constituindo enquanto sujeito (Conceição Nogueira, 2013). Portanto, não basta dizer que sou homem, afinal, preciso também deflagrar minha *branquitude*, não tão branca assim, dizer que estou inserido na classe média, embora criado na pobreza do Estado de Santa Catarina, e ainda, nascido brasileiro e possuindo ensino superior, apenas para citar algumas dessas categorias que me dão privilégios e que também define minha política de localização (Rich, 2002), a partir da minha geografia mais íntima, meu corpo.

Cabe ressaltar que essas categorias se relacionam de modo a transcender uma identidade de somatória, acumulativa (homem+branco+classe média...), pois essa identidade é multiplicativa (homem x branco x classe média...). Conceição Nogueira (2013, p. 232) afirma que “*todas as facetas da*

*identidade são partes integrais inter-relacionadas de um todo complexo, sinérgico e infundido que torna tudo completamente diferente quando as partes são ignoradas, esquecidas ou não mencionadas*". É preciso mencionar que a interseccionalidade resiste à essencialização dessas categorias, tal como sexo e gênero, também não estão *aprioristicamente* no mundo, são construídas discursivamente, e precisa-se estar atento "*às especificidades da data, do local, das histórias e das localizações*" (Conceição Nogueira, 2013, p. 233).

Se o gênero se constrói por meio das interseccionalidades socialmente construídas, o gênero é, portanto, uma categoria vazia que vai sendo preenchida por essas intersecções e pelos discursos possíveis criados para que os corpos sejam capturados pelo binário homem-mulher, ou seja, pela heteronormatividade (Butler, 2003), produzindo uma Experiência, tal como define Joan Scott (1998), sendo a própria história vivida, onde o reconhecimento do Outro pode ou não ser possível.

Para Judith Butler (2015a) os enquadramentos que determinam a existência de um sujeito reconhecível são constituídos por meio das normas que, quando repetidas por inúmeros discursos, produzem os termos em que o reconhecimento será possível. Esse reconhecimento, ou a performatividade, não se trata apenas de atos de fala, mas também sobre os atos corporais (Butler, 2003), que quando não reconhecíveis produz corpos abjetos. O que Butler pretende com essa noção de abjeto, é revelar que aqueles corpos excluídos do discurso hegemônico, excluídos da matriz de inteligibilidade e da legitimidade da norma, ou seja, escapando a moldura cisheteronormativa.

Após tantas categorias dialogando, se esforçando em produzir sentidos, uma pergunta (re) surge: como essa compreensão contribui com o trabalho social com famílias na Assistência Social? Já contribuiria em contribuir com o ato de pensar as/os usuárias/os como corpos abjetos do discurso hegemônico por meio da construção social do gênero e os efeitos que podem produzir no reconhecimento, na ampliação da matriz de inteligibilidade, mantendo a política continuamente aberta (Butler, 1998), mas pode ir além.

As ações desenvolvidas no trabalho social com famílias são fabricadas pelas/os trabalhadoras/es que podem pensá-las por meio de sua política de localização, compreendendo que sua experiência será colocada tanto em atos de fala como em atos do corpo, este interseccional. Esse corpo será o Outro para a/o usuária/o no processo de reconhecimento, da mesma forma o corpo da/o usuária/o será o Outro para aquele que está realizando o atendimento, daí é compreender quais as linguagens são produzidas nessa experiência de alteridade e como aquele Outro estará presente mesmo quando não mais estiver ali, se continuará presente ou se deixará de existir sem a possibilidade do processo de luto, por que, na verdade sua vida nunca existiu de fato.

Contudo, é possível encontrar ou produzir fissuras na moldura que permite o reconhecimento de existem outras pessoas que escapam ao modelo cisheteronormativo, ou seja, de homens em corpos masculinos e mulheres em corpos femininos relacionando afetivamente entre si. A fissura na moldura conceitua como os espaços criados no processo de reiteração das normas, por estas possuem rigidez, assim toda vez que a norma se repete, se alarga, se contorce, ela enfraquece e deixa espaços para que outras matrizes de inteligibilidade surjam.

### **5.3. Reconhecendo Ações para a Assistência Social**

Neste sentido, apresento agora algumas ações que podem ser apropriadas pela política pública de Assistência Social e que podem ampliar a matriz de inteligibilidade e tornar a categoria Gênero útil para esta política pública em seus dois serviços socioassistenciais aqui apresentados.

#### *a) Para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF*

Se um dos objetivos do PAIF é criar e ofertar ações que tenham o interesse de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito das relações, a organização

não-governamental "Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade - ADEH", que atua na defesa e garantia de direitos, promoção à saúde e nas políticas TLGB (Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais) apresenta um caminho interessante conhecido como "*Roda de conversa com Familiares de pessoas LGBT*", que acontecem na sede da entidade desde maio de 2016.

As rodas de conversa acontecem quinzenalmente e tem como público familiares e amigas/os de pessoas LGBTs (lésbica, gay, bissexual, mulheres travestis e pessoas trans) além das próprias pessoas LGBTs. Nestas rodas são discutidos diversos assuntos que estão relacionados a questões relacionadas a vida das pessoas LGBTs e das relações que constroem com outras pessoas.

Outra ação potente para o PAIF é colocar em prática as atividades propostas no manual "*Homens pelo fim da violência contra a mulher: Educação para a ação*" desenvolvido por Daniel Lima, Benedito Medrado, Humberto Carolo e Marcos Nascimento (2007). O manual é uma produção feita pelos esforços em conjunto do Instituto Papai, White Ribbon Campaign e Promundo, com a colaboração do Instituto Noos, Pró-mulher: Família e Cidadania, Ecos: Comunicação em sexualidade e Gema-UFPE e faz parte de um conjunto de estratégias que visam promover a Campanha Laço Branco.

O objetivo da campanha passa pela sensibilização, envolvimento e mobilização de homens jovens e adultos no engajamento pelo fim da violência contra mulher, onde estes homens adotem maneiras para resolver conflitos que não a violência (Lima, Medrado, Carolo & Nascimento, 2007). O trabalho em grupo é organizado pela execução de dezesseis oficinas que inicia tratando das construções de homem e mulher, passando pelas questões relativas à violência e chegando na definição de um plano de ação para colocar em prática a Campanha do Laço Branco.

Estas duas ações são exemplos do modo como as trabalhadoras e trabalhadores do CRAS-PAIF podem se engajar com as questões relativas ao Gênero e realizar junto com a comunidade a construção de relações que superem a hierarquia

cultural que coloca homens em posição superior a mulheres e população LGBT.

*b) Para o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Pessoas e Indivíduos - PAEFI*

Quero seguir aqui com a mesma lógica que utilizei no PAIF, primeiro possibilitando estratégias com a população LGBT e depois falar de ações que tenham como foco a violência de gênero, em especial aquelas que coloquem como público-alvo, os homens. Esta lógica é para relembrar a pouca presença de repertórios linguísticos sobre população LGBT e homem nos documentos de ambos serviços.

Em Brasília existe um Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Diversidade Sexual, Religiosa e Racial - CREAS Diversidade. Este equipamento oferta quinzenalmente assessoria jurídica, além de diariamente prestar esclarecimentos sobre a inclusão de programas sociais, encaminhamento para a rede pública, oferta de cursos e oficinas, atendimento familiar e grupos de apoio. Além disso, é um lugar onde as pessoas encontram uma escuta para as violências que vivenciam, em especial, homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia.

Outra estratégia é o Grupo Reflexivo de Gênero desenvolvido pelo Instituto Noos na cidade do Rio de Janeiro. Adriano Beiras e Alan Bronz (2016) informam que existem muitas maneiras de conceituar esta metodologia: um espaço de convivência que valoriza a diversidade por meio do diálogo; um espaço para problematizações e questionamentos que promove a imersão crítica e novos olhares àqueles que participam; espaço individual e coletivo para produzir conhecimentos; espaço que valoriza a cidadania quando desvela como cada pessoa participante do grupo é importante para este na construção de saberes localizados no contexto do qual faz parte.

O trabalho com grupo reflexivo de gênero é dividido em três etapas distintas, a saber: constituição do grupo; encontros

reflexivos; avaliação do trabalho. O processo grupal é colocado em movimento por meio de uma dupla de facilitadores, sendo que a condição para esta função passa pela participação de um grupo reflexivo anteriormente para conhecer os possíveis afetos, ideias e valores (Beiras & Bronz, 2016). As equipes do PAEFI podem utilizar esta metodologia para o atendimento com homens autores de violência, sendo uma das maneiras de desconstruir as violências corporificadas por pessoas que chegam ao atendimento.

#### **5.4. Considerações**

Resgato mais uma vez as perguntas com o único objetivo de tentar finalizar: Gênero será útil à Assistência Social? Como gênero pode ser uma categoria útil à Assistência Social? A resposta mais óbvia que encontro é que será útil quando for capturado como uma categoria de análise, e também como uma categoria política, que possibilite a transformação da realidade social e do tensionamento das normas hegemônicas. Utópico? Nem tanto.

O Construcionismo Social pode ser um caminho viável para transformar as categorias narradas acima em ação na Assistência Social, por compreender que é por meio da conversação e das narrativas possíveis que as pessoas se constroem, desconstroem e reconstroem. Assim, a categoria Gênero torna-se potente para o Trabalho Social com Famílias, ao possibilitar debater quais práticas discursivas e qual matriz de inteligibilidade operam na Assistência Social.

Ressalto que na Assistência Social, Gênero enquanto categoria de análise e categoria política, deve partir de uma construção social, um sistema de significados que se constrói nas interações, governando por meio das normas de acesso ao poder e aos recursos, não sendo, portanto, um atributo individual, mas uma forma de dar sentido as transações, em outras palavras, não existe no sujeito mas sim nas relações sociais, está no *entre*, na

linguagem, naquilo que concordamos que o Gênero seja (Conceição Nogueira, 2001).

Deste modo, trabalhadoras/es e usuárias/os têm a possibilidade de refletir democraticamente sobre gênero, reconstruindo-o de modo a permitir que os entendimentos e atendimentos sejam ampliados àquelas famílias e sujeitos que estão escapando a moldura, na direção do enfrentamento, superação e transformação das realidades vulnerabilizantes e vulnerabilizadas. Em relação aos serviços muitas outras ações podem ser mapeadas como potentes para a oferta ao público atendido, como por exemplo, a CASA 1, que oferta acolhimento institucional para população LGBT em risco social, um serviço que pode ser ofertado pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade, localizado no estado de São Paulo.

Com isso, acredito que Gênero é uma categoria que deve ser aprofundada na Assistência Social por meio das equipes de referência. Desta forma, não queremos colocar um ponto final no debate sobre esta política pública, mas sim deixá-la universalmente aberta, sendo realmente a porta de entrada para quem dela necessitar, sejam homens, mulheres, travestis, homens trans, mulheres trans, pessoas não-binárias e todos aqueles corpos que de alguma forma não estão enquadrados, mas que se encontram vulnerabilizados e vivenciando risco social.



## 6. Violência de Gênero: Um olhar sob a perspectiva construcionista

Renato Russo, em sua música Baader-Meinhof Blues, é poético ao afirmar que "*A violência é tão fascinante e nossas vidas são tão normais*". Esse trecho sempre me fez pensar sobre esse fascínio, muitas vezes velado, que a sociedade ocidental tem pela violência. São as lutas de MMA<sup>8</sup>, jogos de futebol exigindo mais força física, filmes de ação líderes de bilheteria, séries televisivas com enfoque na violência, telejornais focados na violência cotidiana e tantas outras formas de publicizar a violência, fazendo dela algo que para a vida é tão normal.

Contudo, a violência afeta a vida das pessoas, marca corpos, possibilita modos de subjetividades e é capturada pela ciência como objeto de estudo. Como aborda Michel Wieviorka (2007) a violência pode ser enquadrada em uma apresentação objetiva, por meio de estatísticas de crimes, por exemplo, ou por meio de uma apresentação subjetiva, sendo enquadrada por aquilo que uma sociedade define como violência.

Subjetivamente, em termos mundiais, para dar um norte para os países que compõem a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde - OMS, define violência como

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação" (Krug et al, 2002, p. 05).

Tal definição, romantizada, trata de explicitar a violência por suas consequências, o que possibilita inúmeras interpretações de como trabalhar com essa definição e do lugar onde ela deve ser trabalhada. Mas antes de encontrar um lugar para que as pessoas em situação e contexto de violência tenham suas experiências

---

<sup>8</sup> Mixed Martial Arts - Artes Marciais Misturadas (tradução livre).

trabalhadas de modo a enfrentar, superar e/ou romper, quero compreender essa violência para além do "uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça". Neste momento, não encontro respostas satisfatórias quando me questiono: Não há violência quando não há intenção? Essa intenção é estar consciente da prática da violência? Estaria a força física desconectada das relações de poder como sugere a definição da OMS? Até que ponto a ameaça não é real? Que "real" é este em que a violência é possível? E por fim, onde está e quem é o sujeito oculto da frase?

Construir um capítulo que responda a todas estas perguntas talvez seja um exercício homérico, assim o compromisso aqui é criar um objetivo principal, responder ao último questionamento: quem é o sujeito da violência? Para chegar a uma resposta satisfatória utilizarei a epistemologia construcionista apoiada pelas epistemologias feministas.

## **6.1. Violência**

A busca por respostas começa com a arqueologia sobre a violência construída por Pierre Clastres (2004) em 1980, em que revela a literatura etnográfica sobre sociedades "primitivas" que raramente mencionam a violência, e quando o fazem, é para demonstrar o quanto essas sociedades se esforçam em seguir a direção de abolir a violência de suas relações sociais. A crítica de Clastres para com esta literatura é de que não compreende a guerra exercida pelas sociedades primitivas como violência, como se a guerra não fizesse parte do funcionamento dessas sociedades, sendo, portanto, excluídas do saber etnográfico e, portanto, do saber científico.

Clastres (2004) compreende, portanto, que os etnógrafos ao escolherem o campo de atuação não levam consigo apenas gravadores e cadernos de anotações, mas também todo um discurso que se tem sobre as sociedades primitivas e o modo de ser social nestas, não compreendendo a guerra como violência, ou não abordando essa temática. Esse discurso é heterogêneo,

podendo ser organizado em três: discurso naturalista; discurso economista e um discurso relativo a troca.

Antes de falar dos três discursos, quero deixar registrada a minha crítica a Clastres, embora sabendo que a sua obra é datada e, portanto, sua linguagem também é, assim, quando denomina de primitiva uma sociedade, compreendo que o autor se refere a sociedades que não têm a mesma organização que a sociedade ocidental, com os seus ditos "avanços tecnológicos". Minha crítica reside nesse ponto, e a partir de agora abandono o termo "primitivo", o qual deixei presente até então para não desconstruir os argumentos de Clastres.

Voltando aos discursos, iniciando pelo naturalista. Clastres (2004), por meio da obra de Leroi-Gourhan, ressalta que este compreenderá a agressão como comportamento humano, ou seja, a violência é coextensiva à humanidade, irredutível, como um dado natural que está presente nas raízes do ser biológico humano, sendo um meio de subsistência, de sobrevivência. O discurso economista, formou-se na Europa no século XIX, quando era necessário separar a ideia de felicidade da ideia de selvageria. Da mesma forma, o momento pedia para separar o que era conhecimento científico do que conhecimento do senso comum. Neste momento, a violência (guerra) é compreendida pela escassez das forças produtivas e de bens materiais, o que promove que as sociedades entrem em conflito para então sobreviver.

Outro discurso possível é aquele relativo a troca, onde Clastres (2004) utiliza o trabalho sociológico de Claude Lévi-Strauss e sua concepção estruturalista do ser social, permitindo compreender a violência apenas a partir do momento em que ela adquire sentido vinculada à rede geral das relações dos grupos, sendo apenas um caso particular do sistema global, onde as relações sociais são, antes de mais nada, relações comerciais de troca, e quando esta troca não acontece, o que acontece é a violência.

A opção pela obra arqueológica de Clastres (2004) não foi um acaso, como nenhuma obra será. O interesse foi justamente trazer um olhar etnográfico sobre as sociedades e sua relação com a violência, e o modo como os discursos citados

acima podem de certa maneira ainda estar presentes no campo da ciência e do trabalho com a violência, ou seja, permitirá um senso de atenção aos discursos construídos nas obras que serão utilizadas a seguir. Dentro dessa possibilidade, fica em evidência que os discursos se enquadram em uma concepção essencialista e universalista da violência, focando no biológico, na sobrevivência e nas estruturas rígidas de pensar a sociedade. Mas existe outro discurso possível?

Joel Best, sociólogo estadunidense, apresenta a violência a partir dos constructos epistemológicos do Construcionismo Social, dividindo a violência em duas categorias: Antiga Violência e Nova Violência (Best, 2016). Para o sociólogo, no contexto estadunidense, é possível fazer um paralelo com o Brasil, a Antiga Violência tem como sujeitos homens adultos competindo uns contra os outros por domínio, enquanto que a Nova Violência os sujeitos são homens que têm como alvo mulheres, crianças ou outros sujeitos vulneráveis. Esse novo modo de compreender é influenciado por quatro atores que reivindicam a violência como problema social: ativistas, estudiosos, meios de comunicação e autoridades governamentais.

Assim, no fim da década de 1960 e início da década de 1970, o movimento de mulheres, em particular, procurou ir além de concepções da antiga violência, trazendo para a discussão a violência sexual e violência doméstica, colocando-as entre as primeiras questões estas mulheres denunciavam (Best, 2016). Best (2016) afirma que, como as ativistas dos direitos das mulheres, os ativistas dos direitos para gays começaram a dar visibilidade a violência como um problema social, argumentando que a violência contra gays e lésbicas era pouco notificada e não era tratada com a devida importância pelo sistema de justiça. Em meados dos anos 1980, ativistas gays e lésbicas formaram uma aliança com outros ativistas representantes de minorias étnicas e religiosa em torno dos crimes de ódio.

Em paralelo ao ativismo, acontecia a institucionalização da violência pelos estudiosos, sendo capturada como objeto de estudo com a criação de periódicos especializados e com o surgimento de centros universitários com a preocupação de compreender a violência por meio da Ciência. Com os estudos, a

partir da segunda metade do século 20 e início deste século, a medicalização e o modelo biomédico ganham espaço como um discurso possível de interpretar os problemas sociais (Best, 2016). Aqui, a violência é compreendida como inata ao humano e é possível universalizar sua explicação, criando normas para regular quem é ou não violento, e dos enquadrados como violentos como conter sua violência por meio de medicamentos.

A violência também passa a ganhar visibilidade nos meios de comunicação, oferecendo espaços de debates para ativistas e estudiosos “*experts*” na temática, estes muitas vezes psicólogos. As emissoras passam a transmitir em sua grade não apenas *talk shows*, mas também filmes, séries, tanto como dramas quanto comédias. Assim, junto a ativistas e estudiosos, a visibilidade dada à violência força as autoridades governamentais a planejar políticas que visem diminuí-las e suas consequências (Best, 2016).

Ao desnudar a violência como uma construção social, compreendida dependendo do seu contexto, produzindo, reproduzindo e reiterando discursos, a "Nova Violência" passa pela compreensão do conceito de Gênero e, por consequência das Masculinidades, haja vista que, como supramencionado, a violência parece ter como sujeito que a legitima o homem.

## 6.2. Violência de Gênero

Para dar continuidade, gostaria de fazer uma pausa teórica e falar um pouco do curta-metragem francês *Majotiré Opprimée* da cineasta Eléonore Pourriat (2010) que, com propriedade, apresenta uma sociedade “femista<sup>9</sup>” e as violências que homens sofrem, em especial àqueles que se posicionam como “machinistas”, em uma clara metáfora ao machismo e ao feminismo.

---

<sup>9</sup> Sociedade Femista, utilizada aqui como uma paródia, seria uma sociedade onde apenas as mulheres teriam privilégios, sendo os homens os subalternizados.

Neste curta, Pierre é um homem que sofre as violências cotidianas, logo no começo uma mulher sugere que não deveria conversar com ele pelo fato de sua condição de homem não entender dessas coisas de mulher, no caso, a administração do condomínio. Outras cenas que acontecem são sutis, mulheres correndo sem camisa, um amigo que começa a usar véu, cantadas enquanto anda de bicicleta usando uma bermuda. Saindo da sutileza, sofre um abuso coletivo e na delegacia, a delegada sugere que esse abuso se deu por culpa dele, o mesmo acontece quando sua esposa aparece, dizendo que não chegou mais cedo porque estava trabalhando.

Por que trago esse curta para discussão? Parece-me que existe nele uma denúncia da violência como algo relacionado ao gênero feminino, por ser uma metáfora que inverte a lógica, a violência está ligada, portanto, ao masculino, mais especificamente, aos homens. Sendo assim, a violência seria a propriedade destes homens, àqueles sujeitos que a constroem e têm, portanto, a autoria desta violência.

Diga-me: “Isso é coisa de homem? Ou isso é coisa de mulher? Ou é dos dois?” Mas que “coisa” exatamente? É com essa pergunta que começo a conectar as categorias Violência e Gênero, que ao meu entender, elas não estão desconectadas em nossa cultura, sendo que foram tratadas aqui de modo desconectado apenas para marcar os fundamentos epistemológicos.

Traduzo essa “coisa” neste capítulo como “violência de gênero” e retorno ao questionamento que já parecia ter sido respondido: Então quem é o sujeito da violência? Homens? Mulheres? Ambos ou ninguém? Parece-me necessário fazer um breve resgate de como a violência de gênero se tornou possível como operador conceitual para as Ciências Sociais. Cecília M. Santos e Wânia P. Izumino (2005) ao realizarem uma revisão crítica dos referenciais teóricos das Ciências Sociais na área de violência contra as mulheres no Brasil identificaram a presença de três correntes teóricas: Dominação Masculina, Dominação Patriarcal e a Relacional.

A Dominação Masculina pode ser definida pela violência proposta pela ideologia que produz discursos masculinos,

proferidos tanto por homens quanto por mulheres, onde as diferenças entre o feminino e o masculino tornam-se hierarquizadas, ou seja, a condição “feminina” é inferior à condição “masculina” (Santos & Izumino, 2005). A obra de Pierre Bourdieu é a referência aqui, em especial sua conceituação da violência simbólica.

Bourdieu (2002) compreende que a organização da sociedade é realizada a partir das divisões entre masculino e feminino, sendo que esta divisão parece estar presente na ordem das coisas, como algo natural e normalizado, ou seja, *“ela está presente, ao mesmo tempo, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação”* (Bourdieu, 2002, p.16). Nesta dualidade, a dominação masculina é expressada nas explorações manifestas, daquilo que oferece honra ao homem e (re) afirma sua virilidade, assim, a mulher é colocada como posse, ou seja, firma a compreensão de que homens são ativos-dominantes e mulheres são passivas-dominadas (Bourdieu, 2002).

Desta relação dominante-dominado a sociedade se coloca ao lado de quem está dominando, aceitando seus jogos, regras e normas sem questionamentos e normalizando sua condição como a Verdade essencial, naturalizada e universal, sendo esta relação o que Bourdieu (2002) denominará de violência simbólica, ou seja, *“se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) [...]”* (Bourdieu, 2002, p.46). Para que esta forma de violência fosse superada, Bourdieu acredita que o caminho seria a transformação radical desta dualidade, rompendo com aquilo que leva os dominados a assumirem as condições dadas pelos dominantes.

Na Dominação Patriarcal a violência não acontece apenas pela ideologia machista, mas também por meio de um sistema de exploração (Santos & Izumino, 2005). O Sistema Patriarcal tem como pilares estruturantes a desigualdade, o binarismo homem-mulher, a supremacia masculina, a heteronormatividade, a divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo e a subjetividade sexista (Beramendi; Fainstain & Tuana, 2015). Trago a obra de Heleieth Saffioti (1987), em especial *“O Poder do Macho”*, onde o patriarcado é a linha condutora da discussão, compreendido

pela autora como o sistema de relações sociais que mantém mulheres subordinadas aos homens.

Na sociedade brasileira o patriarcado encontra como aliados o racismo e o capitalismo, em um processo simbiótico estruturador da sociedade. Nesta direção, Saffioti (1987) ressalta a divisão social no Brasil por classes sociais profundamente desiguais entre si, em especial, nas oportunidades de "vencer na vida" representando uma forma de dominação legitimada por todos aqueles autoproclamados neutros. Outro ponto importante abordado é que supera a dicotomia homens dominadores - mulheres subordinadas, pois na concepção da autora existem homens dominando outros homens, mulheres dominando outras mulheres e mulheres que dominam homens, contudo, a supremacia masculina perpassa a todas as relações de alguma forma.

Para Saffioti (1987), portanto, a supremacia dos ricos brancos torna complexa a percepção da dominação que os homens exercem sobre as mulheres, é inevitável reconhecer que na sociedade brasileira quem ocupa a última posição na hierarquia é a mulher, negra e pobre. Frente a esta estabilidade da dominação, Saffioti questiona-se se vale a pena lutar, ao que responde de modo afirmativo, pois a luta política passa pelo reconhecimento de qual democracia estamos vivendo, se para poucos, para muitos ou para todos, enquanto não alcançar este "para todos" o convite é seguir lutando.

A Dominação Relacional relativiza a perspectiva dominação-vitimização, pois nas duas perspectivas acima a violência é lida como uma ação criminosa e que precisa de punição. Contudo, é preciso considerar que, embora possa parecer perverso, a violência pode ser compreendida como uma forma de comunicação entre homens e mulheres (Santos & Izumino, 2005). Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) utilizam os argumentos de Maria Filomena Gregori, que coloca a mulher como corresponsável pela violência, entendo que os relacionamentos conjugais são construídos por meio da parceria e que a violência pode ser uma forma de comunicação entre o casal.

Olhando estas formas de compreender a violência, parece ser incontestável que os homens participam mais como



perpetradores em todas as formas de violência se comparados as mulheres (Barker, Aguayo & Correa, 2013), desta forma, esta agressividade destrutiva é uma coisa de homens (Muchembled, 2014), sendo necessária uma maior atenção a construção de subjetividades masculinas e a relação com a violência (Beiras & Cantera, 2012).

Para tanto, a Dominação Masculina, Dominação Patriarcal e a Relacional, passam a ser compreendidas por meio da categoria Violência de Gênero<sup>10</sup>, pela compreensão de que, de alguma forma, elas coexistem enquanto linguagens que produzem realidades, ou seja, não se eliminam, mas são enquadramentos epistemológicos de como a Violência de Gênero é compreendida.

Exemplificando, no âmbito da minha prática na Assistência Social estas dominações estão localizadas nas famílias que chegam aos serviços socioassistenciais, vivenciadas, em geral, em corpos femininos de mulheres. Em outras palavras, se estes corpos não chegam encaminhados pela delegacia especializada, pela rede de atendimento ou pelo sistema de garantia de direitos, chegam acompanhados de crianças e adolescentes que vivenciaram a violência.

Percebo que ao tratar da violência como algo do mundo adulto, caio no equívoco de considerar crianças e adolescentes como sujeitos sem gênero. Ora, se o Gênero é construído socialmente por meio dos discursos normativos (Butler, 2003), e estes discursos estão presentes desde que nascemos, então não seria errado afirmar que algumas das violências que crianças e adolescentes vivenciam também podem ser nomeadas de Violência de Gênero.

Desta forma, enquanto linguagem a violência de gênero deixa de ser exclusividade dos corpos masculinos de homens generificados, mas não significa dizer que os mesmos não são corresponsáveis por elas e por isso não precisam desconstruí-la. Assim, somos todos e todas sujeitos da violência, afinal são atribuídos a nós gêneros e categorias sociais contra nossa vontade, ou antes mesmo de construirmos aquilo que nominamos como vontade (Butler, 2015), ou quando somos submetidas/os ao

---

<sup>10</sup> Nota: Utilizarei as categorias "Violência de Gênero" e "Violência Baseada em Gênero" como sinônimas.

discurso estamos desde o início despidas/os de vontades (Butler, 2011).

Essa violência, também chamada de violência normativa, é o que nos conferem categorias que permitem-nos ser inteligíveis ou ter condição de sermos reconhecidas/os, comunicando ainda quais os efeitos e riscos da não inteligibilidade ou de uma inteligibilidade parcial (Butler, 2015). Em outras palavras

Por violência normativa não se entende um certo tipo de violência que se torna a norma, mas sim a violência das normas. As normas de gênero elas mesmas podem exercer uma certa violência sobre os corpos que as violam. Elas tanto autorizam a violência física típica que nós reconhecemos rotineiramente como tal, quanto simultaneamente apagam essa violência de nossa apreensão (Toneli & Becker, 2010, p. 6).

Butler (2015a) compreende que "[...] *precisamente porque alguém é formado através da violência, a responsabilidade de não repetir a violência da formação é ainda mais urgente e importante*" (Butler, 2015a, p. 236). Mas como não a repetir? Maria Juracy Filgueiras Toneli e Simone Becker (2010, p. 1) identificam dois esforços na obra de Butler com respeito a violência normativa: "*i. o de interromper a capacidade da violência normativa de permitir outras violências, e, ii. O de tornar essas outras violências visíveis quando ocorrerem*".

No primeiro caso a resposta pode ser encontrada na própria norma, ou seja, a norma por ser repetida está constantemente se rompendo com os contextos delimitados como as condições de produção (Butler, 2015). Assim, se a violência pode escapar à normatividade, ou parcialmente escapar, talvez seja possível encontrar sujeitos que não foram constituídos pela violência. Deste modo, a partir da epistemologia do Construcionismo Social isso significa que a violência de gênero faz parte de um determinado “jogo de linguagem” (Salzano, 2004), ou seja, não é propriedade de um sujeito e nem o próprio sujeito, está *a priori* no mundo, ainda que seja impossível localizar sua origem.

### 6.3. Considerações

Coloco nestas considerações o segundo esforço proposto por Butler para não cair no erro de alongar algo que já se respondeu. Assim, para Urra (2014), realizar investimentos em políticas públicas com foco na violência de gênero pode propiciar uma análise crítica, construir um projeto ético-político em busca de relações justas, equidade e luta por direitos, capacidade de transformações sociais, bem como construir relações mais justas entre homens e mulheres.

Fazer investimentos em políticas públicas possibilita a construção de processos reflexivos e socioeducativo que potencialize nos homens características como a não violência, a paternidade responsável, a capacidade de construir relações afetivas saudáveis, com maior capacidade de administrar o cuidado com o outro (a), bem como desenvolver hábitos de prevenção e planejamento da vida sexual e reprodutiva (Urra, 2014).

Assim, quais políticas públicas em se tratando de Brasil seria um campo para o trabalho com as Masculinidades? Em análise realizada em 17 documentos oficiais brasileiros, de políticas públicas e legislação, Samantha A. Banin e Adriano Beiras (2016) discutem como o homem generificado é compreendido, chegando a conclusão de que os mesmos costumam ser colocados na posição de agressores nas discussões acerca da violência de gênero.

Colocar os homens nesta posição e deixá-los lá de modo a criar ações punitivas, não resolve, sendo necessária a criação de novas estratégias, sendo elas a criação de grupos reflexivos e a alteração destes documentos oficiais, de modo a também a ampliar direitos, tal como faz a Política Nacional de Saúde dos Homens (Banin & Beiras, 2016). Contudo, questiono-me se a Assistência Social não seria um espaço para que essas ações, estes grupos reflexivos pudessem acontecer como um modelo "eficaz" (Flood, 2011), isso porque, toda a política de assistência é

fundamentada na matriz sociofamiliar, ou seja, na proteção, desenvolvimento e resgate de vínculos familiares e comunitários.

Desta forma, se as masculinidades se constroem nas relações sociais (família e comunidade, por exemplo), e se essas relações sociais são mediadas pela linguagem da violência e pela violência normativa, anterior a própria linguagem, produzindo gêneros que se produzem pela violência, minha resposta ao questionamento é afirmativa, o SUAS é sim esse espaço para o trabalho com Gênero e Masculinidade e, portanto, com a Violência de Gênero, pois participa da repetição da norma, materializando sujeitos atendíveis, mantendo-os em um processo de afirmação da sua condição.

## **7. Possibilidades Metodológicas na perspectiva do Construcionismo Social**

Após pavimentar os caminhos epistemológicos que, na minha compreensão, ajudam-me a olhar as relações não como uma realidade estática, mas uma realidade sendo construída, desconstruída e reconstruída, num fluxo intenso de movimentos, cristalizações e rupturas, quero lançar uma outra pergunta, para inaugurar a parte metodológica desta dissertação.

Existe um método socioconstrucionista? Tal pergunta é eco daquela feita por Sandra Harding (1986) sobre a possibilidade de existir, ou não, um método feminista. Começar com uma resposta monossilábica seria o modo mais simples, contudo dependeria de uma grande justificativa para contribuir na construção de sentidos e ainda participar do jogo de linguagem da ciência moderna. Desta forma, deixarei em suspensão a resposta, embora o próprio título seja sugestivo quanto a uma que seja afirmativa. Abraçarei inicialmente apenas a justificativa que busca o sentido construído por meio da linguagem.

Preciso destacar antes de tudo como vou caminhar pelas palavras, que acontecerá em três passos. Iniciarei introduzindo e destacando os principais pontos epistemológicos do Construcionismo Social que fundamentam um possível método, depois tratar do que seria um método para o movimento socioconstrucionista e, então, finalizando, buscarei tratar como o Estudo de Caso pode ser um método possível, ao apresentar as possibilidades e impossibilidades por meio da minha experiência em campo de pesquisa.

*A dissertação tem como objetivo problematizar as práticas discursivas de gênero e masculinidade das equipes de referência que atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que possibilitam ou impossibilitam o trabalho social com famílias e sujeitos em contexto de violência de gênero.* Por meio das práticas discursivas, ou seja, da linguagem em uso, foi possível compreender como a matriz de

inteligibilidade hegemônica naquele espaço produz sentido nas ações ofertadas às usuárias e aos usuários atendidos.

Assim, utilizar o Construcionismo Social em termos epistemológicos, eis aqui o primeiro passo, foi preciso tomar cuidado para não o transformar em uma metateoria criada por alguém. Em outras palavras, é escapar à tentação de adaptá-lo ao mercado intelectual para que sobreviva e se torne o mais apto ao capitalismo, tornando-se ferramenta das ideias dominantes que exploram e sabotam as lutas contra a opressão (Parker, 2014). Neste sentido, uma das principais preocupações de Kenneth Gergen (2011) está na implicação de compreender o construcionismo como um sistema de crenças, ou seja, ideias que podem ser entendidas como verdades ou mentiras, boas ou ruins, ou ainda como algo que pode ser depositada, ou não, alguma fé.

Na opinião de Gergen essa compreensão do construcionismo tem consequências dramáticas, e para desafiá-la, é preciso ousar e profanar contra algumas “vacas sagradas” (Hoffman, 1998) da Ciência: Essencialismo; Realismo; Conhecimento e Verdade Universal; Objetividade; Relação sujeito/objeto-pesquisador. Essas cinco vacas sagradas permitiram o deslocamento da fé na verdade religiosa para a fé na verdade científica, pois essa última poderia validar e revalidar aquilo que propunha, ainda que uma não tenha superado a outra, afinal elas coexistem, e por ser assim, promovem discussões acaloradas de seus seguidores.

Este, talvez, seja um grande diferencial para o Construcionismo Social, ao compreender que não existe uma única Verdade, mas sim inúmeras verdades que coabitam espaços sociais (Gergen & Gergen, 2010). Para Gergen (2011), portanto, não cabe às ideias construcionistas o questionamento se uma teoria, uma crença religiosa ou conjunto de ideias, incluindo o próprio construcionismo, são verdadeiras ou falsas, mas sim, o exercício é compreender que essas verdades são localizadas e construídas por meio de acordos entre grupos de pessoas em diversas situações.

Donna Haraway (1995), ao aproximar o Construcionismo Social das epistemologias feministas<sup>11</sup>, advoga em favor deste conhecimento localizado e, portanto, parcial. Mas não uma prática que caia no relativismo, mas sim “*uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver*” (Haraway, 1995, p. 24). Para tal, profanando contra o conhecimento e a verdade universais e contra a objetividade, é que o Construcionismo Social privilegia os processos como históricos e culturais (Burr, 1995; Burr & Dick, 2017).

E se não existe uma verdade única tampouco existe uma essência a ser descoberta, nem no mundo, nem nas pessoas (Burr, 2005) e aqui profano contra o Essencialismo. Em termos de pesquisa, não se refere descobrir as causas de determinado problema, mas sim compreender que as situações definidas como problemas emergem das experiências interpessoais (Fruggeri, 1998). Em relação aquelas/es sujeitos definidos para pesquisa, William Lax (1998) é enfático ao afirmar que não existe um *self* oculto que necessita de interpretação para ser revelado, pois nos “revelamos” nas interações que mantemos com os outros, mediados pela linguagem, ou pelas narrativas, como prefere o autor.

Para Lax (1998, p. 91) “*a própria interação é onde o texto existe, e onde emerge a narrativa de uma vida. O desenrolar do texto é sempre algo que acontece entre as pessoas*”. Embora o autor esteja aqui utilizando a concepção derridiana de texto, tomo a liberdade de traduzir enquanto conversação, diálogo ou qualquer outra forma de linguagem que acontece no cotidiano relacional. Com isso, deixo aberta a possibilidade de profanar contra o Realismo, ou a compreensão que o mundo existe independentemente do humano.

Para Burr (1995) o Construcionismo Social compreende que construímos nossas próprias versões de realidade entre nós,

---

<sup>11</sup> Ou reaproximar, pois na concepção de Raewyn Connell (2003) o mesmo possui dupla genealogia, sendo uma delas no movimento feminista da década de 1970.

ou seja, a realidade depende do modo como negociamos relacionalmente, e, portanto, coletivamente, que ela seja. Desta forma, para toda forma de realidade existe um processo de alteridade (Gergen, McNamee & Barrett, 2001), sendo que, esse senso de alteridade construído por determinado grupo é o que separa ou distancia de outros, ou seja, para cada grupo existe uma determinada realidade e, portanto, uma determinada verdade.

Frente a essa concepção, aniquila-se a última vaca sagrada, a relação sujeito/objeto-pesquisador. Para fins de pesquisa, trata-se de pensar quem serão os “sujeitos da pesquisa” para convidá-los ao diálogo transformativo. Para Gergen, McNamee e Barrett (2001) o diálogo transformativo deve ser compreendido como uma forma de intercâmbio que possibilita a transformação de uma realidade entre os que estão comprometidos com realidades antagônicas e suas práticas para uma realidade comum e em construção, o que no caso da pesquisa, é transformar a relação pesquisador-pesquisado para a concepção em que todos são “copesquisadores” (McNamee, 2014, p. 119).

Ao nomear “os sujeitos da pesquisa” como copesquisadoras/es o que pretendo destacar é a impossibilidade realizar questionamentos as/aos mesmas/os sem que estas/es não reflitam sobre a própria prática, da mesma forma, é inevitável que busquem no diálogo realizar questionamentos que as/os coloquem também como pesquisadoras/es. De certa forma, o que a pesquisa construcionista possibilita aos seus “sujeitos” é um convite a explorar quais tipos de mundo estamos criando, quais tipos de conhecimentos estamos produzindo por meio da pesquisa onde todas as pessoas se engajam no processo investigativo (McNamee, 2014).

Tal concepção encontra eco no que Harlene Anderson (2014) denominou de “diálogo colaborativo”, onde os participantes são convidados a notar e experimentar a unicidade e a nuance do presumivelmente conhecido e encontrá-lo como se fosse a primeira vez. Neste contexto, encontra-se a questão do método, ou seja, se faz necessário encontrar um que possibilite que tais epistemologias estejam na base de sua concepção, dando



sustentação e permitindo que a linguagem transite de forma fluída, sem se cristalizar em um determinado regime de verdade.

### 7.1. Uma questão de método

Longe de procurar a construção de regras para direção do espírito e de criar aqui um discurso do método, tal como René Descartes propôs (2001) para bem conduzir a razão e procurar a Verdade nas Ciências, a proposta então é dar o segundo passo para tentar compreender como as epistemologias construcionistas podem (im) possibilitar um método para a pesquisa.

Sandra Harding (1986) compreende que o método trata de ser uma estratégia de coletar informações, ou ainda, uma forma de proceder para coletá-las. Para Harding existem três formas de proceder a investigação pelo método de pesquisa social: escutar os informantes; observar o comportamento ou examinar vestígios e registros históricos. Reinaldo Furlan (2008) complementa tratando que o método como procedimentos escolhidos considerando a melhor adequação àquilo que queremos responder, não sendo *a priori* da pesquisa, mas sim, constituinte dela.

Para Furlan, portanto, o método deve ser compreendido pelo seu caráter provisório, onde, ao percorrê-lo, outras questões podem surgir e revelar becos sem saída, ou aparentemente sem saída, o que, nas palavras de Furlan (2008, p. 26), requer afirmar que “*um método pressupõe uma questão a ser resolvida, e envolve determinada concepção ou suposição de realidade, ainda que provisória*”. Nesta concepção, a pesquisa encontra como caminho potente a pesquisa qualitativa.

A possibilidade de uma pesquisa que apresentasse um outro caminho frente ao método tradicional, reconhecidamente quantitativo e das ciências ditas naturais, encontrou espaço na inquietação de pesquisadores/as que tinham interesse em compreender seu objeto como um sujeito social e participante de uma sociedade como produção histórica que produz a

subjetividade humana, aprofundando a complexidade dos fenômenos estudados (Biasoli-Alves & Romanelli, 1998).

Para Silva (citado por Biasoli-Alves & Romanelli, 1998), a pesquisa qualitativa possui algumas características que a mantêm inteligível a quem se propõe utilizá-la: a) O elemento principal é a/o pesquisador/a; b) o processo descritivo da investigação tende a ser maior do que o proposto pela pesquisa quantitativa; c) o processo de como ocorre a coleta de dados é tão interessante quanto os dados coletados; d) A indução é o principal processo para a análise dos dados, sempre buscando relacioná-los com a teoria que deu embasamento a pesquisa; e) por fim, tão importante quanto a/o pesquisador/a é o significado que os dados permitem constatar.

Tal abordagem poderia ser útil para o método do Estudo de Caso, contudo, a proposta do Construcionismo Social é de transcender a pesquisa qualitativa, compreendendo que a mesma continua a fazer parte da ciência hegemônica, ao tentar universalizar o conhecimento produzido. A intenção de transcender reside na possibilidade de construir o que pode ser chamado de “pesquisa como processo relacional” (McNamee, 2014) seguindo as epistemologias já tratadas aqui, mas que vale a pena resgatar: não-essencialista; não-realista; localizada e parcial.

Para Sheila McNamee (2014) se compreendermos a pesquisa por meio da visão relacional, aquilo que estamos pesquisando trata-se de processos interativos, ou seja, a relação entre as pessoas e a relação entre as pessoas e seus ambientes, em outras palavras, é estar curioso com os mundos possíveis construídos por aquelas interações, conversações e ações que acontecem por meio da linguagem e se distancia da noção de que o mundo, a realidade, está construída *aprioristicamente*.

Tal mudança, no entendimento de McNamee, é reflexo do reconhecimento de que não existe modo de compreender o mundo independente das conversações que estabelecemos cotidianamente, por meio das teorias que nos fundamenta e dos métodos que elas dispõem. Nesta direção, tanto método quanto conceitos, categorias e modos de entendimento fazendo sentido dentro de alguma tradição mais ampla, que pode ser nomeada como teoria, perspectiva ou inteligibilidade.

Desta compreensão surge a necessidade da construção de métodos que possibilitem o processo relacional, ou seja, que facilitem a interação entre as pessoas e entre as pessoas e o ambiente em que se encontram, permitem a conversação e a ação, enquanto jogo de linguagem construído coletivamente. Foi em direção a essa proposta que utilizei o estudo de caso e apliquei em minha pesquisa de mestrado. Para tanto, foi necessário desconstruir o estudo de caso nos moldes que vinha sendo utilizado nas pesquisas sociais e reconstruí-lo dentro da perspectiva construcionista.

## **7.2. Estudo de Caso: construindo um método construcionista**

Como dito anteriormente por Harding (1986) um dos métodos utilizados pelas Ciências Sociais trata-se de escutar os informantes, desta forma, se o que se pretende estudar pode ser alcançado por meio da linguagem, esta é transformada aqui em produção de informação, acessada por meio de procedimentos que vão de encontro a construção de um método relacional, localizado, não-essencialista, que respeite o jogo de linguagem do campo de pesquisa, sendo, portanto, o que foi proposto na utilização do estudo de caso como método.

Antonio Carlos Gil (2008, p. 58) traz que o Estudo de Caso vem sendo utilizado em algumas pesquisas que possuem como objetivos: "*a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos*". Frente ao exposto, para Robert Stake (2003) o estudo de caso pode ser simples ou complexo, dependendo do que será construído como um caso, podendo ser uma desde uma criança até uma instituição, podendo tratar de questões relativas ao indivíduo ou considerando as teias de relações que conectam e atravessam esse indivíduo.

Assim, na concepção de Stake, o/a pesquisador/a que deseja utilizar o estudo de caso deve estar atento: a natureza do caso; a história por trás do caso; o espaço físico; outros contextos (econômicos; políticos, por exemplo); outros casos que possam reconhecer esse caso como possibilidade; Informantes por meio do qual o caso pode ser reconhecido. (Stake, 2003). Stake ressalta ainda que o caso pode ser relatado por meio de uma história contada. Contudo, nem tudo são flores, Bent Flyvbjerg (2006) alerta para alguns mal-entendidos que comumente gera críticas às pesquisas que utilizam estudo de caso. O primeiro alerta se refere à possibilidade da pesquisadora e do pesquisador acreditar que o conhecimento teórico sobre o caso é mais valioso que o conhecimento prático, ou seja, além de colocá-los como ações distintas, ainda cria uma certa hierarquia.

Outro mal-entendido é compreender que o estudo de caso não contribui com o conhecimento científico pela impossibilidade de universalizar e generalizar, por se tratar de um caso isolado. Um terceiro mal-entendido é acreditar que o estudo de caso é mais útil para gerar hipóteses, enquanto que outros métodos são mais adequados para o teste de hipóteses e a construção da teoria. Seguindo essa lógica, alguns autores (Gil, 2008) entendem que o estudo de caso contém um viés para a verificação, por se tratar da interpretação, e por fim, muitas vezes é difícil resumir estudos de caso específicos.

Essas compreensões, ou mal-entendido, impede que muitas pesquisas utilizem o Estudo de Caso enquanto método, por considerarem que existe pouca confiabilidade e validade (Carazo, 2006). Piedad Cristina Martínez Carazo (2006) compreende que esta visão sobre o método advém do modelo tradicional e hegemônico de produzir conhecimento, ao qual privilegia métodos quantitativos. Desta forma, Flyvbjerg (2006) irá propor pensar o Estudo de Caso distante dessa visão, ao compreender que este método contém elementos narrativos, onde tipicamente abordam as complexidades e as contradições da vida real, onde o objetivo não é explicar tudo para todas as pessoas, mas sim permitir que seja um estudo diferente para pessoas diferentes, ou seja, que cada pesquisadora e pesquisador construa sentidos sobre o caso.

Assim, ao colocarem o Estudo de Caso como uma possibilidade que se constrói por meio da linguagem, o mesmo pode ser utilizado pelo Construcionismo Social e o estudo das práticas discursivas. Em outras palavras, ele foi um instrumento pelo qual as trabalhadoras e trabalhadores tiveram como possibilidade comunicar o modo como Gênero e Masculinidade estão construídos em suas práticas discursivas e como constroem a realidade. O Estudo de Caso realizado nesta pesquisa foi uma construção coletiva, onde as/os próprias/os participantes construíram o caso e após, foi utilizado como disparador dos diálogos.

Para tanto, a base utilizada para o Estudo de Caso foi a estratégia proposta por Ronald Labonte e Joan Feather, denominada “Diálogo por meio de História<sup>12</sup>”, desenvolvida quando trabalharam com comunidades em contexto de saúde no Canadá (Bojer; Roehl, Knuth & Magner, 2010). Bojer, Roehl, Knuth e Magner (2010) trazem que a estratégia consiste em usar as histórias construídas para detectar temas e questões importantes para determinada comunidade, tendo como ponto de partida as experiências pessoais e o ponto final a construção de um conhecimento de todos para todos.

Ronald Labonte, Joan Feather e Marcia Hills (1999) compreendem que tal estratégia se ajusta quando as pesquisadoras e os pesquisadores não são membros de determinada comunidade, no meu caso, não ser membro da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, e não são sabem direito o que perguntar, qual a melhor pergunta ou como usar as respostas. Assim, enquanto método permite a construção de uma relação de parceria entre os/as participantes da pesquisa (Labonte & Feather, 1997).

Labonte e Feather (1996) são assertivos ao afirmarem que histórias<sup>13</sup> são sobre pessoas e o sobre o que elas fazem, sendo

---

<sup>12</sup> Em Inglês: Story/dialogue method.

<sup>13</sup> Aqui cabe parênteses para diferenciar *history* e *story*. History na língua inglesa está ligada a História enquanto ciência, enquanto que *story* está ligada a histórias criadas e compartilhadas cotidianamente. Por exemplo, a História do Brasil e as “estórias” em quadrinhos.

ouvidas e compartilhadas por elas, tornando-as em temas generativos para reflexão e análise grupal. Dito isso, existem alguns passos para que tal perspectiva seja utilizada enquanto método: Escolha de um tema; preparar uma história de caso (case story); compartilhar a história do caso; criar cartões de *insights*, que aqui foram substituídos por *insights* verbalizados devido a uma das participantes possuir deficiência visual. Cada um desses passos será tratado a seguir, sendo que para que a estratégia produzisse sentidos foi preciso organizá-la para que acontecesse em termos relacionais: facilitar que a linguagem utilizada fosse inteligível; formação de grupos; perguntas.

### 7.2.1. Linguagem

Pensar na linguagem por meio do modo como ela se torna inteligível aos participantes é assumir que no Construcionismo Social as palavras só adquirem significado por meio do modo como são utilizadas em contextos inter-relacionais, não sendo, portanto, um mapa ou espelho de qualquer outro domínio, mas surge em rituais específicos de trocas relacionais, ainda que por relações de controle e poder (Conceição Nogueira, 2001).

Usando as palavras de Tom Andersen (1998, p. 70) para facilitar o que pretendo dizer, “[...] *só posso prestar atenção e me concentrar naquilo que eu tiver uma linguagem para descrever e compreender*”. Desta forma, a linguagem se torna inteligível quando constrói ou faz parte de um determinado jogo de linguagem específico onde as pessoas que participam, embora disputam sentidos, conseguem se compreender. Assim, o modo como formulamos a realidade é guiado e limitado pelo sistema de linguagem em que participamos, em outras palavras, o que pode ser dito sobre o mundo é resultado de convenções compartilhadas (McNamee & Gergen, 1998).

McNamee (2014) ressalta que esta visão da linguagem é diferente da proposta pela ciência moderna considerando-a como representacional. Assim, para o Construcionismo Social a linguagem é uma ação social, ou seja, não descreve o que “já está

no mundo”, mas sim constrói o mundo por meio da ação, o que para Moschetta (2014) trata-se de compreender a linguagem não por sua expressão, mas sim como um enquadramento que delimita nossas vidas no mundo. Assim, quando as pessoas conversam entre si, o mundo é construído (Burr, 1995).

É possível chegar, portanto, à compreensão que a linguagem é uma pré-condição para o pensamento, como informa Vivien Burr (1995). Nesta perspectiva, o mundo é entendido por nós através de outras pessoas que aí já estavam antes mesmo de nascermos, com conceitos e categorias conceituais também já presentes em nossa cultura. Neste processo apreendemos tais conceitos e categorias na medida em que vamos desenvolvendo o uso da linguagem e são reproduzidas todos os dias por aqueles que compartilham da mesma cultura e da mesma linguagem que nós. Assim, nossa própria maneira de pensar o mundo só é possível dentro da linguagem de determinado grupo social que pertencemos.

Como se trata de uma pesquisa, a escolha do tema está relacionada com a possibilidade de participar do jogo de linguagem da equipe do CREAS. Assim, seguindo a sugestão do Diálogo por meio de Histórias, optei para a construção do caso a “violência de gênero” como tema. No encontro preparatório, que será melhor abordado adiante, este tema foi colocado em destaque e negociado se seria interessante ou não para as equipes. Por se tratar de um espaço que atende diariamente famílias e pessoas em contexto de violência, não houve objeções, sendo de comum acordo. Contudo, o tema pode emergir do próprio grupo e a alteração negociada, sempre baseado em um ou dois eventos onde os participantes (contadores da história) experimentaram as tensões do tema descrito (Labonte & Feather, 1996).

Na pesquisa realizada, essa compreensão foi potente na medida em que possibilitou ouvir as/os profissionais sem ficar procurando algo oculto em suas falas, mas sim estar atento a como os conceitos que construíram sobre gênero e masculinidades produzem realidades e constroem o relacionamento com aquelas pessoas que atendem. Da mesma forma, impossibilita o julgamento se aquela/e profissional está correta ou errada em sua conceituação, mas perceber como as/os

demais, com mesmo entendimento ou não, constroem ou disputam os sentidos daquele determinado conceito ou categoria.

Como exemplo, cito a compreensão de que, para aqueles profissionais, gênero está fortemente vinculado a questão do corpo biológico e a sexualidade. Em um dos casos narrados, a todo momento se referiam a uma pessoa atendida pelo pronome “ele”, contudo, ao aprofundarmos sobre as possibilidades do porque esta pessoa sofria violência familiar, as/os trabalhadoras/es trouxeram que era devido à homossexualidade, pois “ele” é na verdade “ela”, tendo inclusive nome social feminino, mas que não era usado frequentemente pelo serviço por se tratar de “um” jovem, ainda que, neste caso, tratava-se de uma pessoa com identidade trans.

Poderia chegar a compreensão que aquele entendimento era de determinado profissional e que os demais não compartilham daquilo que ouviam, em outras palavras, individualizar. Eis que o desafio da pesquisa foi justamente o proposto por Lax (1998, p. 91) “[...] *mudar o conceito de entendimento daquele do indivíduo para a arena da interação entre observador e observado: um processo de co-construção do entendimento*”. Para tanto, como parece já estar sugerido desde as primeiras linhas, para que tal co-construção fosse possível foi necessário que os participantes da pesquisa estivessem reunidos em grupo.

### **7.2.2. Grupo**

Constituir um grupo tendo como fundamentação epistemológica o Construcionismo Social é pensar, mais uma vez e vale sempre a pena repetir, por meio da perspectiva relacional e tomo como base o trabalho realizado por Emerson Rasesa e Marisa Japur (2007) que, embora pensem o grupo para fins psicoterapêuticos, possibilitaram desconstruí-lo do modelo tradicional onde o foco é no indivíduo em relação e não na relação propriamente dita. Desta forma, substituirei “terapeuta” por “pesquisador/a” e “psicoterapia/psicoterapêutico” por



“diálogo transformativo” (Gergen, McNamee & Barrett, 2001), para manter o jogo de linguagem da pesquisa, por entender, portanto, que para o Construcionismo a/o terapeuta também é pesquisador/a e que a psicoterapia se trata de um processo em que o diálogo deve ser transformativo, resgatando aqui a concepção de copesquisadores/as.

No caso da minha pesquisa, as/os copesquisadoras/es, além de mim, foram profissionais (assistentes sociais, psicólogas/os; advogadas/os) que atuam na equipe técnica dos serviços já mencionados. Para realizar o convite foi realizada uma reunião anterior ao início da pesquisa onde foi explicado o objetivo da mesma, o que seria trabalhado, como seria trabalhado e quem não estivesse à vontade em participar poderia expressar ou simplesmente não estar presente no primeiro dia da pesquisa, contudo seria interessante para que pudessem rever as práticas cotidianas.

É a criação do contexto, onde pela primeira vez todos estão juntos, com suas expectativas, experiências, receios, medos, desejos e o que mais podem expressar (Rapizo, 2017). Esse primeiro momento foi importante, pois algumas dúvidas foram sanadas, entre as quais a principal está relacionada quanto ao sigilo das informações, haja vista que grande parte das famílias atendidas são encaminhadas pelo Sistema de Defesa e Garantia de Direitos por meio de ação judicial.

Faz parte da criação do contexto informar como as histórias devem ser narradas e quais as regras para o momento da narrativa. Para preparar a história Áine Kennedy (2001) sugere que os grupos sejam constituídos entre sete e dez pessoas, com a possibilidade de duas histórias, sendo necessárias algumas regras, entre as quais as principais são: construir críticas construtivas; ser cuidadosa/o; manter o sigilo e não falar durante a narração da história. Kennedy propõe alguns objetivos: que a história seja construída por meio de experiências práticas tendo o devido cuidado, crítica e reflexividade; possibilite a aprendizagem de estratégias práticas; deve ter aplicabilidade prática; gerar lições comuns sobre boas práticas para informar futuras práticas e desenvolvimento de programas.

Ainda que o convite seja para a cocriação de um diálogo transformativo, onde todas/os são pesquisadoras/es, é preciso dizer que para que esse processo acontecesse foi necessário que eu assumisse duas posturas: a de facilitador (Rapizo, 2017) e a postura filosófica de “não saber”. (Rasera & Japur, 2007). Basicamente, na compreensão de Rosana Rapizo (2017) tem a ver com a fluidez comunicacional, onde a responsabilidade principal reside na tarefa é a inclusão de todas as vozes no diálogo.

Com a postura de “não-saber”, o pesquisador ou pesquisadora “[...] torna-se um curioso a respeito das várias estórias e narrativas presentes dentro do grupo e tem um saber sobre seu ofício de construção de contextos e diálogos, mas não sobre qual o rumo que o grupo ou qualquer dos participantes irá tomar” (Rapizo, 2017, p. 79). Essas duas posturas me permitiram pensar o espaço onde o grupo aconteceria de modo a possibilitar que a criatividade gerasse reflexividade, onde os participantes poderiam se apropriar dos recursos grupais e individuais nas conversações (Rapizo, 2017).

Com estas duas posturas dissolve-se a concepção clássica em que coloca a pesquisadora e o pesquisador no pedestal e o idolatra por meio de sua especialidade, na medida em que se compreende, na concepção de Lynn Hoffman (1988), o conhecimento, enquanto construção social, muda, se renova e em algumas medidas se desfaz, a cada momento de interação. Nesta direção, para Hoffman a conversação será espontânea e não planejada, sendo ela mesma a sua autora e não o/a pesquisador/a.

Rosana Rapizo (2017) ressalta que este fluxo conversacional que acontece no grupo ao qual estamos inserido não traz apenas novas ideias, mas possibilita o movimento de nossos posicionamentos, onde as pessoas não apenas compreendem de uma nova perspectiva, mas veem e se mostram de uma forma. Uma realidade em constante construção e desconstrução. Assim, é por meio dessa conversação que a realidade da pesquisa se constrói.

E se a formulação desta realidade é possível, na concepção de Laura Fruggeri (1998), por meio das crenças mantidas pelas pessoas e são mantidas por meio das interações sociais, onde, por sua vez, confirmam as crenças que se originam

socialmente é preciso encontrar um meio de transformar tal realidade, que acontece por meio da própria relação (McNamee & Gergen, 1998), ou seja, da conversação e das perguntas realizadas, das quais falarei agora.

### 7.2.3. Perguntas

Se a linguagem constrói realidades por meio da negociação de sentidos nas relações interpessoais, para que a pesquisa facilitasse o processo de conversação sobre os casos construídos e narrados algumas perguntas foram necessárias, ainda que não estruturadas e definidas anteriormente, o Diálogo por meio de histórias, utilizado como base e já falado anteriormente, propõe quatro perguntas: 1. O quê? [sobre o que era a história]; 2. por quê? [por que os acontecimentos da história se deram daquela forma]; 3. e agora? [quais são os nossos *insights*] e 4. então, o quê? [o que faremos a respeito] (Bojer; Roehl, Knuth e Magner, 2010). Desta forma, a centralidade está no entendimento de que as perguntas que fazemos produzem as respostas que recebemos (McNamee, 2014).

Embora essas perguntas pareçam ser suficientes para a realização do estudo de caso, já que possibilita navegar pelas inúmeras respostas dadas pelas/os copesquisadoras/es, decidi resgatar a compreensão de entrevista interventiva proposto por Karl Tomm (1988) e os modos propostos de realizar perguntas: linear; circular; estratégico; reflexivo. Antes, é preciso compreender que tais perguntas devem ser convidativas ao diálogo que vá em direção ao seu aspecto transformativo. É importante destacar que para Labov e Waletzky (1966 citados por Flyvbjerg, 2006) quando uma boa narrativa termina é impossível alguém perguntar “e o que mais? ”, contudo, na minha concepção, não impede de haver interesse por tentar compreender como aquela narrativa contada foi possível.

Tomm (1988), tal como Raser e Japur (2007), está focado no jogo de linguagem da psicoterapia, contudo, seguirei atualizando terapeutas e clientes para pesquisadoras/es e

copesquisadoras/es. Tendo reafirmado esse critério, para Tomm as perguntas realizadas pelo pesquisador têm a finalidade óbvia de que as/os copesquisadoras/es as respondam, contudo, a intenção é que tais respostas capacitem o pesquisador a construir uma linguagem em comum com estes. Para Fruggeri (1998) a observação da/o pesquisador/a é limitada pelo ponto de vista da/o copesquisador/a, e o movimento contrário também acontece, o que permite afirmar que as construções da/o pesquisador/a estão ligadas ao modo como suas perguntas, comentários e intervenções são “ouvidas” pelas/os copesquisadoras/es.

Retomando os modelos de perguntas, portanto, a primeira se refere à Linear. Na concepção de Tomm (1988) o objetivo das perguntas lineares é basicamente investigatório, apresentando como perguntas básicas: “quem fez o que?; quando?; onde? Por que? ”. Partindo dessa perspectiva, as perguntas supramencionadas e propostas por Labonte, Feather e Hills (1999) se enquadram nesse modelo de questionamento interventivo, o que na minha compreensão não atingiria o objetivo de cocriar gênero e masculinidade enquanto categorias úteis, apenas identificar se já estão sendo úteis ou não, porque, desde quando e em que momento.

As perguntas Circulares ao contrário das lineares são exploratórias, colocando quem pergunta no lugar de um/a cientista prestes a fazer uma nova descoberta (Tomm, 1988). Na pesquisa, destaco algumas perguntas que se enquadram nesse tipo: “Como é para vocês enquanto homens atenderem mulheres que sofreram violência de outros homens? Como e porque esses relacionamentos são possíveis? ”. Outra possibilidade de questionar é por meio de perguntas estratégicas, sendo feitas para influenciar de maneira específica a resposta ou corrigir alguma outra, se destacando por sua forma corretiva (Tomm, 1988), sendo perguntas que revelam certa diretividade de quem está perguntando, ainda que deslocada do contexto geral, um exemplo pode ser encontrado na pergunta que realizei: “*O caso um vocês trazem que é uma menina e o dois como um menino. Mas eu entendo que o dois também é uma menina. Uma menina trans?* ”

Por fim, as perguntas reflexivas. Para Tomm (1988) a intenção destas perguntas é de ser facilitadora, compreendendo

que as pessoas possuem autonomia para construir suas relações e suas histórias. Assim, o pesquisador se concentra em permitir um espaço dialógico em que os participantes da pesquisa se abram a novas possibilidades, prestando atenção ao diálogo. Trago mais um exemplo da minha pesquisa: “No início foi falado que vocês se sentem impotentes diante das demandas de violência. Como o grupo permitiria o desenvolvimento dessa potência?”

Esse modo interventivo de fazer perguntas, questionamentos, impede que a pesquisa seja replicada, pois ao substituir as/os copesquisadoras/es outras questões podem surgir e estas desaparecer, ou ainda que se mantenha a pergunta, os sujeitos terão outras respostas, mesmo que o jogo de linguagem pareça inalterado. Em outras palavras, o conhecimento produzido é localizado. McNamee (2014, p. 125) oferece uma explicação para essa afirmativa, ao dizer que “[...] *enquanto uma resposta/resultado pode ser mais aceitável ou atraente para um grupo situado em um contexto específico, aquela mesma resposta/resultado pode não ser aceitável ou atraente (ou mesmo factível) para um grupo localizado diferentemente*”. Contudo, fica registrado que perguntas e respostas fazem parte de diálogos que facilitam as transformações sociais, não sendo sempre fluídos e harmônicos, sendo em determinadas vezes repletos de tensões e bifurcações.

Para que essas transformações aconteçam de modo crítico e reflexivo, a proposta é criar os cartões de *insight*. Para Labonte e Feather (1996) após cada finalização de história é possível construir os cartões, algo entre dez e quinze cartões, sempre de modo coletivo, dispostos no chão, na parede ou em algum outro lugar visível as pessoas. Apenas a construção de cartões não garante transformações, cabe ao facilitador contribuir para que possam gerar reflexividade, gerando a pergunta “então, o que?”.

Um detalhe importante a ser considerado, como já havia informado, é que em uma das equipes não foi possível criar cartões pelo fato de serem uma estratégia visual. Uma das pessoas integrantes da equipe é deficiente visual e para não a exclui, os *insights* foram dialogados e repetidos de modo que a mesma pudesse também trazer suas contribuições. Contudo, tal situação

não impossibilitou aquilo que era fundamental para a pesquisa, a conversação e, portanto, a análise das informações criadas.

Um dos maiores desafios em usar o estudo de caso foi a opção de entregar um caso padrão pré-constituído, sobre a redoma confortável de que atendesse a experiência das/os profissionais. Assim, abracei a possibilidade de construir um caso coletivamente, mais ajustado a proposta construcionista, atendendo ao meu objetivo de pesquisa, onde o interesse era cocriar, ou seja, criar em conjunto com as/os demais copesquisadoras/es Gênero e Masculinidade como categorias úteis para o trabalho social com as famílias que vivenciam a violência de gênero e são acompanhadas na Assistência Social.

Minha escolha de construir um único caso, revelou ser errônea devido a própria proposta do Diálogo por meio de História foram construídos quatro casos, dois por serviço. Os diálogos mostraram-se o quanto o Construcionismo Social é potente, pois para McNamee (2014) a possibilidade de construir novos entendimentos, crenças, valores e realidades está sempre presente, pois cada vez que existe o engajamento com os outros e com o ambiente, as possibilidades de criar outros sentidos e novas visões de mundo também estão presentes.

Compreendo que qualquer método pode ser reconstruído por meio das epistemologias do Construcionismo Social, pois como muito bem resume Gergen (2011) uma das maravilhosas consequências das ideias socioconstrucionistas é que ao aplicá-las, se abrem os mais ricos mundos de possibilidades, justamente por não lutar para definir que aquele conhecimento produzido é a verdade final. Assim, o questionamento inicial encontra duas respostas, uma afirmativa e outra negativa.

Ao dizer que não existe um método do Construcionismo pretendo dizer que o mesmo não inventou um método, mas sim possibilitar que os métodos existentes possam ser apreendidos por suas epistemologias aqui apresentadas, colocando-os sob suspeita, discutindo-os democraticamente e então reconstruí-los por meio do processo relacional. E por seguir esse caminho da relação generativa possibilita a multiplicidade de opiniões, de versões de verdades, de sensos e dissensos. Para Paul Feyerabend (1977) um

método que estimule a variedade de opiniões, indo contra a unanimidade, é o único método compatível para a Ciência.

Continuando com Feyerabend (1977), se quisermos seguir em frente é necessário recuar de modo a nos afastarmos das evidências, reduzindo a adequação empírica das teorias de modo a abandonar o que já conseguimos e começar de novo. Este é o convite do Construcionismo Social, de colocar sempre em dúvida o conhecimento construído, o que não significa abandoná-lo, mas sim estar alerta para não essencializar, universalizar e criar verdades estáticas e atemporais. Neste sentido, o estudo de caso, enquanto método da pesquisa construcionista, é potente por permitir a construção coletiva e, por meio da linguagem produzir o *entre* relacional.

Para Flyvbjerg (2006) as histórias de casos descritas assim não podem ser simplesmente resumidas, ou resumidas em alguns dos principais resultados que possibilita. A história do caso é em si o resultado. É uma "realidade virtual", por assim dizer. Neste sentido, o estudo de caso na perspectiva socioconstrucionista encontra eco nas *“políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade”*, justamente por ser uma proposta a respeito da vida das pessoas, a visão de um corpo, ou de corpos, em relação, sempre *“complexo, contraditório, estruturante e estruturado”* (Haraway, 1995, p. 30).

Ressalto que a intenção nunca foi de questionar se o Estudo de Caso nas outras perspectivas epistemológicas são utilizados de forma certa ou errada, ou produzem conhecimento certo ou errado, mas sim, seguindo as orientações de McNamee (2014), possibilitar que ele seja mais generativo, ou seja, inseri-lo em um processo de investigação que nos ajuda a conhecer a realidade construída de forma conjunta. Tanto que para analisar as informações construídas pode ser utilizada a Análise do Discurso (Foucault, 2012; Íñiguez-Rueda, 2004), Estudo das Narrativas (Ricoeur, 1994; Riesmann, 2008), Análise das Práticas Discursivas (Spink, 2010), sendo este último a minha opção, com a justificativa de ser uma produção construcionista e desta forma, compreendo que fortalece o Construcionismo Social não apenas como Epistemologia, mas também com Metodologia.

Para finalizar, é preciso lembrar que algumas transformações ocorreram no campo com a pesquisa e, portanto, com o método utilizado. Com diálogos harmônicos e dissonantes, a primeira transformação foi a compreensão de que era necessário ouvir a pessoa atendida pela sua própria perspectiva, pois a equipe percebeu o quanto focava na violência que aconteceu e não em todo o processo que fez com que a violência acontecesse. Outro ponto a ser destacado, foi o resgate que as equipes tiveram da necessidade de criar grupos de atendimento para trabalhar algumas questões que atravessam a todos atendimentos, inserindo questões de gênero e de masculinidades. Talvez seja por isso que Tomás Ibáñez Gracia (2001) se questiona: como não ser construcionista hoje em dia?

### **7.3. Dos Mapas Dialógicos às Nuvens Dialógicas: as possibilidades de compreender a matriz de inteligibilidade na pesquisa construcionista**

Como já havia dito, o movimento construcionista surge como alternativa àquelas/es pesquisadoras/es que desejam um caminho diferente daquele proposto pela ciência moderna hegemônica, que busca a construção de verdades incontestáveis e que possam explicar a realidade que encontra no dia a dia do fazer científico. Assim, por meio da epistemologia construcionista passo a compreender que o conhecimento é produto de uma determinada comunidade, situada em um contexto histórico e cultural (Burr, 1995, 2010, 2017; Gergen & Gergen, 2010). O objetivo desta seção é pensar como a produção de informação, por meio da linguagem, pode ser refletida e problematizada.

Nesta direção, é preciso tratar o conhecimento como linguagem em uso, sendo tomado então como uma prática social, implicando em entender seus aspectos performáticos (quando, em que condições, com que intenção, de que modo) e as condições de produção (entendidas aqui tanto como contexto social e interacional, quanto no sentido foucaultiano de construções históricas) (Spink, 2010). Ao tratar o conhecimento como



linguagem não estou afirmando que este conhecimento é apenas aquele advindo do fazer científico, mas sim, de todo tipo de conhecimento, seja de si, do mundo ou de qualquer outro aspecto, que produza narrativas.

Essa produção só é possível devido ao próprio *Self* ser narrativo (Gergen, 1994), onde a pessoa constrói narrativas que explicam ou falam de si mesmas, por meio de certa organização temporal dos eventos, estabelecendo conexões entre os eventos que vivenciou na tentativa de produzir ou manter-se inteligível tanto para si e para os outros. Assim, para Kenneth Gergen (1994) as narrativas podem ser compreendidas como recursos conversacionais e, portanto, se caracterizam por serem construções abertas às alterações na medida que a interação avança.

Emerson Rasera e Marisa Japur (2004) ressaltam que tais narrativas não são narrações secundárias sobre fatos, mas sim, determinam em primeiro lugar o que será considerado um fato. Na pesquisa realizada, as narrativas construídas sobre um caso atendido o constroem como um fato relevante às pessoas ali presentes.

É neste sentido que tais narrativas são constitutivas, modelam a vida e as relações das pessoas, recortam o que deve aparecer, se destacar ou desaparecer. São elas que determinam o sentido que é dado à experiência, a seleção dos acontecimentos a serem expressos, a forma da expressão e os efeitos e direções da vida (Rasera & Japur, 2004, p. 432).

Carla Guanaes e Marisa Japur (2003) abordam que para garantir a inteligibilidade das narrativas, a cultura ocidental estabeleceu algumas características que dão a elas o efeito retórico de veracidade e realidade: 1) valorizar o desfecho; 2) selecionar os eventos que sejam relevantes para este desfecho; 3) organizá-las em eventos importantes; 4) construir a estabilidade de uma identidade ao longo do tempo; 5) demarcar a sequência narrativa (início, meio e fim). Assim, nossa participação em uma cultura nos possibilita participar de um grande número de narrativas, onde podemos usar todas "*de acordo com as*

*contingências do processo conversacional e com o modo como desejamos nos contar ao mundo e a nós mesmos"* (Guanaes & Japur, 2003, p. 140).

Nesta pesquisa, as/os copesquisadoras/es contam suas narrativas sobre os atendimentos evocando múltiplas vozes. Algumas vozes que habitam o CREAS são: da legislação; dos profissionais e das teorias científicas; dos profissionais e suas vidas fora do CREAS; das mulheres usuárias e dos homens usuários atendidos. Para Rasera e Japur (2004) esta multiplicidade de vozes torna-se interesse da abordagem construcionista de duas formas, sendo a primeira referida a compreensão de que todos os textos possuem significados implícitos, onde as diferentes perspectivas de leituras e as diversas possibilidades de descrever uma mesma situação exigem um ato interpretativo. Portanto, cada vez que uma narrativa é recontada ela produz outra narrativa que amplia os aspectos da anterior. A outra forma se refere ao fato de que existem aspectos das experiências vividas que as narrativas dominantes não comportam.

É por este caminho que as narrativas estão ligadas nesta pesquisa com as práticas discursivas, pela compreensão que ambas são linguagem em uso e construídas por meio de repertórios linguísticos, que juntamente com os enunciados orientados por vozes, os gêneros da fala constituem as práticas discursivas (Spink, 2010). Jonathan Potter e Margaret Wetherell (1987) conceituam os repertórios como sistemas de termos utilizados cotidianamente para descrever fenômenos como eventos, ações e, inclusive, pessoas, sendo assim entidades teóricas caracterizadas pela fluidez e flexibilidade (Spink, 2010).

Mary Jane Spink (2010) tais repertórios são colocados em movimentos por meio dos processos de interanimação dialógica. Para chegar a esta compreensão Spink parte dos estudos de Mikhail Bakhtin, que compreende que a interanimação dialógica é o jogo que acontece entre as três dimensões da palavra: "*a Palavra Neutra da Linguagem, ou seja, a palavra dicionarizada; a Palavra do Outro que é cheia dos ecos dos enunciados dos outros (como os outros a utilizam) e a Minha Palavra, usada num plano de fala específico (ou seja, como eu a utilizo)*" (Spink, 2010, p. 28-29).

Para a pesquisa, no processo de interanimação dialógica foi incorporado na análise os vários elos do processo de comunicação, onde não apenas o que a pessoa responde é levado em consideração, mas também aquilo que o pesquisador perguntou, pois, estas trocas entre os repertórios linguísticos constroem os sentidos. Da mesma forma, na análise tomei o cuidado de ver como passado estava presentificado por meio dos tempos propostos por Spink (2010): Tempo Longo; Tempo Vivido; e Tempo Curto. De modo geral, o Tempo Longo é o domínio dos conteúdos culturais de determinada época, enquanto que o Tempo Vivido faz parte do processo de ressignificação do tempo longo por meio da socialização. Por fim, o Tempo Curto é a própria interanimação dialógica e sua produção de sentidos.

Aqui, então, preciso conceituar o "sentido". Para Spink (2010, p. 34)

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta.

A todo momento estamos produzindo sentidos, algo que não fazemos sozinhos, em um monólogo, pois sua produção só possível por meio do processo interativo, em um determinado contexto histórico e cultural, tendo a função de nos permitir lidar com as situações do mundo social. Desta forma, na perspectiva da linguagem em uso, o sentido é sempre interativo e dialógico, pois o processo de produção de sentidos implica existência de interlocutores variados cujas vozes se fazem presentes na conversação, ou seja, práticas discursivas estão sempre atravessadas por vozes. O modo como entrei em contato com as vozes presentes e habitando a atmosfera dialógica (Rasera & Guanaes, 2010) do CREAS apresento a seguir os Mapas Dialógicos e as Nuvens Dialógicas, procedimentos para a produção de informação para a pesquisa.

### 7.3.1. Mapas Dialógicos

Os mapas dialógicos vêm sendo utilizados ao longo dos anos em pesquisas de diversas áreas: Turismo (Spink; Aragaki & Alves, 2005); Saúde (Pedrosa & Spink, 2011; Salim; Soares; Machado Brigagão & Rosa Gualda, 2012; Campos, Silva, Bernardes, Soares & Ferreira, 2017), Ensino (Luna & Bernardes, 2016; Santana, Rocha, Bernardes & Ribeiro, 2016); Assistência Social (Mesquita, 2015). Nesta pesquisa, como já mencionado, utilizei para compreender a coprodução de práticas discursivas sobre Gênero e Masculinidade no Sistema Único de Assistência Social, mais especificamente, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Mas por onde transitar quando o território é construído por meio de palavras, frases e mesmo silêncios? Trago novamente Alice como uma metáfora narrativa: “Depende onde você quer chegar” responderia o “gato”. Minha primeira resposta seria “Em algum lugar ou talvez em qualquer lugar dentro do jogo de linguagem científico”, e essa seria minha melhor resposta. Então, com um sorriso de orelha a orelha, antes de desaparecer no ar, o gato diria: “Então, qualquer lugar é um bom lugar”. Mas será?

Não sou Alice, mas a pesquisa construcionista, enquanto território de palavras, oferece inúmeros caminhos para transitar e é, pelo menos para mim, evidente que nem todo lugar onde se chega é um bom lugar pelo simples fato que, às vezes, o que está no fim do caminho é um abismo em que não se pode encontrar o outro lado e por mais que se procure não há pontes para se atravessar, o que não necessariamente é algo ruim, pois ainda assim possibilita escolhas: voltar; ficar parado contemplando; se jogar e ver o que está lá embaixo ou construir a ponte.

Optei por construir a ponte, entendendo que para realizá-la seria necessário a contribuição de outras pessoas que me ajudariam a mapear o lugar em que ela teria maior e melhor utilidade. Assim, encontrei nos Mapas Dialógicos um bom início para este empreendimento, pois vai ao encontro de dois interesses:

1) No modo como as/os trabalhadoras/es falam sobre as categorias já citadas, seus repertórios narrativos acerca do trabalho que executam e nas outras vozes que habitam seus corpos, por meio de suas falas;

2) “[...] dar visibilidade à interanimação dialógica, aos repertórios interpretativos, a rupturas, ao processo de produção, a disputas e negociações de sentidos, a relações de saber-poder e a jogos de posicionamento” (Nascimento; Tavanti & Pereira, 2014, p. 247).

Os mapas dialógicos, conforme Spink (1999), pode ser conceituado como instrumentos de visualização que dão subsídios ao processo de interpretação e facilitam a comunicação dos passos deste processo interpretativo, com o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas, onde a pessoa pesquisadora busca aspectos formais dos repertórios utilizados na construção dialógica implícita à produção de sentidos. Na minha compreensão, os mapas permitem também o encontro com a polifonia do *Self narrativo*, por meio das múltiplas vozes que o habitam.

Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento, Roberth Miniguine Tavanti e Camila Claudino Quina Pereira (2014, p. 259) explicam como um mapa dialógico deve ser construído em termos gráficos, tratando-se de um quadro com linhas e colunas que, em geral, é organizado de acordo com: “a) os objetivos do estudo em questão – que também podem orientar a definição do(s) tema(s)/categoria(s); b) o(s) tema(s) identificado(s) na transcrição sequencial; e c) o que precisamos ou queremos dar visibilidade na nossa análise”. Segue o resumo do Mapa Dialógico do primeiro encontro com o PAEFI e tem como foco a violência de gênero, como exemplo.

Quadro 1 - Mapa Dialógico - Violência de Gênero

Violência de Gênero	Expressões de Gênero e Masculinidade	Práticas de Intervenção
	<p><b>CP06:</b> Então...A situação é de uma família de uma mãe que vive com um filho adolescente de 14 anos, separada do pai desse</p>	

	garoto desde que ele tinha seis meses de idade.	
CP06: A queixa é de violência física e psicológica do pai contra o menino, durante as visitas nos finais de semana.		
	CP06: Pelos relatos dela, ele é um homem além de violento extremamente controlador. As coisas têm que ser do jeito que ele quer. E isso ele exerce constantemente com o filho.	

Fonte: Da pesquisa

As gravações foram transcritas e organizadas para que a análise das informações fosse realizada por meio de mapas dialógicos, escolhidos por darem visibilidade ao processo de análise e ao contexto de coprodução das práticas discursivas (Nascimento; Tavanti; Pereira, 2014). Ressalto que ao longo do processo conversacional evitei perguntas como: "É desse jeito que você considera gênero?"; "Apenas Homem e Mulher?" ou ainda "Existe outro gênero que não esteja atravessado por homem e mulher?", para evitar aquilo que Spink (2010) denominou como violência, onde o pesquisador insiste em fazer perguntas que eliciam mais conteúdos quando a pessoa no processo de interanimação dialógica já finalizou o enunciado.

Dito isto, para a construção do mapa segui os dois passos iniciais que dão base para sua elaboração: 1) a transcrição sequencial (TS) e 2) a transcrição integral (TI). Nas palavras de Nascimento, Tavanti e Pereira (2014) a transcrição sequencial é a primeira aproximação com o material que será analisado e auxiliando na definição dos temas ou categorias para uso no mapa.

Para Spink (2004) trata-se de uma forma de reduzir a complexidade das informações, sendo um resumo da discussão

grupal, sintetizando as falas de cada interlocutor sem extrapolar o limite de uma linha por tema/interlocutor, o que possibilita a compreensão da dinâmica das trocas discursivas e uma visão das temáticas em discussão. Possibilitando, ainda, "*optar por analisar apenas os temas que são prioritários para os objetivos de pesquisa*" (Spink, 2004, p. 39), que nesta pesquisa são: Violência de Gênero, Expressões de Gênero e Masculinidade, e Práticas de Intervenção.

Na Transcrição Integral, como o próprio nome sugere, é realizado toda a transcrição do material, numerando as linhas de transcrição para uma melhor localização no mapa dialógico e na discussão dos resultados (Nascimento; Tavanti; Pereira, 2014). Contudo, os mapas dialógicos construídos por meio dessas duas transcrições, impedem a visualização por parte de quem lê a pesquisa, de como os repertórios narrativos vão revelando a matriz de inteligibilidade do campo pesquisado.

Ainda que a pessoa pesquisadora possa tratar e destacar a matriz por meio das palavras, penso a visualização é importante, o que fica dificultado se utilizar apenas os mapas, pois são extensos e trazem muitos repertórios que ficam distribuídos pelas linhas e colunas e dão mais um panorama dos repertórios do que necessariamente o foco em determinadas palavras ou frases que revelam a matriz de inteligibilidade em movimento. Neste sentido, foi pensado na possibilidade de construir um segundo instrumental, aqui denominado Nuvem Dialógica.

### **7.3.2. Nuvens Dialógicas**

A construção de um segundo instrumental foi necessária nesta pesquisa para atender a relação epistemológica entre o Construcionismo Social e as Teorias Feministas, em especial Judith Butler e sua compreensão de matriz de inteligibilidade. Deixo claro, nestas primeiras linhas que a Nuvem Dialógica não substitui o Mapa Dialógico, ou ainda é a superação ou melhoramento deste, embora possa muito bem existir sem o mesmo.

Nesta direção, as nuvens dialógicas revelam todas as vozes e palavras presentes nos seis encontros de uma única vez no que diz respeito a uma categoria escolhida para análise, neste caso: Gênero; Masculinidade; Violência de gênero; Práticas de Intervenção. As nuvens são interessantes para unir todos os encontros em um único espaço, porque cada encontro tem o seu próprio mapa dialógico, o que dificulta ter uma visão global dos repertórios que surgem no processo dialógico-conversacional. A seguir trago um exemplo de Nuvem Dialógica:

Quadro 2 - Exemplo de Nuvem dialógica de Gênero

...violência física e psicológica do pai contra o menino... Passou a agredi-la [...] psicologicamente. Colocá-la como submissa a ele... Passou a agredi-la fisicamente...ela começou a receber ameaças de morte desse marido. Continuou sendo agredida. Ser ameaçada, ser humilhada por ele...A mulher sofria violência constantemente [...] ela sofria violência física e psicológica... E continuava a violência física e psicológica... sofrendo essa violência moral [...] houve uma briga, uma crise e o pai matou a mãe e depois se matou. violência psicológica... a gente acaba nem atendendo muito violência contra mulher.

Fonte: Da pesquisa

Em termos gráficos, trata-se de uma única coluna e uma linha que traz os repertórios que revelam a matriz de inteligibilidade em movimento. Em especial, a segunda linha é tracejada para destacar que os repertórios são contingentes e que a nuvem está aberta para receber novos repertórios, mas que no momento da pesquisa, na interanimação dialógica, foram aqueles que surgiram ou puderam ser acessados, partindo da compreensão de que as narrativas são de *Selves* descentralizados, em constante movimento e constituídos de várias auto identidades (Lenzi, 2013), relacionais e linguísticos (Pereira & Rasera, 2017).

Nesta direção uma nuvem dialógica pode ser utilizada como uma representação de como uma matriz de inteligibilidade, ou várias matrizes estão materializadas nas práticas discursivas e nos sentidos produzidos por meio da linguagem, ou ainda, revelar possíveis matrizes habitando, mas ficando a margem. Aqui então, gostaria de tratar sobre essa compreensão de múltiplas matrizes coabitando, partindo da compreensão de Butler (2003) que define



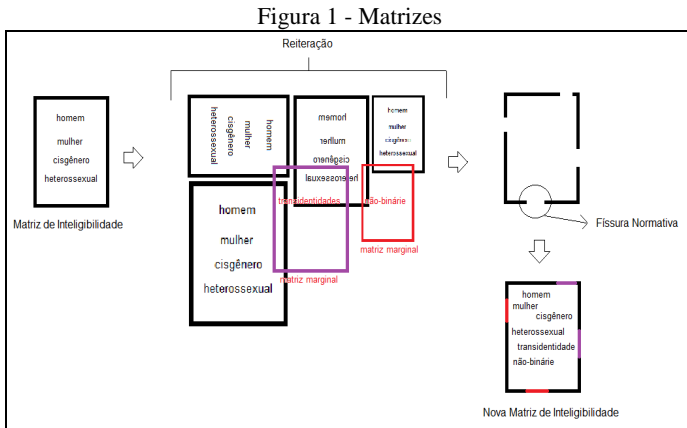
a matriz de inteligibilidade como o modo em que o gênero está organizado e possibilitando o reconhecimento de determinados corpos e a exclusão de outros, sendo esta matriz também chamada de heteronormativa.

Se existem corpos habitando fora do enquadramento ou no limite deste (Butler, 2015), parto do princípio que os mesmos habitam em algum lugar que não a matéria escura do universo e a própria Butler reconhece que de alguma forma estão materializados, ainda que na condição de espectro (Prins & Meijer, 2002). Assim, se estão fora da matriz por seus não “concordarem” com a norma, os mesmos permanecem vivendo, estabelecendo relações sociais e, de certa forma, incomodando esta norma, justamente por apresentarem uma outra matriz.

Não me sinto à vontade para nomear esta matriz que confere inteligibilidade, ainda que restrita, frente a heteronormativa. Poderia me arriscar a chamá-la de homonormativa, transnormativa ou queernormativa, mas nomeá-la é deixar de fora outras matrizes possíveis que ainda não reconheço por estarem distante demais de afetar as molduras do quadro de referência que me faz conferir inteligibilidade. Aqui, Maria Lugones (2014) contribui com a denúncia de que a própria compreensão sobre Gênero tem bases em conceitos eurocêtricos e heteronormativos que não respondem as demandas das Colônias, sendo que antes da colonização, diversas sociedades possuíam formas distintas de organização social daquelas propostas pelo Colonizador, aceitando outras representações de gênero (transsexuais, assexuados e o terceiro sexo), ou seja, no meu entendimento havia outra matriz, ou outras matrizes, que conferia inteligibilidade.

Com o reconhecimento que existem outras matrizes existentes e pensando a questão da pós-modernidade e sua saturação de múltiplas narrativas que destroem a possibilidade de identidade (*Self*) fixa e imutável, permitindo uma identidade relacional (Gergen, 2006), compreendo que por meio do processo relacional a matriz de inteligibilidade hegemônica pode ser desconstruída, repensada e reconstruída de um modo a ampliar o reconhecimento daquelas pessoas consideradas vidas passíveis de luto (Butler, 2015). Para compreender esta desconstrução

apresento um esquema, como uma linguagem gráfica e simplista, obviamente.



Para Butler (2015a) a produção normativa do sujeito acontece devido a repetição das normas que lhe conferem a possibilidade de reconhecimento, em um processo denominado de iterabilidade, onde a norma tem a propriedade de continuar se repetindo mesmo que parecendo ser outra, e neste sentido, seu movimento permanece rompendo com contextos de produção. Esse efeito performativo da matriz de inteligibilidade é construído então na reiteração das normas que são anteriores ao próprio sujeito, materializando aquilo que nomeiam, neste caso, corpos que não podem escapar do binarismo sexual.

Contudo, a cada reiteração, no processo de iterabilidade que insiste em permanecer como a única matriz possível, a matriz heteronormativa invade e é invadida por outras matrizes que existem e resistem ao apagamento, tentando justamente o próprio apagamento destas. Contudo, esta política de resistência das outras matrizes demonstra o potencial de construir sentidos que recusam os significados e as organizações estruturadas pelo poder (Lugones, 2014). Mas o que representa essa resistência?

Para Butler (2015a) isso representa a possibilidade norma entrar em colapso, sendo o sintoma de que a norma funciona por meio da sua perspectiva de destruição de suas construções. Este

colapso é rompimento daquela realidade aceita sem discussões, que expõe os planos da autoridade que procurava controlar o enquadramento, ou, a matriz. Contudo, penso que a norma nunca se destrói totalmente, a cada colapso busca se reorganizar para continuar existindo (Butler, 2015), mas a cada reorganização, se fragiliza apresentando fissuras. Estas fissuras normativas mantêm a matriz de inteligibilidade contingente e aberta a novas materialidades. Assim, embora pareça a mesma norma, não é mais, agora enquadra outros corpos que antes escapavam as fronteiras do enquadramento.

Dito isto, no processo de pesquisa não basta apenas olhar para o enquadramento materializado nas práticas discursivas. Em uma sociedade reconhecidamente construída dentro de uma matriz heteronormativa é inevitável que estas práticas apresentem o binarismo que reconhece apenas dois gêneros, ou ainda, apenas dois sexos. Desta forma, não seria necessário fazer pesquisa para constatar o que já está constatado. Com as nuvens dialógicas a ideia é apresentar justamente fissuras possíveis ou outras matrizes que habitam os espaços relacionais, para desestabilizar a matriz heteronormativa e ouvir as vozes que reclamam a existência de matrizes marginais ou marginalizadas.

Em outras palavras, enquanto os mapas permitem a organização linear as nuvens dialógicas apresentam a variedade de repertórios narrativos no campo de interesse da pesquisa que podem estar organizados ou desorganizados, já que nuvens não são lineares, ou não precisam ser. Essa não-linearidade demonstra a dinâmica, o movimento, que os repertórios narrativos possuem e da mesma forma o movimento de reiteração da matriz de inteligibilidade e das outras matrizes.

Na condição de pesquisador preciso reconhecer primeiro a matriz que me confere inteligibilidade e do modo como participo da construção de nuvens dialógicas nos lugares onde transito, relaciono-me e as vozes que constroem o meu *Self*, ou seja, minha polifonia. O efeito desta construção não-marcada pode ser a produção de um conhecimento fantástico, distorcido e irracional (Haraway, 1995), especialmente se as pessoas copesquisadoras são em sua maioria corpos femininos, colocando-os como subjugados. Para dissolver esse efeito é

preciso estar atento ao “*entre*”, a linguagem que constrói a realidade e os corpos participantes da pesquisa.

Nesta perspectiva, mapas e nuvens podem atender as epistemologias construcionistas e feministas. Advogo que pensar por meio dos mapas e das nuvens dialógicas, em especial as nuvens, é construir um caminho de como acessar as matrizes habitando determinado espaço sem generalizar ou universalizar por meio das inúmeras vozes em relação. Tratando de outra maneira, permite a/o pesquisador/a olhar para os repertórios narrativos que materializam as matrizes a partir de uma perspectiva localizada (Haraway, 1995). Tal como Donna Haraway (1995) o argumento aqui é a favor de uma prática de pesquisa que privilegie a contestação, desconstrução e conexões em rede, a partir da esperança de transformar os sistemas hegemônicos de conhecimento e maneiras de ver o campo e as/os participantes coprodutoras/es de informação.

Para tal, Haraway (1995) compreende que precisamos buscar outras perspectivas, pontos de vistas que possibilitem o conhecimento com potência de construir mundos menos organizados por eixos de dominação. Para chegar neste conhecimento, João Manuel de Oliveira (2010) transita por um caminho que é marcado pela polifonia, onde vozes localizadas constroem saberes que podem parecer contraditórios, que deixam de ter sentidos na singularidade, mas que se movimentem na pluralidade.

Acredito que não se trata aqui de vozes exclusivamente de pesquisadoras e pesquisadoras, mas também de todas aquelas pessoas que participam da construção do conhecimento, ou seja, também do chamado “sujeito” da pesquisa, que aqui denomino como “copesquisadoras/es”. Assim, não só a hifenização (Oliveira, 2010) do meu corpo deve ser colocada em evidência (homem-branco-heterossexual-cisgênero...), mas também de todos os corpos que se relacionam na construção da pesquisa, sem que isso seja uma violência que diz: “*está vendo que mulheres brancas também possuem discursos sexistas?*”. O que pretendo é justamente o contrário: “*está vendo como discursos sexistas habitam os corpos das mulheres construindo vozes sexistas?*”. Assim, quero compreender como isso acontece no campo da

pesquisa, ou seja, quais as nuvens sobrevoam os corpos, regando-os em tempestades discursivas, reiterando sua produção ou produzindo raios que rompem os enquadramentos.

Se para bell hooks (2017) está claro a necessidade de construirmos novas estratégias, novas teorias e caminhos que nos mostrem como criar um mundo em que a masculinidade feminista prospere, quero acreditar na possibilidade da construção conjunta de uma matriz de inteligibilidade "feminista", tal como Butler (1998) reflete sobre a universalidade, que também pode ser entendida como uma matriz, esta inteligibilidade feminista deve estar permanentemente aberta, contestada e contingente. Seria possível a participação de um homem-branco-hetero-cis nesta construção?

Algumas pessoas feministas, outras tantas sexistas, indicarão a impossibilidade, contudo, penso o contrário e espero ter apresentado até aqui os fundamentos para isso. Se cada vez que a norma reitera, buscando inúmeras formas de ser a mesma, ela vai se fragilizando e apresentado uma moldura cada vez mais fina, uma fronteira cada vez menos armada. Neste sentido, é possível que meu corpo possa reclamar uma matriz de inteligibilidade feminista, que "*acoja a los niños varones y a los hombres y que exija en su nombre todos los derechos que deseamos para las niñas y las mujeres...*" (hooks, 2017, p. 100), mas também a todas aquelas pessoas que não se enquadram como homem e mulher. Com isso, não nego a matriz que me confere inteligibilidade, utilizo-a para causar desconforto e constrangimento a própria matriz.

Nos termos reais da pesquisa, revelar a matriz de inteligibilidade não é suficiente, como já deve ter ficado claro, mas apresentar onde esta pode estar apresentando alguma abertura para transformação por meio de outras matrizes habitando o campo. Assim, a pesquisa de torna uma prática transformativa onde uma diferente descrição possibilita uma realidade diferente (Corradi-Webster, 2014), em outras palavras, se quero uma matriz de inteligibilidade aberta, contestada e contingente, preciso descrevê-la nestes termos, pois se a descrevo como fechada e rigidamente fixa, sem contestá-la, produzirei apenas mais uma forma (a pesquisa) de ela ser a mesma, ainda

que pareça diferente. Para escapar deste lugar, precisei olhar para o campo e para aquelas pessoas que o constroem diariamente por meio das práticas discursivas.

#### **7.4. Procedimentos**

Para dar início a pesquisa, após ter definido o campo e quais pessoas participariam, foi preciso ter o primeiro contato com o campo. Este aconteceu de forma presencial no Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Itajaí, SC, inicialmente apenas com a coordenadora, onde foram explicados os objetivos desta pesquisa. Ela solicitou um resumo do projeto para que pudesse dialogar com as/os trabalhadoras/es em reunião de equipe e saber do interesse deles. Na semana seguinte, por meio de contato telefônico, recebi a confirmação que as equipes aceitaram.

Após esta afirmativa, era preciso passar pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos - CPSH, ao qual submeti os documentos necessários para apreciação e aprovação. A tramitação foi relativamente rápida, frente as conversas com outras/os colegas que também haviam submetido, enviado no dia 06 de fevereiro de 2017 e sendo aprovado no dia 25 de abril do mesmo ano, sob o parecer nº 2.030.536, que se encontra anexo. Com a afirmativa do CPSH, era hora de voltar ao campo e encontrar com aquelas/es que participariam da produção de informação para esta pesquisa. A volta ao campo aconteceu após um telefonema onde ficou acordado o dia em que estariam me esperando para o início dos diálogos.

Desta forma, foram realizados sete encontros realizados coletivos. O primeiro foi reservado para explicar a pesquisa: seus objetivos, o modo como funcionaria, solucionar as dúvidas que as/os copesquisadoras/es poderiam ter e, desta forma, construir um contrato grupal que possibilitasse a fluidez comunicacional. Neste dia, a coordenação questionou se a pesquisa poderia ser realizada tanto com a Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI quanto para o Serviço de Proteção

Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade - MSE, onde ficou acordado que seria feito desde que seguisse o seguinte critério: dividir os serviços, onde as/os trabalhadoras/es de cada serviço deveriam participar do seu serviço específico.

Desta forma, os outros seis encontros estão divididos em: três encontros com as/os profissionais do PAEFI e três encontros com as/os profissionais do MSE. Os encontros foram gravados em áudio, ainda que houvesse interesse de gravar em imagem, esta foi impossibilitada pela disposição da sala onde os encontros aconteceram. Contudo, com a ajuda da/o observador/a, foi possível mapear as falas e quem as vocalizava.

O tema escolhido foi a Violência de Gênero, onde as/os trabalhadoras/es foram divididas/os em quatro grupos menores (dois grupos por serviço) de modo a preparar uma história de alguma família atendida no serviço e depois compartilhar está com os demais. Assim, foram compartilhadas quatro histórias, que serviram para mediar o Estudo de Caso e mapear os repertórios narrativos que traziam as práticas discursivas e os sentidos de Gênero e Masculinidade no CREAS.

## **7.5. Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**

Pessoas em situação de violência chegando e partindo. Eis um dia comum em qualquer Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Todas com suas narrativas particulares sobre o modo como vivenciam, ou vivenciaram, suas violências, como por exemplo a narrada pelas/os trabalhadoras/es do CREAS no contexto da pesquisa resumida aqui da seguinte forma:

*Suzana vive com seu filho de 14 anos, Tomas. Ela é separada de Alberto, o genitor do adolescente, quando este ainda tinha seis meses de idade. A*

*queixa é de violência física e psicológica do genitor contra o adolescente nas visitas que faz a casa do genitor. Suzana relata que sofria violência de Alberto e que de certa forma ainda sofre, tanto que não acionou a Justiça para receber a pensão alimentícia.*

*Tomas relata que inclusive a madrasta também o agride com tapas na cabeça, mas ele não se posiciona por medo de perder contato com os familiares da parte do genitor. Suzana diz que tem medo de ser agredida devido as ameaças verbais e que Alice, atual companheira de Alberto, é quem o impede de chegar as vias.*

Atender situações como esta gera uma grande quantidade de fazeres e saberes na busca de compreender e de superar a violência de modo a extingui-la, se não no contexto do macrossocial, no âmbito da microssocial, ou seja, das relações entre as pessoas. Como já foi dito e quero reforçar o objetivo foi compreender estes fazeres e saberes por meio das práticas discursivas de Gênero e Masculinidade e o sentido que elas produzem no trabalho das equipes de referência do CREAS.

Parto então, dos afetos encontrados neste campo. O CREAS possui uma localização invisibilizada no município por estar na parte de trás da Secretaria Municipal de Obras, sendo o seu acesso feito por uma lateral de pouco fluxo de veículos sem qualquer placa que indique sua existência. Ou seja, longe do olhar daqueles que desconhecem os serviços ali executados, como se o Estado renovasse um certo puritanismo denunciado por Michel Foucault (1999) para o sexo, mas aqui para a violência, procurando um certo modo de interditar, de forçar uma quase inexistência ou ainda calar esta, como que sussurrasse “vamos deixar aqui escondido do olhar dos curiosos este lugar que atende pessoas vítimas de violência”. Em especial, vítimas de violência física e/ou psicológica e/ou sexual, como traz a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

O edifício que compartilha os serviços segue a arquitetura exigida pelo Ministério do Desenvolvimento Social para os



municípios que receberam cofinanciamento federal para sua construção, contudo sua disposição interna não segue à risca, em especial, a sala destinada para o trabalho coletivo, que no caso, não é utilizada para este fim, sendo ocupada pelas trabalhadoras e trabalhadores com suas mesas, cadeiras, computadores e arquivos. Pode parecer irrelevante, mas não é por dois motivos: 1) revela o modo como os atendimentos são concebidos, ou seja, tendem a assumir o caráter individualizante das demandas que chegam; 2) impossibilita que haja uma mudança nesta cultura de atendimento, exigindo de quem quer trabalhar com grupos uma certa criatividade ou ainda encontrar um outro espaço fora dali.

Estes motivos levaram-me a pensar se o referido CREAS não habita um espaço transitório entre um lugar e um não-lugar (Augé, 2005) que embora exista, não acolhe as pessoas, que chegam todos os dias e cada vez mais, de modo a relacionarem-se entre si, de não deixar que as pessoas existirem para as outras pessoas. O que pensei é o quanto que o CREAS não pode vir a se tornar uma rodovia, que sirva apenas para os carros (as pessoas) passarem por ela, sem relacionar, sem construir uma identidade, sem prestar atenção a história, ainda que as buzinas e ruídos de motores (aqui usado como uma metáfora para a fala das usuárias e dos usuários e a respiração que as/os mantém vivas/os) incomodem.

Falar destes afetos aqui não é uma escolha ao acaso, mas sim, apresentar o campo de pesquisa por meio dos fundamentos do Construcionismo Social (Burr, 1995), ou seja, dizer que a produção de conhecimento aqui está localizada neste equipamento em específico, resultado da ação dialógica ali produzida. Desta forma, não pretendo criar uma explicação essencialista para as práticas discursivas que produzem os sentidos da violência de gênero, ou mesmo universalista que pode ser utilizada para explicar a todos os CREAS, assim um outro objetivo se conecta ao já citado, é possibilitar a reflexão sobre os sentidos produzidos de modo a possibilitar que certos repertórios narrativos sejam desconstruídos, analisados e então reconstruídos de modo a produzir efeitos que visem a igualdade e a equidade social, e como não se faz isso sozinho, é preciso dialogar com aquelas pessoas que constroem este CREAS.

## 7.6. Participantes: as pessoas copesquisadoras

Começo falando das pessoas copesquisadoras por meio das implicações deste pesquisador e meus posicionamentos presentes, ou seja, a existência de uma multiplicidade de *selves* articulados (Rosa, Tureta & Brito, 2006) que no momento da pesquisa emergem nos diálogos realizados, ao qual cito alguns de modo a exemplificar. Assim, ao longo da pesquisa é preciso refletir sobre os efeitos de um homem tendo mulheres como maioria entre os participantes da pesquisa. Um branco discutindo violência com outros brancos. Heterossexual não evocando as possíveis sexualidades. Cisgênero acreditando que todas as pessoas ali também o eram.

Outros *selves* também emergem no diálogo. Psicólogo, ou profissional técnico de Ensino Superior em uma cidade vizinha que também já atuou em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, tanto no PAEFI quanto nas MSE. Ter morado em bairros da cidade reconhecidamente vulnerabilizantes socialmente de onde partem muitas pessoas usuárias destes serviços. Esta multiplicidade de *selves* em relação com outros *selves* dos que ali participaram além de produzir uma reflexão necessária de onde se está indo com a pesquisa, produz um efeito que pode reafirmar as matrizes de inteligibilidade, e com a certeza assim o faz.

Participaram ao todo 11 copesquisadoras/es do PAEFI e 07 copesquisadoras/es do MSE, todas/os integrantes das equipes de referência, não se limitando apenas aos técnicos com formação acadêmica. Embora este fosse um dos critérios para a seleção, as pessoas com Ensino Médio também atendem as famílias e participam das práticas discursivas, o que me pareceu inevitável a participação delas, o que demonstra a necessidade de deixar algumas "certezas incertas" na arte de realizar pesquisas para não criar aquela rigidez que tanto o Construcionismo Social busca escapar.

Assim, nos diálogos com estas pessoas interessadas em refletir sobre o trabalho no CREAS por meio da pesquisa, as

informações foram sendo construídas no processo grupal e desenhando dia após dia os contornos dos enquadramentos presentes ali e deixando algumas aberturas nestas molduras que permitissem que nossos diálogos pudessem ser transformativos. São estas informações que possibilitaram as reflexões e problematizações sobre as práticas discursivas e a produção de sentido, às quais passo a tratar a partir de agora.

## **8. Gênero e Masculinidade no Centro de Referência Especializado de Assistência Social: Um olhar socioconstrucionista sobre as práticas discursivas das equipes de referência**

Aqui encontro o momento das Reflexões e Problematizações. Como o próprio nome sugere, olho para os repertórios narrados pelas trabalhadoras e trabalhadores, refletindo sobre de qual tempo estão construídos e o sentido produzido. Com o terceiro momento, discuto os dados a partir do referencial teórico apresentado nesta dissertação, ou seja, pelo Construcionismo Social e Teorias Feministas. Assim, apresento agora os principais repertórios narrativos e as vozes que habitam e materializam as práticas discursivas no campo de pesquisa.

O olhar crítico frente aos repertórios narrativos provenientes dos mapas dialógicos e das nuvens dialógicas possibilitou a compreensão das práticas discursivas que habitam o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, materializados nas dinâmicas sociais das ações realizadas neste equipamento, as quais produzem realidades e constroem, ou mantêm viva, uma matriz de inteligibilidade que torna essas dinâmicas justificáveis. Defini três conjuntos de sentidos que se relacionam, se cruzam e em alguns casos se contradizem: 1. Expressões de Gênero e Masculinidade; 2. Violência de gênero; 3. Dinâmicas Sociais.

### **8.1. Repertórios sobre Gênero e Masculinidade**

Optei por separar Gênero e Masculinidade para possibilitar o aprofundamento destas categorias e alcançar o objetivo proposto nesta dissertação: *Problematizar os sentidos de Gênero e Masculinidades produzidos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores do CREAS*, por meio das práticas discursivas que materializam os atendimentos realizados com famílias e sujeitos no cotidiano de suas práticas.

### a) *Gênero*

Parto da minha implicação teórica de que Gênero é uma categoria vazia (Butler, 2003), pois não possui conteúdo fixo, embora as normas busquem estabilizá-lo por meio da matriz heterocisnormativa, que entende uma diferenciação sexual binária. Assim, compreendo que se não possui conteúdo fixo, pode haver um rompimento desta matriz normativa por meio das fissuras que ela apresenta.

No âmbito do CREAS, o Gênero é reconhecido pela matriz citada acima, sendo preenchido discursivamente pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores pela diferenciação binária homem-mulher, contudo em alguns repertórios, poucos para ser sincero, sugerem alguns espaços para desestabilizar esta compreensão. Para que a visualização seja facilitada, apresento aqui a primeira nuvem construída a partir dos diálogos e seus repertórios narrativos que aconteceram na pesquisa por meio do Estudo de Caso e seus desdobramentos conversacionais,

#### Quadro 3 - Nuvem Dialógica - Gênero

filho adolescente. pai contra o menino. ela é uma moça. o menino tinha 05 anos de idade. ele é um homem além de violento extremamente controlador. A madrasta, pelo relato da mãe, é completamente também impositiva com o filho. A mulher sofria violência. essa mulher e falou. falando pra mãe “Cadê o teu homem? [...] agora tu só quer saber desse teu homem”. ela foi ver a menina. **O menino teve a mesma atitude. porque ele é homossexual. influenciavam ele a ser gay. Antonio, tem vontade de mudar o nome dele para um nome feminino e passar a se chamar Brigitte. Esse suposto colega de trabalho é na verdade um companheiro dele.**

Fonte: Da pesquisa

Para facilitar a compreensão do modo como este sentido foi construído, vou dividi-lo aqui em duas partes: diferenciação sexual binária e repertórios que podem desestabilizar a matriz de

inteligibilidade, estas em negrito. É possível ver que a nuvem que flutua sobre o CREAS é preenchida em sua grande maioria pelo binário homem-mulher e suas expressões (menino, menina, ele, ela). Para ampliar a reflexão sobre este binarismo, trago os repertórios de algumas das pessoas copesquisadoras que foram mapeadas, que acontecem já na co-construção do estudo de caso, que possibilitou a discussão coletiva.

**Copesquisadora 06:** *A situação é de uma família de uma mãe que vive com um filho adolescente de 14 anos, separada do pai desse garoto desde que ele tinha seis meses de idade.*

**Copesquisadora 03:** *A mulher sofria violência constantemente, foram casados por 18 anos [...]*

**Copesquisadora Medidas 04:** *A adolescente nasceu e reside em local de risco social. Sua mãe enquanto gestante era usuária de substância psicoativa, já tinha uma filha de um outro relacionamento que o pai assumiu a criação até a adolescência.*

**Copesquisadora Medidas 05:** *A gente vai chamar esse adolescente de Antônio [...] Ele é criado pelo avô e pela vódrasta.*

O início das narrativas vai apresentando a matriz de inteligibilidade que enquadra o Gênero no CREAS e que seguirá presente em todas as discussões. Desta forma, apresentam as famílias por meio de uma construção afetiva mediada pela heterossexualidade. Estes repertórios advêm ou são construídos em algum tempo e se fazem presentes nestas práticas discursivas (Spink & Medrado, 1999), mas que tempo é este?

A cultura ocidental é fundada na moralidade judaico-cristã (Louro, 2000). Neste sentido, Guacira Louro (2000) compreende que somos herdeiros do absolutismo judaico-cristão que supõe que as forças perturbadoras do sexo podem ser controladas pela moralidade que produz instituições sociais, tais como: casamento, heterossexualidade, vida familiar e

monogamia. Assim, cada narrativa apresentada pelas copesquisadoras e pelos copesquisadores possui um Adão, uma Eva e seus descendentes, que juntos formariam a base da sociedade. Eis então o Tempo Longo (Spink, 2010) ainda atuando.

Berenice Bento (2012, p. 277) declara que

Na mitologia judaico-cristã, temos um Deus-Pai, vingativo, que não perdoa nenhum tipo de desobediência do/a filho/a. Qual foi o pecado de Adão e Eva? Desobedecer. A pena: a expulsão de casa. O pai furioso sentencia: “Vou fazê-la sofrer muito em sua gravidez: entre dores, você dará a luz seus filhos; a paixão vai arrastar você para o marido, e ele a dominará” (Velho Testamento, Gênesis 3, 14-24). Então, a violência de gênero é sagrada?

Pretendo resgatar adiante o questionamento de Berenice Bento sobre a violência de gênero ser sagrada. O que me interessa neste momento é pensar que os repertórios das trabalhadoras e dos trabalhadores trazem essa mitologia e enquadra as famílias que habitam o CREAS, não que não existam outras, acredito eu, mas estas não passaram pelo reconhecimento de uma história possível de ser contada, ou contada de outro jeito que não pela tríade “pai-mãe-filho/a”. Judith Butler (2003b) ajuda-me a seguir nesta reflexão quando questiona se o parentesco é sempre heterossexual. Embora Butler esteja pensando no contexto estadunidense, a discussão pode ser importada, como tantas outras coisas, para pensar o Brasil.

Assim, ela desnuda a compreensão ocidental que insiste em colocar o casamento como uma instituição heterossexual com a justificativa de que sustenta a sexualidade para fins reprodutivos, conferindo o estatuto legal à forma da família. Interessante perceber como esta compreensão permanece viva nos processos de socialização, ou como denomina Spink (2010), no tempo vivido e transitam no tempo curto, ou seja, na interação face a face entre pesquisador e copesquisadoras/es, como no repertório abaixo:

**Copesquisadora Medidas 03:** *Como eu disse, só nasci em Balneário, mas vivi a vida toda aqui em Itajaí. É isso.*

**Copesquisadora Medidas 05:** *É casada...*

**Copesquisadora Medidas 03:** *Sou casada. Mãe do T., esposa do M.*

A partir desta negociação de sentido que se evidencia o que Berenice Bento (2012, p. 275) denuncia como a “materialização da soberania da natureza: um homem e uma mulher, dando continuidade à espécie. A complementaridade perfeita. Seria na heterossexualidade que essa instituição encontraria sua coerência e unidade”. Desta forma, o trabalho social com famílias no âmbito do CREAS, como já dito, mantém corpos sexualizados na matriz cisheteronormativa como aqueles passíveis de atendimento, ou seja, os demais corpos desviantes não se materializam, ou estão na forma de espectro, ininteligíveis.

Se a matriz de inteligibilidade de Gênero é preenchida pelo binarismo homem-mulher, é importante, então, buscar aqueles repertórios que tornam esses homens e essas mulheres reconhecíveis, apresentando suas molduras por meio dos sentidos construídos em conjunto. Como o objetivo da pesquisa é problematizar Gênero e Masculinidade nas práticas discursivas, os repertórios que engendram os homens serão tratados separadamente, no subitem a seguir. Então, passarei agora a pensar a mulher e como seu gênero está construído no CREAS, os repertórios aqui estão presentes no segundo mapa dialógico do PAEFI e no segundo mapa dialógico das MSE.

**Copesquisadora 06:** *Ela não sabe dizer se a madrasta também tem essa linha perversa como esse pai ou se na realidade ela se sujeita em virtude da personalidade desse cara. [...] A madrasta, pelo relato da mãe, é completamente também impositiva com o filho.*

**Copesquisadora 03:** *Chamou essa mulher e falou “olha, você vai agora nos servir, vai limpar a casa, você vai lavar nossa roupa,*



*fazer comida pra gente, não vai te faltar nada, mas você vai ter que ser praticamente nossa empregada.”*

**Copesquisadora 03:** *Ela sempre retorna a ideia de que a culpada é ela.*

**Copesquisadora Medidas 03:** *Desde o contexto socioeconômico deles, de repente essa mãe quando estava grávida bebeu. O relacionamento afetivo que ela tinha na época. A falta de estrutura emocional para ter uma filha naquele momento de vida.*

**Copesquisador Medidas 07:** *Mas onde envolve gênero?*

**Copesquisadora Medidas 01:** *Mas eu acho que quando vocês pensaram neste caso foi por conta do relacionamento amoroso com alguém. Ela troca constantemente de relacionamento. Ela não tem um valor sobre relacionamento entre homem e mulher, assim, um casal.*

Conforme o primeiro repertório trazido aqui, a Copesquisadora traz a voz de um homem autor de violência para trazer como as mulheres estão reconhecidas. É impossível para mim não pensar na famosa chamada da Revisa Veja ao tratar da primeira-dama presidencial: Bela, recatada e do lar<sup>14</sup>. Raewyn Connell (2016) compreende que a maior parte das ordens de gênero constrói privilégios para os homens e subordinação para as mulheres, ou seja, nas palavras ditas acima na voz do homem pela vocalização da Copesquisadora, é reservado à mulher este lugar de subordinada ao homem e ao lar.

Para não ficar batendo na tecla da religiosidade, que também legitima este lugar (Etto & Carlos, 2017), busquei outras dinâmicas sociais que buscam estabilizar este lugar de subalternidade da mulher. Para Rodrigo Mazer Etto e Valeska Gracioso Carlos (2017) ao longo da história a mulher sempre foi

---

<sup>14</sup> Revista Veja Online, Abril, 2016: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>

representada pelo olhar do homem sendo excluída da participação social, sendo apenas objeto para satisfação dos desejos masculinos, o que começa a ter uma transformação a partir do século XIX, mas que de certa forma, segue atuando ainda hoje.

Não é difícil encontrar exemplos de livros trazendo dicas sobre como ser uma dona de casa. Cátio Moraes (1997) escreve "Dona de casa - a profissão invisível" onde trata o cuidado com a casa uma das profissões mais desvalorizadas do século XX. Monica Duarte (2012) ao publicar o livro "A dona de casa perfeita: limpar, organizar e poupar" atualiza as atribuições da mulher dona de casa para o século XXI. Ainda há séries como "Desparated Housewives", ou na tradução para o português, "Donas de casa desesperadas" que seguem com a mesma lógica, apresentando uma narrativa diferente, ainda assim, relegando a mulher ao espaço privado.

Outro aspecto importante trazido nos repertórios é a questão da mulher em relação as emoções e a "estrutura emocional". Também quero exemplificar com alguns livros como estabiliza-se o homem como racional, lógico e inteligente e a mulher como irracional, emotiva e pouco inteligente. O livro de Allan Piese (2000) "*Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?*" aborda esta diferenciação entre os gêneros por meio do discurso científico e evolucionista, que busca subsídios para construir uma realidade, embora julgue que esteja analisando uma realidade pronta. Nesta questão, cabe as mulheres o amor, o carinho e a condição de saber cuidar do outro, enquanto aos homens cabe o instinto sexual, do macho que procria.

Connell (2016) aborda que essas dinâmicas produzem um corpo social para a mulher que é definido pela sua capacidade de procriar, sendo valorizada como mãe, em especial, mãe de filho homem. Esta constatação também passa pela compreensão das/os copesquisadores no seguinte repertório, presente no primeiro mapa dialógico do PAEFI:

**Copesquisadora 02:** *Ela tem um casal de filhos, um menino e uma menina, e ela vai tentar visitar os filhos na escola. Ambos rejeitam ela, e a menina ela*

*larga de mão e o menino ela continua insistindo. Então, isso pra mim fica bem claro a reprodução da mulher sobre a cultura machista.*

O machismo se apresenta inclusive na fala da Copesquisadora Medidas, no segundo mapa dialógico: "*Por essa dependência afetiva dela, ela se seduz, se deixa se seduzir muito fácil*". Além de culpabilizar a mulher pela violência que incide sobre seu corpo, justifica por meio de uma condição afetiva, este repertório narrativo parte do princípio de que entre as preocupações das mulheres estão o amor e a sedução (Castañeda, 2002). Como tenho enfatizado, não é incomum ver em novelas, filmes, músicas e na literatura esse enredo em que as mulheres são responsáveis por despertar as paixões de um homem racional. Mas quem é este homem? Como expressa sua masculinidade?

Antes de responder a estas questões, quero refletir como a matriz cisheteronormativa está desestabilizada, em especial quando surgem narrativas sobre a homossexualidade e identidade trans, e como busca se reorganizar para continuar a mesma, ainda que apresentando algumas diferenças. Como está em destaque na nuvem dialógica apresentada, alguns repertórios, localizados nos segundos mapas dialógicos, sugerem a existência de algo que foge ao enquadramento que confere inteligibilidade de quais corpos são reconhecidos pelo CREAS.

**Copesquisadora 03:** *Esse suposto colega de trabalho é na verdade um companheiro dele.*

**Copesquisadora Medidas 05:** *Todos os dilemas dele é dentro da sexualidade, porque ele é homossexual, por ele seria assumido, mas a família jamais vai permitir. Tanto que quando ele começou a demonstrar isso, o que para nós já era claro, ele foi tirado até da escola. Porque tirando da escola ele não ia se envolver com as pessoas que o influenciavam ele a ser gay.*

**Copesquisadora Medidas 06:** *E só pra concluir, ele quando fizer 18 anos ele, o Antonio, tem vontade de mudar o nome dele para um nome feminino e passar a se chamar Brigitte, porque ele quer assumir. Hoje ele não pode.*

No segundo mapa dialógico das MSE, encontra-se uma interanimação dialógica entre os participantes dos diálogos que ajudam a compreender um pouco mais a construção de um lugar que não aquele da cisheteronormatividade:

**Pesquisador:** *O caso um vocês trazem que é uma menina e o dois como um menino. Mas eu entendo que o dois também é uma menina. Uma menina trans?*

**Copesquisador Medidas 07:** *E a menina também é homossexual?*

**Copesquisadora Medidas 03:** *Não.*

A questão da homossexualidade dos usuários<sup>15</sup> dos serviços está as margens dos repertórios, como busquei representar na nuvem dialógica, parecendo que a qualquer momento ela será expulsa da nuvem ou apagada, se assim fosse possível. Assim, o "gay", "aquele que é na verdade companheiro", habita a moldura, não está fora, não está dentro, tenta se agarrar a borda para não escapar, isso por que, como aborda Butler (2015a) parte do problema da vida política contemporânea é que nem todo mundo é reconhecido como sujeito.

Fato é que, por estar na borda, o usuário gay é reconhecido como sujeito, ainda que não completamente. Assim, sempre quando surge "algo" que escapa ao enquadramento a tendência é conferir a este "algo" o reconhecimento da condição

---

<sup>15</sup>

Aqui mantenho o substantivo masculino para marcar que os repertórios são sobre corpos ainda masculinos, mas a mesma reflexão serve para outras expressões de gênero e sexualidade.

também de homossexual. É o que acontece com "Antonio/Brigite", que possui uma identidade trans, mas devido as práticas culturais ao qual está inserido/a<sup>16</sup>, uma delas o próprio CREAS, a única possibilidade que encontra é o reconhecimento enquanto homossexual e não como pessoa trans.

Para Connell (2016) ao longo da vida de mulheres e homens, a corporificação social tem poucas incorrências, contudo, no que a sociedade nomeia como transexualidade, as incorrências são mais severas, pois envolve a contradição limiar. Para a autora, as narrativas trans tratam de falar de reconhecimento, uma questão de a pessoa reconhecer a si mesma, e é o que parece acontecer com "Antonio/Brigite" e sua busca por ser reconhecido/a, ainda que não aconteça completamente no serviço em que é atendido/a.

De certo modo, o "homem que vive com seu companheiro" e "Antonio/Brigite" são construídos pelos repertórios como corpos masculinos que expressam uma masculinidade diferente das demais que são atendidas nos serviços do CREAS, masculinidades que causam estranheza e tentam se encaixar, ou serem encaixadas, dentro da matriz deste espaço.

Isso porque, na compreensão de Toneli e Becker (2010) por meio da leitura da obra de Judith Butler, a matriz heterossexual permite a consolidação da identificação estrita entre sexo e gênero, onde machos são homens e fêmeas são mulheres. Aqui o verbo "ser" expressa o exercício da norma em essencializar e naturalizar sexo/gênero, onde o sexo "natural" torna-se gênero.

Para Butler (2003) a identidade é um ideal produzido pelas normas, onde se estabelece características estáveis no tempo por meio de práticas que regulam a divisão sexo/gênero, dando um sentido de coerência interna dos sujeitos. Nesta direção, ao inserir a categoria cisnormativa na matriz heterossexual (cisheteronormativa), o não reconhecimento de um corpo em trânsito como o de Antonio/Brigite por parte das trabalhadoras e

---

<sup>16</sup> Por não conhecer Antonio/Brigite e o modo como deseja sua identidade nomeada, vou usar sempre o artigo compartilhado, por exemplo, "usuário/a".

dos trabalhadores é efeito “[...] das instituições, práticas e discursos – e, portanto, contingentes” (Toneli & Becker, 2010, p. 05).

O efeito no caso de “Brigite/Antonio” acontece por meio da identificação pela homossexualidade, ainda que gere desconforto. Esta identificação permite que o corpo masculino de “alguém que nasceu masculino” se estabilize no espaço e no tempo e possui ainda outra função, a de manter a homossexualidade dando sustentação a heterossexualidade, mantendo a última hegemônica e, portanto, normatizando as práticas narrativas.

Contudo, frente ao Construcionismo Social, destaco também a contingência. É justamente ela que permite com que o trabalho para ampliar a matriz de inteligibilidade seja possível. O olhar crítico frente as narrativas vão além da crítica às narrativas das trabalhadoras e dos trabalhadores do CREAS, vai em busca de elementos que desestabilizem as normas. E aqui acredito que seja o momento para começar a tratar das masculinidades nos repertórios narrativos das trabalhadoras e dos trabalhadores do CREAS, como produzem sentidos e participam das práticas discursivas.

## **b) Masculinidade**

Por ser uma das muitas expressões do Gênero, a masculinidade também é vazia e vai sendo preenchida por discursos e práticas sociais. Desta forma, tenho pensado na masculinidade por meio de sua pluralidade, fundamentando esta compreensão na epistemologia construcionista com suporte das teorias feministas, chegando a compreensão de uma masculinidade saturada (Cardoso & Beiras, 2017). A masculinidade saturada se traduz, portanto, como a possibilidade de pensar as masculinidades por meio das relações socioculturais que as constroem, sem essencializar ou universalizar uma única forma de expressá-la, o que não inviabiliza ou desfaz o entendimento de que exista uma Masculinidade Hegemônica,

definida como padrões de práticas normativas que insiste em uma forma de ser homem, exigindo a legitimação da ideologia de que este deve colocar ou deixar a mulher na condição de subalterna (Connell & Messerschmidt, 2013).

A pesquisa transita por este olhar de múltiplas masculinidades e da possibilidade de encontrar uma que se coloque como hegemônica, mas sem afirmar que esta é aquela definida por Connell e Messerschmidt (2013), colocando-me na possibilidade de ser surpreendido. Mas antes de trazer os repertórios de uma linguagem falada, quero trazer a linguagem expressa no corpo dos homens participantes da pesquisa. Todos os cinco participantes homens, o que me inclui, são brancos, cisgêneros e em relações heteroafetivas, vivem na classe média e possuem ensino superior.

Destacar esta interseccionalidade é importante para estar atento as falas, aos silêncios e de certa forma, se assim fosse possível, aos sussurros. Em uma política pública majoritariamente construída por mulheres, sejam elas trabalhadoras ou usuárias, interessa-me saber e revelar como vivem e habitam as masculinidades no CREAS, materializando e corporificando usuárias e usuários, conforme apresento na Nuvem Dialógica, a seguir:

#### Quadro 4 - Nuvem dialógica da Masculinidade

o pai matou a mãe. Esse avô é extremamente rígido, tem um cunho religioso muito forte... ele tinha que fingir que ele era másculo. ele é um homem além de violento extremamente controlador. Quando há uma figura masculina ela é rígida. ele comanda aquela área. Ele é o patrão. Ele tem que prover o sustento. Sempre fica aquela coisa machista, os homens futebol e as mulheres a casa. outro macho. homem também desprotegido.

Fonte: Da pesquisa

Mais uma vez parto do sentido construído nas conversações coletivas para depois buscar nos repertórios frases e palavras que sustentam este sentido. Assim, a masculinidade é expressa a partir do corpo reconhecidos como de homens, colocando-os no lugar da autoria da violência, mas também como vítimas, em especial, da legislação que defende a mulher, sendo que reservar este lugar de vítima para os homens é um processo

de negociação de sentidos entre as trabalhadoras e os trabalhadores, ou seja, enquanto algumas pessoas os colocam lá, outras entendem que este lugar não pode ser deles. Passo para os repertórios, então, mais uma vez iniciando pela construção conjunta do Estudo de Caso.

**Copesquisadora 06:** *A queixa é de violência física e psicológica do pai contra o menino, durante as visitas nos finais de semana. [...] Pelos relatos dela, ele é um homem além de violento extremamente controlador.*

**Copesquisadora Medidas 05:** *Que houve uma briga, uma crise e o pai matou a mãe e depois se matou. [...] esse avô é extremamente rígido [...]*

Para Benedito Medrado e Jorge Lyra (2015) estas narrativas são possíveis devido as formas tradicionais, institucionalizadas e violentas, sejam elas materiais e/ou simbólicas, de produzir regimes de verdade sobre o masculino em nossa cultura. Esta socialização masculina e as normas que produzem uma masculinidade tradicional sustenta a violência a partir de certos atributos culturais como o uso do poder e do controle, a falta de empatia, a defesa da honra e demonstração de hombridade, além de formas violentas de expressar raiva e frustração (Barker & Aguayo, 2011). Karla Galvão Adrião (2005) ressalta que é por meio da violência que o gênero é definido e regulado, com a tendência de manter os poderes que se atribuem aos homens frente as mulheres, em outras palavras, Adrião compreende que a dominação masculina é marcada pela violência, seja em relação a outros homens, mas especificamente contra as mulheres.

Essa hierarquia que coloca os homens em um lugar acima das mulheres está presente em alguns repertórios:

**Copesquisadora 06:** *[...] passou a agredi-la constantemente, psicologicamente. A diminuindo devido a vida que ela tinha antes*



*dele. Colocá-la como submissa a ele, em virtude de que ela não tinha como prover a própria vida e de que ele seria o salvador dela.*

**Copesquisadora 03:** [...] *na época marido, levou um colega, dizendo ser um colega de trabalho pra morar na mesma casa que eles e chamou essa mulher e falou “olha, você vai agora nos servir, vai limpar a casa, você vai lavar nossa roupa, fazer comida pra gente, não vai te faltar nada, mas você vai ter que ser praticamente nossa empregada.”*

**Pesquisador:** *Os dois casos se assemelham? Seria a mesma possibilidade como explicação?*

**Copesquisadora 07:** *Segundo caso também tem uma questão cultural envolvida, porque se deu bem no interior, onde a mulher geralmente é submissa ao homem.*

**Pesquisador:** *É mais no interior que a mulher é submissa ao homem? Existe essa separação entre interior e cidade?*

**Copesquisadora 02:** *Acho que a submissão feminina é culturalmente mais forte no interior.*

**Copesquisadora 06:** *Mas talvez no interior... é, no interior elas tenham menos possibilidade de pedir algum socorro.*

Estes repertórios demonstram a compreensão que há uma hierarquia entre os gêneros: o homem como provedor/superior e a mulher como assistida/subalterna. De modo geral, Júlio Assis Simões, Isadora Lins França e Marcio Macedo (2010) compreendem que esta hierarquia está articulada por meio da posição que coloca a masculinidade como ativa e a feminilidade como passiva, englobando todos corpos em termos de posições bipolares, ou seja, “homem x mulher”, “homem-hetero x homem-gay”, por exemplo. Para aprofundar nestes repertórios, procurei pensar de qual tempo eles vêm e por que continuam produzindo sentidos e construindo práticas.

O tempo longo vem mais uma vez trazendo a tradição judaico-cristã e para tal acredito ser importante trazer algumas passagens do livro cristão que afirmam esse lugar do homem, sendo que uma das passagens mais emblemáticas está presente no livro de Efésios: “*As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher [...]*”. Poderia trazer outras passagens, mas está me parece suficiente para marcar o tempo longo atuando nas práticas discursivas do presente. Sem medo de ser criticado por isso, o modo como as instituições religiosas cristãs têm tomado conta cada vez mais do espaço midiático, com canais de televisão próprios e produção de filmes em maior escala, serve como estabilização desta linguagem e dos lugares destinados para cada um, daquilo que compreendem, dos dois gêneros possíveis.

Assim, o saber religioso continua desempenhando um importante papel no regime de verdade sobre os gêneros. Contudo, seria injusto colocar toda a culpa na religião, sendo que mesmo com a ruptura com o modo teológico de explicar o mundo, o discurso que permite esta hierarquia existir permanece como uma verdade. O que pretendo dizer é que o saber científico continuou com a tradição religiosa de buscar explicar, ou melhor, construir uma realidade em que homens permaneçam superiores as mulheres. Conceição Nogueira (2001) indica que na Grécia Antiga, filósofos como Platão e Aristóteles já concebiam que a mulher e o feminino como um desvio, uma imperfeição em relação ao homem e ao masculino. Nesta direção, para o pensamento grego, que também dá bases a cultura ocidental, o homem é reconhecido como criador da ordem e da lei e associando a mulher como seu oposto, ou seja, reconhecida pelo desejo e desordem e, portanto, um ser inferior pela sua natureza.

Na transição entre o pensamento grego e o pensamento moderno, com a Filosofia Iluminista e sua proposta da razão e do método científico, mantém a mulher nesta condição de subalternidade ao homem, muito porque não possui razão ou a que possui é inferior. Contudo, já nos textos medievais o discurso médico é utilizado para legitimar a mulher na esfera familiar, em especial, responsável pela maternidade, o que na modernidade não foi diferente. (Conceição Nogueira, 2001). Assim, no século

XVIII, mesmo com a Revolução Francesa que tinha o reconhecido e famoso lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, o discurso médico reafirmou a condição biológica na diferenciação entre os sexos e, por consequência, no papel atribuído a cada um (Rohden, 2001).

O discurso médico segue atuante na produção dos corpos que passam a ser reconhecidos por aquilo que discurso denomina como a "natureza" humana, a diferença anatomicamente sexual. Esse discurso produz alguns efeitos na produção das masculinidades, assim Michael S. Kimmel (1998) entende que as masculinidades são construídas a partir de dois campos inter-relacionados: relações de poder de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações de homens com outros homens (desigualdades com base na raça, etnia, sexualidade...). Na prática do CREAS, esta inter-relação acontece com as mulheres colocando os homens em um lugar de compreender melhor os outros homens, conforme trago na seguinte interanimação, quando conversamos sobre as famílias que vem procurando alguma solução para o cuidado com seus filhos, questionando se as/os trabalhadoras/es sabem o que fazer para resolver os seus problemas:

**Copesquisadora Medidas 05:** *Também não. A gente abordava um psicólogo para nos ajudar.*

**Copesquisador Medidas 07:** *Que bom se eu soubesse, né?*

**Pesquisador:** *Então vou questionar ao psicólogo que é o salvador daqui.*

(risos).

**Copesquisador Medidas 07:** *Eu sei todas as respostas.*

(risos).

**Pesquisador:** *Como que é pra ti enquanto homem atender esses meninos que vem, essas mães que vem? Como é que tu se vê nessa relação?*

**Copesquisador Medidas 07:** *Sinceramente eu não consigo perceber essa diferença entre ser*

*uma figura masculina ou feminina. Eu sempre bati nesse ponto. Quando a gente aqui houve “Vou deixar para você atender porque essa pessoa precisa de uma figura masculina”. Acho que precisa tanto da figura masculina quanto da feminina também. Ambos os sexos podem atender o menino e a menina, podem contribuir. Não porque eu sou homem eu vou poder contribuir mais ou menos, entende? Acho que nós como psicólogos somos preparados para atender ambos os gêneros, né? Então eu não vejo diferença, não vejo dificuldade nenhuma de atender menino ou menina. Pra mim eu vejo da mesma forma.*

Antes de refletir sobre esta interanimação, vou resgatar outra, para que o aprofundamento seja mais efetivo.

**Pesquisador:** *E agora uma pergunta para os homens. Vocês enquanto homens atendendo as mulheres que sofrem violência de homens, como é que é pra vocês esse processo? Vem pra vocês que também estão inseridos nesse machismo?*

**Copesquisador 08:** *Eu, às vezes sim, fico envergonhado do comportamento dos homens. Mas tem certas coisas ali que eu percebo que eu compartilho. Não a questão da violência radical, mas dos objetivos que os levaram a cometer a violência, pois isso está tão arraigado, a questão da opressão masculina que faz com que seja automático isso aí.*

Destaquei essas duas interanimações por se tratarem de dois diálogos que aconteceram por meio do referencial de corpos masculinos, conversando sobre o atendimento de homens. Enquanto que o copesquisador 07 do Serviço de Medidas Socioeducativas tenta escapar do lugar onde o homem pode

compreender melhor outros homens, ou que por ser homem tem mais a contribuir do que as mulheres trabalhadoras, ou seja, do lugar no topo da hierarquia dos gêneros, o copesquisador 08, do PAEFI, olha para si e sua construção de masculinidade e a reconhece em outras construções masculinas que comparecem aos atendimentos.

Aqui parece haver um espaço para desestabilizar a masculinidade reconhecida como violenta. O copesquisador 07 Medidas ao colocar homens e mulheres em condições de igualdade, fragiliza o argumento "*Eu sei todas as respostas*", típico da ciência produzida pelos corpos não marcados (Haraway, 1995), da ciência positivista. Não estou dizendo que o referido copesquisador representa uma masculinidade feminista, mas é preciso destacar que "*Ambos os sexos podem atender o menino e a menina, podem contribuir. Não porque eu sou homem eu vou poder contribuir mais ou menos, entende?*". Sim, eu entendo. E entendo que "*a questão da opressão masculina que faz com que seja automático isso aí*" (Copesquisador 08), a violência, não precisa ser automática.

Um detalhe que me parece importante é a característica do serviço em que cada um destes dois pesquisadores atende. O serviço de medidas socioeducativas é reconhecido pelo maior atendimento de adolescentes do gênero masculino, enquanto o serviço especializado para famílias e indivíduos, atende um público mais feminino. O primeiro serviço é tratado como um lugar para atendimento aos adolescentes homens, enquanto o segundo atende as mulheres, crianças, adolescentes e outras pessoas que sofreram violência de homens:

**Pesquisador:** *E na maioria dos atendimentos, são mais masculinos ou femininos que são atendidos?*

**Copesquisadoras Medidas 01, 02, 04:** *Masculinos.*

**Pesquisador:** *Porque vem mais meninos? Mais masculinos?*

**Copesquisadora Medidas 01:** *Por que eles cometem mais atos infracionais...*

**Copesquisador Medidas 07:** *Por conta da cultura machista.*

**Pesquisador:** *Diante de tudo isso, a violência acontece por uma questão cultural?*

**Copesquisadora 10:** *Em ambos os casos aparece a questão do machismo. O homem, no primeiro, a mulher tem que fazer o que ele quer, tem que ser submissa, se não ele usa violência em geral. E no segundo a mesma coisa. "Ah tu vai me servir, vai ficar aqui pra me atender. Vai ser minha empregada, não vai faltar nada pra ti, mas tu vai ter que ficar aqui pra me satisfazer"*

Parece inevitável a estes repertórios que os homens que transitam em ambos os serviços estão marcados pelo machismo e pela violência que possibilitam a construção de suas masculinidades. Assim, a partir de agora quero refletir em como as violências acontecem por meio da minha compreensão de que são todas marcadas pelo Gênero, ou seja, são violências de gênero.

### **c) Violência de Gênero**

Desde o início, quando a pesquisa foi apresentada aos, até então possíveis, participantes, a minha fala foi sempre utilizando a terminologia "violência de gênero", para deixar marcado a intenção da pesquisa, evitar possíveis equívocos e possíveis inferências nas conversações, deixando que as pessoas participantes tivessem liberdade na expressão do que compreendem por Gênero e Masculinidade tendo como veículo esta "violência de gênero" e suas compreensões sobre ela.

Ao refletir sobre os repertórios sobre Gênero e Masculinidade trazidos neste processo conversacional da pesquisa, considero importante trazer também os efeitos dos

sentidos produzidos de Gênero e Masculinidade e a construção do sentido de violência de gênero para estas trabalhadoras e estes trabalhadores. Isso, por que, pessoas vivenciando situação de violência não eram o público da Assistência Social em seus marcos legais, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS de 1993.

Para construir a Assistência Social como um espaço para o trabalho com a violência é preciso interpretar e construir pontes entre os artigos constitucionais. O Artigo 226, do Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso coloca a família como base da sociedade brasileira, tendo especial proteção do Estado, sendo que no § 8º encontra-se a seguinte redação: “*O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações*” (Brasil, 1988).

No artigo seguinte (Artigo 227), alterado por meio da Emenda Constitucional nº 65, de 2010, coloca que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Para estabelecer que a Assistência Social é a política pública que cria mecanismos de coibição da violência no âmbito das relações é necessário que se resgate o Artigo 203, inciso I, que define um dos objetivos desta política, ou seja, “*a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice*” (Brasil, 1988). Em outras palavras, o atendimento a pessoas em situação de violência, bem como a construção de ações de prevenção a esta violência, é uma atribuição da Assistência Social.

Tendo justificado a necessidade de explorar a violência, no caso desta dissertação, a violência de gênero, apresento a

nuvem dialógica que traz alguns repertórios utilizados pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores para tratar da violência:

Quadro 5 - Nuvem dialógica da Violência de Gênero

...violência física e psicológica do pai contra o menino... Passou a agredi-la [...] psicologicamente. Colocá-la como submissa a ele... Passou a agredi-la fisicamente...ela começou a receber ameaças de morte desse marido. Continuou sendo agredida. Ser ameaçada, ser humilhada por ele...A mulher sofria violência constantemente [...] ela sofria violência física e psicológica... E continuava a violência física e psicológica... sofrendo essa violência moral [...] houve uma briga, uma crise e o pai matou a mãe e depois se matou. violência psicológica... a gente acaba nem atendendo muito violência contra mulher.

Fonte: Da pesquisa

Os repertórios sobre a violência de gênero são apresentados no processo conversacional compartilhados no e pelo grupo, sendo: violência física; violência psicológica; violência moral; briga; crise; violência contra a mulher. Assim, ao narrarem as histórias das famílias que atendem sobre a violência de gênero, a palavra "Gênero" fica apagada na linguagem no Tempo Curto, o que permite a compreensão de que ela não existe ali naquele espaço atuando enquanto categoria analítica para o trabalho desenvolvido.

Contudo, na interanimação dialógica se presentificaram diferentes vozes, que na conversação foram ativadas pela memória cultural (Tempo Longo) e pessoal (Tempo Vivido) das pessoas que ali trabalham. Início a discussão pelo Tempo Longo resgatando um repertório que aparece para se referir a violência de gênero: "briga". A etimologia da palavra "briga" vem da língua céltica que significa "força" e ao ser incorporado pelo vocabulário italiano, sua possível origem latina, passou também a ter sinônimo de "incômodo, problema, luta".

Culturalmente, em especial no Ocidente, o uso da força, conjugada à agressividade, e, por consequência, a autorização para usá-la em uma luta, por exemplo, sempre teve como sujeito o "homem". Robert Muchembled (2014) afirma que a agressividade destrutiva é uma coisa de homens ligando-se a virilidade, concepção definida em cada sociedade, naquilo que determina o



Gênero, e, no enquadramento ocidental que admite apenas dois gêneros, estabelece uma desigualdade entre eles, colocando aquilo que é masculino sobreposto ao feminino.

Nos dias atuais, um ditado popular expressa um aspecto da vida social que remete ao que até agora foi dito: "*Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*". Ou seja, no uso da força do homem contra uma mulher, ou quando um homem e uma mulher estiverem em uma briga entre si, ninguém está autorizado a se intrometer, o que de certa forma é expressado na fala de uma das trabalhadoras:

**Copesquisadora 10:** "*a gente acaba nem atendendo muito violência contra mulher...*".

Talvez porque nossa civilização insiste em não colocar a questão da violência contra as mulheres e minorias em destaque, substituindo-a por séculos pela questão da mulher enquanto "civilizadora", cuja missão é o abrandamento dos costumes e desviar os homens da violência (Muchembled, 2014). No Tempo Vivido, onde os repertórios fazem parte do processo de socialização, o poder da legislação que regula os serviços da Assistência Social fica mais evidente, justamente por participarem do jogo de linguagem destas/es profissionais. Violência física e violência psicológica estão presentes em documentos técnicos que orientam a atuação das pessoas que trabalham e, de certa forma, das pessoas que são usuários dos serviços. Como já foi mencionado, até a publicação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em 2004, não havia menção de que a violência teria um lugar para sua discussão e enfrentamento nos serviços socioassistenciais.

Contudo, é apenas na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) que surge os termos "violência física" e "violência psicológica" como exemplos de violação de direitos. Estas terminologias são encontradas na referida tipificação justamente ao tratar do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, serviço em que a voz da legislação ficou mais em evidência. Elas são reafirmadas como competência do CREAS em seu caderno de

orientações técnicas, que ainda define aquelas pessoas mais propensas a estas violências: “crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias” (Brasil, 2011).

Nesta direção, não é de se surpreender que em uma política pública em que sua grande maioria é executada por mulheres em atendimentos a mulheres, a violência passa, em um determinado momento, a ser objeto de interesse. Em outras palavras, ao focar o atendimento nas mulheres que sofrem violência, busca-se educá-las para que elas superem a violência que sofrem como se assim pudessem contribuir para que toda a sociedade também a supere.

Outro aspecto que merece discussão é o binarismo produzido entre físico e psicológico, que recebe um outro nome na ciência moderna: corpo (físico) e mente (psicológico). O filósofo René Descartes fundamentou as bases científicas que dividiram o homem em duas substâncias: uma imaterial (alma, razão...) e outra, material (corpo) (Barbosa, Matos, & Costa, 2011). Essa concepção de Descartes, mas que também já era concebida na Filosofia Clássica, nos estudos de Platão e sua concepção de um Mundo das Ideias, possibilita que a Medicina e a Psicologia, por exemplo, fossem se tornando áreas distintas, onde a primeira cuida do objetivo e a segunda teria preocupação com subjetivo.

Assim, fica claro que o tempo longo continua atuando tanto nas legislações, quanto nas práticas discursivas. E falando de legislação, a violência de gênero surge como sinônimo de "violência moral". No Tempo Vivido, a violência moral faz parte do processo de socialização por meio da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, que traz em seu artigo 7º, inciso V, que a compreende como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, em especial aquelas praticadas por homens.

Contudo, estes homens se colocam como vítimas desta legislação, como traz uma interanimação narrada por uma das copesquisadoras, e outra interanimação que aconteceu no momento da pesquisa:

**Copesquisadora 05:** *Eu fiquei pensando, se ela nunca apareceu e eu ouvindo a história dele eu pensei, mas onde aconteceu esse rompimento de vínculo que desencadeou tanta raiva, tanto ódio. Até entrei no detalhe, perguntando se havia uma questão de alcoolismo, uma questão de dependência química. Eu disse: “Olha, eu to aqui largando a caneta, largando o papel, e eu não vou registrar isso. Mas eu preciso ouvir do senhor porque o motivo de tanta raiva, porque tantas vezes ela acionou a justiça pra se proteger, quando na verdade o senhor está me colocando como vítima. O senhor é vítima?”*, ele disse **“Sou vítima! Eu nunca bati nela, eu nunca bebi...”** Então eu fiquei assim uma hora, resumindo pra encurtar o assunto, eu me senti assim, entristecida por saber que a mulher, as vezes tem uma lei que protege, mas no entanto eu vejo o homem também desprotegido, como nessa situação.

**Pesquisador:** *Essa é uma situação. A maioria das situações tem esse mesmo relato? Do homem no papel de vítima também do processo?*

**Copesquisador 08:** *Eu já atendi situações assim que a mulher conhecedora desses serviços, dessa teoria que a protege, ela faz uso pra prejudicar seu parceiro.*

**Pesquisador:** *Ela usa a lei maria da penha como um instrumento de violência contra esses homens?*

**Copesquisador 08:** *Sim, não foram muitas situações, mas ocorre.*

Estas palavras que fiz questão em grifar fazem-me pensar sobre o conceito de violência proposto pela Organização das

Nações Unidas por meio da Organização Mundial da Saúde - OMS, que a define como

O uso **intencional da força física** ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação" (Krug et al, 2002, p. 05). **Grifo meu.**

Parece que há eco entre o que homem diz e o que conceitua a OMS, pois as palavras se cruzam na compreensão de que a violência só acontece quando há a intenção real (*eu nunca bati nela*) ou em ameaça (*eu nunca bebi*). Na ausência de intenção não há violência, pois não resultou em grande possibilidade de lesão, morte ou qualquer outro resultado que o conceito da OMS sugere, assim, qualquer acusação que diga o contrário vitimiza o homem e culpabiliza a mulher pela denúncia ou pela própria violência.

Alan Jenkins (2009) destaca que é comum aos homens procurarem alguma justificativa para a ação violenta contra as mulheres quando são questionados sobre estes atos. Entre as principais justificativas estão o amor, a sua natureza e a limitação humana, dentro de uma construção narrativa sobre a violência que versa sobre a intenção ética de educar o outro, no caso sua, companheira.

Alguns repertórios vão nesta direção ao tentar explicar a violência de gênero e culpabilizando a mulher:

**Pesquisador:** *Ela usa a lei maria da penha como um instrumento de violência contra esses homens?*

**Copesquisador 08:** *Sim, não foram muitas situações, mas ocorre.*

**Copesquisadora 02:** *O que eu vejo muito é a culpabilização da mulher. Isso acontece muito, assim. "Ah, eu me estressei, ela me encheu o*

*saco, porque ela reclama. Porque não me deixa em paz”. Esse é um discurso bastante recorrente assim.*

**Copesquisadora 10:** *Nos relatos, a mulher é sempre... algo sempre aconteceu para que o homem pudesse tido a atitude de bater, usar agressividade, fazer uso de violência. Então, assim, não se fala muito do relacionamento em si, né, se fala muito na culpabilização, até um pouco mais da mulher do que do homem. O homem bateu, mas foi porque aconteceu alguma coisa. A mulher acabou fazendo alguma coisa...*

Estes repertórios possuem consonância com o que Jenkins (2009) indica como justificativas dadas pelos homens para a violência: direito exagerado, coerção justificada e responsabilidade abdicada, neste sentido, estes homens podem não ter pensado muito na experiência daquela pessoa que foi prejudicada. Aqui, parece-me interessante resgatar aquele questionamento proposto por Berenice Bento (2012, p. 277) “*Então, a violência de gênero é sagrada?*” Esta responsabilização da mulher frente a violência que sofre é encontrada ao longo dos séculos. Um bom modo de compreender esta responsabilização é por meio de algumas passagens da bíblia cristã, que aqui tem relevância, por também fazer parte do processo de socialização de muitos homens e mulheres. Uma das passagens mais emblemáticas está presente no livro de Efésios: “*As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher [...]*” e pode ser complementada pelo que está escrito no Primeiro Livro de Timóteo “*A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio*”.

Ao pensar nas passagens bíblicas pensei na possível heresia que eu poderia cometer e este pensamento me fez reconhecer minha construção religiosa dentro do cristianismo. O que quero dizer com isso, em um país reconhecidamente cristão, a

construção religiosa é importante no processo de socialização e na construção dos gêneros e sua matriz de inteligibilidade. Desta forma, as mulheres neste contexto são criadas a submissão e devem ficar em silêncio com toda a sujeição, caso contrário quando "*... ela reclama... não me deixa em paz*", o homem está autorizado a corrigi-la, pois pode exercer a autoridade sobre a mulher. Esse fato talvez passaria batido se as trabalhadoras e trabalhadores não apresentassem em suas narrativas que o contexto social é um fator determinante para que a violência aconteça, ou seja, em uma sociedade marcada pela religiosidade é necessário refletir sobre seus discursos materializados nos corpos.

Outra questão importante relacionada ao contexto social que explica a violência de gênero é o machismo. Maria Cecília de Souza Minayo (2005) apresenta os laços perigosos entre o machismo e a violência, partindo do entendimento de que o primeiro compreende o masculino como sujeito da sexualidade e afirma o feminino como seu objeto, sendo que esta relação é um valor que acontece à longa data na cultura ocidental. Em termos nacionais, essa relação encontra eco na categoria relacional da "razão de honra", que ao mesmo tempo que é forte, também é provisória (Minayo, 2005), pois seu exercício depende dos atos performativos do gênero (Butler, 1999) masculinos que (re) produzem a materialização de corpos aptos a prover a família e de marido que precisa assegurar que sua parceira permaneça fiel, desafiando os outros homens (Minayo, 2005).

Ampliando o sentido compartilhado de violência de gênero por meio desta discussão, a mesma pode ser definida como "ações violentas de homens contra mulheres situadas em determinado contexto cultural que a legitima como parte do processo de construção de relacionamentos que fortalece a desigualdade entre os gêneros, culpabilizando a mulher pela violência". Esse sentido se materializa nas práticas cotidianas nos serviços, ou seja, constroem os termos pelos quais profissionais compreender e lidam com a situação da violência no seu dia a dia, o que faz resgatar a compreensão construcionista de que a linguagem é uma forma de ação social (Burr, 2006).

## d) Linguagem em Ação: as práticas do CREAS

Se o sentido produzido e compartilhado sobre violência de gênero é de uma ação de homens contra mulheres, enquanto serviço que atende estas demandas, as equipes técnicas constroem práticas que visam dar conta das usuárias e dos usuários que chegam diariamente para receber atendimento e compartilhar suas histórias sobre a vida que constrói. Para refletir sobre estas práticas, construí uma nuvem dialógica com os repertórios que apresentam palavras e frases sobre o modo como as equipes executam seus atendimentos.

### Quadro 6 - Nuvem dialógica das Práticas

Com as famílias não ter poder de mudar um padrão cultural. A gente tem como mudar o olhar sobre as famílias. Mas o padrão cultural machista segue aí. Estamos todos inseridos nele, por mais que tenhamos um olhar diferenciado... E eu acho que a nossa própria prática de empoderamento feminino vai muito na onda machista, assim... Empoderar mulher é estimular a autoestima... o embelezamento, pra que ela consiga conquistar outro macho. Há algum tempo teve um curso aqui, para mulheres vítimas de violência, foi pro lado da estética... Hoje os atendimentos são individuais. Com relação à situação de violência, sobretudo com relação a violência contra a mulher... E a gente tem discutido muito essa questão de que um olhar sobre a vítima não é suficiente, precisa olhar sobre a relação. Estamos começando a pensar nesse momento um grupo fechado com um número específico de encontros... Nossas práticas são invasivas. A gente invade... a gente tem uma prática invasiva com uma parcela da sociedade, da população. Que é a parcela pobre. Nós dizemos isso baseados em legislações, em regras da sociedade. A gente sempre tem mesclado, independente do curso.

Fonte: Da pesquisa

Refletir sobre a linguagem em ação passa por olhar as práticas narradas pelas/os copesquisadoras/es em seu cotidiano de trabalho junto com as pessoas atendidas. Resgato uma interanimação dialógica para iniciar:

**Pesquisador:** *E como a gente supera esse machismo enquanto possibilidade? Como é*

*que a gente rompe para que a repetição não aconteça? Quais são as possibilidades que elas têm? Como vocês falaram em mais e menos oportunidades, quais vocês conseguem enxergar que consigam romper com esse machismo e essa repetição de violência, para que essas mulheres consigam superar essa violência?*

**Copescisadora 03:** *Mudança de padrão de cultura, é o que eu acho. Acredito que vai muito além de uma mudança de comportamento. Mudar...*

**Copescisadora 02:** *Mas a gente não tem poder pra isso...*

**Copescisadora 03:** *Mudar uma cultura...*

**Pesquisador:** *A gente quem?*

**Copescisadora 02:** *A gente equipe de referência. Com as famílias não ter poder de mudar um padrão cultural.*

É emblemático começar por esta interanimação, presente no segundo mapa dialógico do PAEFI, para tratar das práticas do CREAS. Com esta resposta dada, a pesquisa poderia ter sido encerrada, pois não haveria o que fazer para mudar a questão da violência de gênero. Contudo, como se trata de uma pesquisa construcionista e feminista, estava lá para também construir diálogos transformativos.

Isso, porque, essa compreensão de que não existe o poder de mudar se aproxima muito a uma compreensão essencialista, de que as coisas são assim e assim serão. Contudo, esta ausência de poder, está muito mais ligada, na minha opinião, à força da norma que, por meio dos discursos, busca inviabilizar qualquer ação que a desestabilize. Deste modo, ao colocar a violência no âmbito da cultura, fica distante qualquer ação para romper com esta violência. Como já dito anteriormente, esta violência normativa opera por meio daquilo que nomeamos como violência e a relacionamos com o aparato jurídico, político, cultural e ao



mesmo tempo funciona como o apagamento da própria violência que "acabamos" de nomear (Toneli & Becker, 2010).

No contexto das relações, no dia a dia de atendimentos, o discurso assume uma explicação por meio daquilo que estamos acostumados a denominar como "visão de mundo". Como o que traz a Copesquisadora 02:

**Copesquisadora 02:** *"As nossas visões de mundo influenciam as nossas práticas [...] se a gente tem uma visão de mundo mais enquadrada vamos escorregar na prática".*

Donna Haraway (1995, p. 18) traz argumentos importantes sobre a visão, este "*sistema sensorial muito difamado no discurso feminista*". Que visões de mundo são essas que influenciam as práticas escorregadias? Resgato outros repertórios para avançar:

**Copesquisadora 02:** *"A gente tem como mudar o olhar sobre as famílias [...] Mas o padrão cultural machista segue aí. Estamos todos inseridos nele, por mais que tenhamos um olhar diferenciado [...] E eu acho que a nossa própria prática de empoderamento feminino vai muito na onda machista".*

Abrir os olhos para isso é se permitir ver o machismo invisibilizado pelo processo de naturalização de gestos, atitudes e profissões reservados para determinado gênero (Castañeda, 2002), mas também nas teorias que fundamentam as práticas e nos permitem a construção de um mundo reconhecível. Haraway (1995) entende que muitas destas teorias, desses modos de ver o mundo, parte de um olhar conquistador, que inscreve os corpos marcados, permitindo à categoria não marcada alegar o poder de ver sem ser vista e de representar escapando a representação.

Nestes termos, Homens e Brancos, enquanto posições não marcadas, não são nem objetos e nem sujeitos das práticas acadêmico-científicas, mas dão o tom do que chamam

objetividade. Esta objetividade permite a manutenção de um machismo invisível regulando as práticas, como exemplo, os documentos da Organização das Nações Unidas sobre igualdade de gênero que não apontam homens como grupo e em poucas ocasiões discutem os homens em termos reais (Connell, 2015).

Para Marina Castañeda (2002) o machismo vai sendo engendrado como algo natural, onde a sociedade o fomenta de forma universal, sendo incorporado gradualmente em nossas vidas, por meio do agir, do pensar e do sentir. Por isso, que ao pensar o empoderamento feminino surgem como boas ideias práticas que são vinculadas ao feminino, como por exemplo, cursos de maquiagem e estética, produzindo o efeito onde mais uma vez a mulher é colocada no lugar da sedução:

**Copesquisadora 02:** *E eu acho que a nossa própria prática de empoderamento feminino vai muito na onda machista, assim.*

**Pesquisador:** *Como assim?*

**Copesquisadora 02:** *Empoderar mulher é estimular a autoestima... o embelezamento, pra que ela consiga conquistar outro macho. Isso me irrita profundamente.*

**Pesquisador:** *Essas são as práticas que acontecem aqui?*

**Copesquisadora 02:** *Também, mas em todos os lugares.*

**Copesquisadora:** *Pensando na prática de vocês, é algo recorrente ou apenas uma possibilidade que existe?*

**Copesquisadora 02:** *Já houve... ah, eu não posso falar, né gente? Eu não estava aqui... Alguém pode falar? Há algum tempo teve um curso aqui, para mulheres vítimas de violência, que pelo que eu soube foi um pouco nessa onda. Da maquiagem... foi pro lado da estética. Mas eu não sei dar detalhes sobre o curso, porque eu não estava na época.*

**Pesquisador:** *Produziu efeito?*

**Copescuidadora 03:** *Não. Eu não estava aqui na época, mas são as usuárias que eu acompanho hoje, a maioria delas, e foi só pra aquele momento. Depois elas não continuaram, não se interessaram por nada. E vem bem essa fala da CP02. Uma das pessoas que participou disse: “ah, eu não to precisando arrumar homem, então eu não vou me maquiar”. É como se a beleza e autoestima não pra ela, mas sim pra um homem.*

Essa dinâmica de manter a mulher na condição de sedutora, de um corpo sexualizado para satisfazer o desejo masculino também é construída por meio da matriz de inteligibilidade que habita o CREAS. Contudo, parece até aqui que o Gênero parece solitário nos repertórios que produzem as práticas discursivas, mas não está. Neste sentido, as relações de Gênero não estão sozinhas neste campo, trazendo consigo o contexto social, que permite refletir sobre os corpos atendidos por meio de sua interseccionalidade.

**Pesquisador:** *Que prática invasiva é essa?*

**Copescuidador 02:** *É um paradoxo. Na verdade a gente invade, a gente tem uma prática invasiva com uma parcela da sociedade, da população. Que é a parcela pobre. Com a parcela pobre a gente se dá o direito de fazer uma visita domiciliar sem avisar. A gente entra na casa deles. A gente investiga. E daí é um posicionamento do Estado.*

**Copescuidador 03:** *Diz como eles tem que se comportar. O que eles devem fazer.*

**Copescuidador 09:** *Nós dizemos isso baseados em legislações, em regras da sociedade. Mas a gente está invadindo, está entrando na casa deles, na vida deles.*

**Copesquisador 02:** *E a gente só se autoriza fazer isso com essa parcela pobre da população.*

**Copesquisador 03:** *Como se eles não fossem capazes de gerir a própria vida. Nós a serviço do Estado.*

**Copesquisador 02:** *E aqueles que não nos autorizam daí a gente manda um relatório para o Ministério Público.*

**Copesquisador 09:** *Ou para o Judiciário, para o Judiciário obrigar de alguma forma.*

Nesta direção, a pobreza pode ser compreendida por sua localização histórica, cultural e material em que é governada (Spink & Curado, 2014). Kamila Lockmann (2014, p. 35) compreende que esta governamentalidade "*pode ser entendida como uma forma de ser do pensamento político, econômico e social que utiliza diferentes estratégias de poder para o governo dos indivíduos e das populações*". No âmbito da Assistência Social, Lockmann (2014) entende que foi necessário a construção de um conjunto de conhecimentos técnicos sobre os sujeitos que possibilitou a criação de estratégias que intervissem de forma adequada as usuárias e usuários, de modo a regular e gerenciar os riscos em que este grupo está submetido, em outras palavras, requer dizer que a população atendida pelo SUAS pode ser controlada e governada por meio dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Esta governança do corpo dos "pobres" encontra um forte aliado na tecnologia individualizante produzidas pelas ciências psicológicas modernas (Rose, 2011) e "talvez" por isso que a Psicologia faça parte das profissões que impreterivelmente deve constituir as chamadas equipes de referências dos CREAS. Para falar dos efeitos desta governança, trago mais um repertório narrativo:

**Pesquisador:** *Pensando nisso que a gente está falando, o que vocês oferecem a essas mulheres*

*e a esses homens enquanto possibilidade de atendimento?*

**Copesquisador 02:** *Hoje os atendimentos são individuais. Com relação à situação de violência, sobretudo com relação a violência contra a mulher [...] A violência contra a mulher, muitas vezes, é mais fácil trabalhar só a vítima, né? Assim, entre aspas, a vítima.*

No atendimento "a vítima entre aspas" acontece a concretização do dito popular "*cada caso é um caso*" e o processo de individualização das demandas sociais. A Psicologia enquanto campo de saber-poder tem um importante papel neste processo de individualização enquanto aspecto fundamental das estratégias de governamentalidade em uma sociedade de controle (Spink, 2011). Nas palavras de Nikolas Rose (2011, p. 158)

As ciências psicológicas transformaram os modos pelos quais as inscrições da individualidade humana podem ser produzidas, ordenadas, acumuladas e postas em circulação. Elas fornecem técnicas de visualização e inscrição da individualidade que objetivam seus sujeitos através da inscrição das diferenças que eles têm entre si.

Assim, Gênero e pobreza são marcados em corpos individualizados, o que possibilita uma gama de identidades distintas e aparentemente estáveis, isso porque, o Estado moderno se alimenta destas identidades, definindo no jogo político qual destas identidades é merecedora de direitos e proteção, identificando-os, portanto, como cidadãos e cidadãs (Nardi, 2014) e deixando de fora da cidadania os corpos não identificáveis.

Estive pensando então que estes atendimentos individualizados e individualizantes de mulheres pobres que sofreram violência, por mais que garantam o direito de serem atendidas, garantindo da mesma forma a proteção do Estado, não as impossibilita de ampliar suas vozes, ou melhor, se estão impedidas de falar, o que me remete a Gayatri Chakra Orty Spivak (2010) quando se questiona se pode a pessoa subalterna falar, fico tentado a concordar que podem falar, mas não haverá

muitos para ouvir, ou ainda, não encontrará ecos de outras vozes subalternas, impedidas de aprender a transgredir (hooks, 2013).

Contudo, estas práticas parecem estar em transformação no CREAS. No lugar destes atendimentos surge no horizonte das práticas discursivas o trabalho com grupos, uma oportunidade, no meu entendimento, de possibilitar a transgressão necessária para romper com a subalternidade e a violência que marca os corpos generificados, que no CREAS ainda é o corpo da mulher pobre, pelo menos essa é a minha esperança utópica. Trago aquilo que sustenta minha esperança:

**Copesquisadora 02:** *E a gente tem discutido muito essa questão de que um olhar sobre a vítima não é suficiente, precisa olhar sobre a relação. Estamos começando a pensar nesse momento um grupo fechado com um número específico de encontros, com temáticas pré-definidas, pra trabalhar essas relações de violência relacionadas ao uso de substância. É nossa primeira proposta de trabalho em grupo que ainda estamos idealizando.*

**Copesquisadora Medidas 01:** *Pensando nisso, já que estamos pensando a metodologia do serviço, essa questão do machismo a gente pode trabalhar nos grupos, em um dos encontros. Pensar também em como inserir os pais no atendimento, mesmo quando eles não vem, pensar em um jeito de que eles participem.*

Rasera e Japur (2007) compreendem que só existe grupo quando falamos sobre ele e também em todo o tempo em que os participantes se relacionam entre si. Silvia Lane (Silva & Guedes, 2016) reconhece as dificuldades que se apresentam ao pensar a sociedade como um todo, contudo entende que através de conversas entre membros de diferentes grupos sociais, mas que vivenciam situações semelhantes, é que a possibilidade de identificar os mecanismos que condicionam as vidas.

Refletindo sobre as interanimações dialógicas e repertórios linguísticos presentificados nesta nuvem dialógica, o sentido construído é de que as práticas do CREAS precisam se transformar de modo a pensar a violência de gênero por meio das relações, isso porque entendem não ter poder de mudar a cultura machista, mas conseguem propor ações transformativas nas relações em que a violência acontece por meio do processo grupal.

## **8.2. Algumas considerações**

A pesquisa teve como preocupação a análise da linguagem em ação, focando nas maneiras pelas quais as trabalhadoras e trabalhadores produzem sentidos sobre a Gênero e Masculinidade como se posicionam a partir daí em seu trabalho. O que só foi possível devido a compreensão de que as práticas discursivas preservam o uso institucionalizado da linguagem e de sistemas linguísticos ao mesmo tempo que mantém a compreensão sobre o discurso por meio de sua produção histórica (Spink, 2010).

Assim, como muito bem informa Spink (2010) permitiu fazer distinções entre o modo como as pessoas, por meio da linguagem, constroem sentidos e se posicionam nas relações sociais, da mesma forma que permitiu perceber o uso institucionalizado da linguagem, ao trazerem aquilo que está expresso em Legislações, Cadernos de Orientação Técnica e das teorias acadêmicas que fundamentam seus fazeres. Assim, espero que tenha ficado em evidência que a preocupação é pensar os conteúdos por meio de suas associações no contexto do CREAS, nunca esquecendo que os sentidos ali produzidos são fluidos e pertencentes aquele contexto. Ficando claro, ainda, que as práticas discursivas constroem uma realidade ainda marcada pelo discurso da "Campanha da Fraternidade" cristã e o discurso moderno burguês de governabilidade dos corpos generificados pobres, contudo apresentando possíveis aberturas para superar estes discursos.

Neste sentido, Gênero pode encontrar um espaço para fazer parte dos repertórios narrativos fluando nas nuvens dialógicas. Contudo, é necessário ampliar a matriz de inteligibilidade em especial sobre esta categoria, pois é no aquecimento dos diálogos, na interanimação dialógica, que conceitos evaporam e começam a fazer parte da nuvem que flutua sobre o CREAS e seus serviços. Esta compreensão de uma atmosfera que pode ser mapeada por meio do diálogo pode ser útil inclusive para as equipes, de modo a reconhecer as vozes que as/os usuárias/os trazem em seus repertórios, em qual tempo estas palavras habitam e como permanecem presentificadas na linguagem.

Esta capacidade narrativa, para Butler (2015b), é a pré-condição para que possamos fazer um relato de nós mesmos e nos possibilita assumir a responsabilidade por nossas ações através deste meio. Assim, é preciso a responsabilização pelas narrativas que trazem a cultura machista e o capitalismo como aliado nas vozes presentificadas pelas equipes de referência que atuam no CREAS e têm criado práticas invasivas, que mantêm a diferenciação entre os gêneros, além de práticas que reforçam dinâmicas sociais que mantêm a corporificação social assimétrica entre homens e mulheres, como por exemplo, curso de mecânica para homens e de cosmetologia para mulheres.

Contudo, a pesquisa não seria construcionista e feminista se não possibilitasse a reflexividade e o processo transformativo. Ao término da pesquisa, as equipes sentiram o interesse em dar continuidade a reflexão por meio de uma oficina que trabalhe a metodologia de Grupos Reflexivos de Gênero (Beiras & Bronz, 2016), onde iniciou-se a construção de uma nova realidade para aqueles serviços, passando pela compreensão da necessidade de envolver as categorias "Gênero e Masculinidade" nos atendimentos.

Como exemplo desta potência de inserir as categorias Gênero e Masculinidade, cito os estudos sobre homens autores de violência tem se multiplicado no Brasil e na América Latina, buscando não apenas em compreender estes homens, mas também pensando estratégias de atendimento e superação da violência causada por eles. Para isso, Medrado e Lyra (2008) advogam para



que se busque uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre gênero para os estudos sobre homens e masculinidades devido ao caráter plural, polissêmico e crítico desta matriz, que permite visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva.

Para isso, é preciso também repensar o direito à vida onde não há qualquer proteção definitiva contra a destruição desses corpos generificados dos pobres e de outros corpos que escapam a moldura, permitindo que laços afirmativos nos lancem a assegurar condições para que estas vidas possam ser vivíveis, fazendo sempre em bases igualitárias, compreendendo que onde não há chances de uma vida florescer é ali que devemos reunir esforços para melhorar as condições de vida (Butler, 2015a).

Aqui trago à cena mais uma vez "Antonio/Brigete", pois, na minha compreensão, este/a usuário/a surge no repertório narrativo das copesquisadoras com o objetivo de mostrar um espaço possível para transformar a matriz de inteligibilidade daquele espaço, abrindo fissuras que possibilitam a entrada de outros corpos até então invisibilizados, podendo ser reconhecidos como sujeitos para além dos binarismos presentes: homem x mulher; heterossexual x homossexual.

Pensando nesta lógica binária, também posso trazer ao jogo de linguagem a distinção dualista entre violência física e violência psicológica faz todo o sentido, mas e se não fizesse? Não faria sentido ao conceber que não existe distinção entre corpo e mente enquanto entidades distintas, ou seja, se concebermos que ambas são uma coisa só, se pensássemos por meio de uma concepção monista, tal como Baruch de Espinosa. Para Espinosa não é possível que uma pessoa exista sem o corpo, sendo este a mesma substância da mente, ou seja, "*A mente está no corpo todo e dele deriva. Alma é ideia de seu corpo, é ideia de si a partir da ideia de seu corpo [...] Corpo e alma são ativos ou passivos juntos e por inteiro. O corpo não comanda a alma ou vice-versa*" (Sawaia, 2001, p. 101).

Nesta direção, a violência psicológica é uma violência física e a violência física é uma violência psicológica, marcadas nesta intersubjetividade corporal, onde posso afirmar que toda violência é uma violência corporal e, portanto, as práticas

discursivas não precisam construir realidades que pensam diferentes estratégias para o atendimento, dependendo de qual violência e de qual pessoa se apresenta aos serviços. Espero, então, ter respondido a minha principal pergunta, aquela que motivou a construção desta pesquisa: *Quais as práticas discursivas de gênero e masculinidade das equipes de referência que atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS que constroem o trabalho com famílias e sujeitos em contexto de violência de gênero?*

Se as práticas discursivas são os diferentes modos em que os sujeitos, através dos discursos, ativamente produzem realidades psicológicas e sociais (Spink & Gimenes, 1994), os repertórios narrativos circularam em sua dupla função: reiteraram modos binários de pensar a realidade do Gênero e da Masculinidade, da mesma forma, também possibilitaram a criação de outras realidades, que foram produzidas na relação deste pesquisador com o campo e as copesquisadoras e copesquisadores que criaram este campo. Desta forma, acredito que todas as pessoas deste campo puderam desestabilizar a matriz de inteligibilidade do CREAS e quem sabe possibilitou alguma outra fissura para além daquelas citadas aqui, mas que devido ao esforço da norma em parecer ser a mesma, não foi possível olhá-la durante o caminho percorrido.

## 9. NOTAS FINAIS

Atravessei o espelho com receio de me machucar com os cacos de vidro, contudo este se mostrou fluído e revelou que a atenção deveria ser a sua moldura. Não apenas com as molduras que encontrei no campo de pesquisa, mas, por meio da reflexividade, olhar a minha própria moldura e o modo como o olhar do outro pode me emoldurar. Nestes termos, preciso informar que continuo sendo homem, cis, hetero, branco, de classe média, só que substituo os pontos por vírgulas, para demarcar que estas categorias não são mais rígidas e sua fluidez permite movimento.

Se eu pudesse me olhar lá de 2016, aparentemente nada mudou, sigo com meu corpo normatizado e pouco marcado, ou seja, a norma mantém sua mesmice em mim. Porém, é inevitável afirmar que não sou mais aquele, pois viver no *entre*, negociando sentidos com o Construcionismo Social e com os Feminismos (tantos movimentos feministas quanto epistemologias feministas) permitiu-me olhar para minha moldura e para a moldura que me é imposta, aquilo que me vincula moralmente com o Outro sem que eu possa evitar ou mesmo desviar (Butler, 2011). Embora, não possa evitar ou desviar, posso desconstruir nas relações e pelas relações.

É inegável que a minha desconstrução/reconstrução ainda não está completa, e nem sei se será completa algum dia. Contudo, ela reacende minha utopia de que a transformação é possível e ela passa pela reivindicação de um contexto relacional. Paulo Freire (1987) compreende que não adianta tirar o oprimido da opressão, se não tirarmos o opressor de dentro dele, para tal é preciso ensiná-lo a transgredir como um ato de liberdade (hooks, 2013) o que, na minha opinião, possibilita que o subalterno/oprimido não só possa falar, mas também possa ser ouvido (Spivak, 2010). O que quero dizer com esse jogo de linguagem produzido entre as autoras?

Todas elas reforçam a necessidade do processo relacional para que as transformações sejam necessárias. E é a partir desta constatação que quero trazer luz aos principais aprendizados, os

caminhos e barreiras que surgiram ao longo do processo de construção desta pesquisa, bem como, sugerir algumas pesquisas que podem ser realizadas no futuro. Este exercício mais uma vez demanda o processo de posicionamento e reflexividade, e novamente, não pretende ser um vendedor de verdades, mas sim, trazer os principais sentidos construídos ao longo do caminho.

Vou tecer os aprendizados por meio das epistemologias utilizadas aqui: Construcionismo Social e Teorias Feministas. Ambas, a partir de agora, dão os fundamentos necessários para a construção das práticas no meu cotidiano de trabalho na Assistência Social e também enquanto pesquisador, e vão além, por serem matizes críticas, também transformam o modo como olho para o mundo e as linguagens que o constroem. Como fazem isso? Tal como Alice questiona no final do livro "Alice Através do Espelho...", "*Quem você pensa que sonhou?*" ao não saber se foi ela quem sonhou com o Rei Vermelho ou se foi o Rei Vermelho que sonhou com ela, da mesma forma, não sei dizer se sou eu quem utiliza destas epistemologias ou se estas epistemologias me utilizam. Talvez, a melhor resposta seja "nós sonhamos", ou melhor, nos utilizamos, eu utilizando-as como fundamento e elas me utilizando para manterem-se em movimento.

Referente ao Construcionismo Social, sua contribuição reside na compreensão de que o conhecimento é uma construção localizada no espaço e no tempo, em outras palavras, na história e na cultura. Desta forma, o conhecimento construído sobre a realidade das famílias atendidas na Assistência Social ou pelas pessoas participantes da pesquisa, parte desta compreensão, não estão vazias de uma história e nem flutuando no vácuo. Este conhecimento é construído em conjunto, na interação com elas e não na análise e interpretação daquilo que trazem, com a desconfiança de que aquilo que dizem sobre suas histórias podem ser falácias.

Com isso, o foco deixa de ser a estrutura e passa a ser o processo. Isso permite olhar às pessoas para além da sua configuração, da sua organização estruturante (pais, mães, filhos, avós, família, equipe...), passando a olhar o modo como estabelecem as relações entre si, como constroem suas histórias e

narram as suas vidas. É por isso que a linguagem, para o Construcionismo, é a condição para compreender como essas interações, esses processos, acontecem, pois ela é uma forma de ação social, ou seja, constrói realidades. No caso das famílias atendidas, é construir a realidade do serviço, o modo como serão atendidas, por exemplo.

Aqui falo do primeiro aprendizado específico com as epistemologias feministas e sinto-me na obrigação de, mais uma vez, trazer Spivak e sua indagação: Pode o subalterno falar? Ora, se a linguagem constrói realidades, as usuárias e os usuários atendidos na Assistência Social têm o direito de falar e de serem ouvidos por meio de suas vozes, pois a ausência destas falas constrói uma realidade a partir do referencial-representacional (Shotter, 2017) das trabalhadoras e dos trabalhadores que podem presentificar em suas vozes ecos de um tempo longo, trazendo o discurso religioso e o discurso da classe dominante. Ao ouvir as vozes das famílias e participantes temos a oportunidade de construir uma narrativa responsivo-relacional (Shotter, 2017), ou seja, somos convidados a responder, concordar, discordar e negociar sentidos seja com as famílias, seja com os participantes.

Este convite não permite que o discurso essencialista seja evocado para explicar o modo como as famílias vivem e constroem suas realidades: "É assim mesmo!", "Não há o que possamos fazer para mudar essa situação!", ou ainda "A família não se ajuda, não adere ao serviço!". A partir das narrativas trazidas pelas famílias o "é assim mesmo" pode virar uma pergunta "é assim mesmo?", o "não há o que possamos fazer..." também vira uma indagação "o que podemos fazer juntos?", e ainda "A família não se ajuda..." pode tornar "Como a família se ajuda?". Transformar certezas em perguntas permite que a postura de "não saber" guie as ações e construa uma forma de atender que não cristalice a família em sua condição de vulnerabilizada.

Ao não essencializar as famílias e participantes em suas condições, evita-se também a construção de uma verdade universal. E aqui reside a compreensão de que os saberes são localizados, tal como definiu Donna Haraway. O saber localizado é, portanto, uma alternativa viável contra a verdade universal e também ao relativismo, dois lados de uma mesma moeda, ao não

possuírem interesse na perspectiva parcial, crítica, apoiada em redes de conexão, solidariedade política e conversas compartilhadas em epistemologias. Estas conversas compartilhadas, inclusive, foi justamente o que busquei, e continuo a fazer ao trazer o Construcionismo Social e as Teorias Feministas.

É por meio deste saber localizado que passo a falar exclusivamente dos aprendizados específicos que aconteceram por meio da inserção no campo de pesquisa, em conjuntos com as/os coparticipantes, partindo do objetivo que foi problematizar as práticas discursivas de gênero e masculinidade das equipes de referência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que (im) possibilitam o trabalho com famílias e sujeitos em contexto de violência de gênero.

Os repertórios trazidos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores revelaram a necessidade de estar atento a matriz de inteligibilidade e seus efeitos nos atendimentos. Ao enquadrarem e preencherem a categoria Gênero por meio da matriz cisheteronormativa, acabam por deixar de fora, ou vivendo parcialmente dentro da matriz, pessoas e famílias LGBTI+. Ao falarem delas com certo desconforto ou *an passant* sobre relacionamentos homoafetivos e uma identidade trans colocando-a como homossexual, revela como a matriz se desestabiliza, se constringe para permanecer com a moldura.

O mesmo acontece com a construção de Masculinidade. Nos repertórios ela surge como violenta e tendo como foco a relação com a mulher, mesmo na voz de um dos coparticipantes, quando cita que de certa forma compartilha de algumas questões trazidas pelos homens autores de violência. Contudo, na interanimação com outro copesquisador surge uma esperança, quando o mesmo traz a necessidade de pensar as condições que trabalhadoras e trabalhadores possuem para os atendimentos, partindo da compreensão que ambos podem contribuir e atender qualquer um dos gêneros que chegam.

Ainda que estes atendimentos hoje sejam individualizados, existe no horizonte a necessidade expressada nas vozes das/os trabalhadoras/es de trabalhar coletivamente as demandas das usuárias e dos usuários frente as violências trazidas

como sinônimas de violência de gênero, a saber: violência física, violência psicológica, violência moral. Tanto que, como efeito transformativo da pesquisa, a pedido das equipes, estudamos a metodologia de grupos reflexivos de gênero (Beiras & Bronz, 2016) durante dois dias. Embora, não tenha entrado como dado reflexivo, faço questão de deixar registrado aqui, como resultado para o CREAS, o movimento que foi fortalecido por esta pesquisa.

Apresentados os principais caminhos e aprendizados, gostaria de trazer um pouco das barreiras encontradas e construídas durante a pesquisa. Como qualquer produção de conhecimento, esta pesquisa possui limites, sejam eles históricos, culturais, do pesquisador e copesquisadoras/es, além do próprio campo. Começando pelo fim. A principal barreira encontrada no campo foi o espaço para a realização de uma pesquisa que propôs o trabalho coletivo por meio de estudo de caso, justamente por não haver um espaço destinado para o trabalho coletivo. Desta forma, a pesquisa foi realizada na sala destinada às equipes, o que impediu a gravação visual e, por ter sido feita apenas o registro em áudio, a transcrição foi mais complicada para identificar quem falava, embora os repertórios eram mais importantes que a sua interlocutora ou seu interlocutor.

Outra limitação construída, e de certa maneira ausente nesta pesquisa, é um olhar mais apurado para as relações de poder e para a interseccionalidade. Em outras palavras, poderia ter me aprofundado sobre os mecanismos de biopoder implicados nos atendimentos realizados, compreendendo como as famílias são disciplinadas e a população é governada. Isso porque a certa rigidez binária sobre as expressões de gênero e a cisheteronormatividade são estratégias discursivas que visam a manutenção do próprio binarismo e da norma que estabiliza os corpos dentro de uma matriz cisgênera e heterossexual.

Outro ponto, como já expressado, é a questão da interseccionalidade. Se os feminismos habitam espaços hifenizados (Oliveira, 2010) e a pobreza é constituída em sua grande maioria por pessoas negras, a pesquisa não trouxe tantos elementos para reflexão a partir destes corpos. Talvez, gostaria de acreditar que não, a explicação esteja no fato das conversas por

terem sido entre corpos brancos e, portanto, invisibilizamos a pessoa negra na pesquisa. Desta forma, as práticas discursivas e os sentidos de Gênero e Masculinidade são, nesta pesquisa, uma realização de corpos brancos.

Destas limitações surgem os principais caminhos para pesquisas futuras. O primeiro deles é que a pesquisa aconteça em um espaço propício para a realização de atividades coletivas e a realização de registro audiovisual, pois, pela imagem, é possível registrar também certos desconfortos, os silêncios para cada pergunta reflexiva realizada. Latour (2012) reforça a necessidade de também olhar para os objetos e os efeitos que produzem no campo, ou seja, em uma sala onde as pessoas ficam atrás de suas mesas, estas mesas têm muito a dizer sobre aquele ambiente e sobre aquelas pessoas, da mesma forma, se a sala é um espaço amplo e com várias almofadas, o mesmo acontece.

Enquanto tema de pesquisa, sugiro a análise do Gênero por meio do biopoder no Sistema Único de Assistência Social como um todo, e não apenas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social. A compreensão de como esta política pública disciplina os corpos para performar determinado gênero e a população é governada para construir relações heteroafetivas será de grande relevância acadêmica. Neste sentido, pode-se trazer para discussão a performatividade proposta por Butler (2015a), quando advoga a favor da compreensão ontológica que esta pode oferecer, uma descrição ontológica que permita refletir sobre a materialidade destes corpos.

E por falar em corpos, se esta pesquisa foi construída por corpos brancos e invisibilizou corpos negros, deixou na penumbra corpos gays, lésbicos, bissexuais e trans, é preciso olhar para a Assistência Social e para o Gênero coproduzido por ela, por meio da interseccionalidade, como uma outra forma de produzir conhecimento. Inclusive, Raquel (Lucas) Platero (2014) traz quatro passos chaves para que a Interseccionalidade seja apropriada como uma metodologia, a saber: (1) exame crítico das categorias analíticas com as quais interrogamos os problemas sociais; (2) explicitar as relações mútuas produzidas entre as categorias sociais; (3) mostrar a invisibilidade das realidades,



sujeitos e problemas sociais, que estavam invisíveis ou irreconhecíveis; e (4) incluir uma posição situada de quem interroga e constrói a realidade que está analisando.

Uma última sugestão fica quanto ao sujeito de pesquisa. A Assistência Social é uma política pública construída e ofertada por mulheres para mulheres, contudo, ainda assim, também é coabitada por homens. Desta forma, uma pesquisa que busque compreender como estes homens, sejam eles trabalhadores, sejam eles usuários, estão construídos e permanecem sendo construídos, me parece interessante. Tal sugestão reflete a compreensão de uma multiplicidade de masculinidades relacionando-se entre si, assim, ao dar visibilidade a esta multiplicidade, pode-se também dar visibilidades àquelas masculinidades que podemos adjetivar como "feministas" e os efeitos e afetos que elas produzem no cotidiano.

Com estas sugestões feitas, começo a me despedir, compreendendo que produzi um conhecimento que pode ser útil, ainda que apresente alguns deslizos, tanto para os estudos de Gênero e Masculinidades, quanto para o campo da Assistência Social. Por meio dos meus desconfortos, busquei desconfortar as teorias feministas, pois viver neste corpo "*todo construídinho na matriz cisheteronormativa*" é habitar um não-lugar no feminismo, ainda que acolhido por algumas feministas, enquanto outras gritavam "*Cortem-lhe a cabeça!*". Acredito ser importante habitar este não-lugar, para não esquecer que meu corpo me confere privilégios sociais e que é por meio deste corpo que buscarei desestabilizar as normas que me conferem estes privilégios, pois nada mais justo que uma masculinidade tida como hegemônica para romper com a própria hegemonia, afinal, devo também me responsabilizar por este lugar e por desconstruí-lo.

E para desconstruir, além das epistemologias feministas, utilizarei o Construcionismo seja ele Social ou Relacional, por meio de suas epistemologias, pelo modo como compreendem a construção da realidade e das relações. Muito embora, eu chegue no Construcionismo quase partindo para o Pós-construcionismo, preciso compreender melhor este "pós", para não cair na discussão que já existe sobre a existência ou não de uma "pós-modernidade". O fato é que pretendo continuar olhando para o

Construcionismo pelo próprio Construcionismo, ou seja, mantendo meu olhar crítico e desconfiado. Pois, como diria William Shakespeare, em Hamlet: "*Há mais mistérios entre o céu e a terra do que a vã filosofia dos homens possa imaginar*".

Os mistérios ainda estão relacionados ao Gênero e as Masculinidades e a proposta é continuar defendendo que são categorias úteis para o trabalho realizado na Assistência Social. Se cheguei ao mestrado tentando compreender como poderiam, acredito que aqui consegui jogar alguma luz sobre esta questão. Se existem outros sentidos para isso? Com certeza existem, mas estão aí para serem construídos, pois, como venho repetido insistentemente, não estão *a priori* no mundo e só são possíveis por meio da relação, no *entre* que a vã filosofia dos corpos não marcados tem negado imaginar, pois a imaginação não pode ser verificada, não é nem validada e muito menos fidedigna.

Por fim, se isto está claro para mim, espero que este trabalho ilumine estas categorias para você que está lendo e para aquelas e aqueles que estão trabalhando na Assistência Social. Pois a falta de compreensão sobre Gênero e Masculinidade por parte das pessoas que trabalham nesta política é um indicativo que nós, feminista e homens pró-feministas, precisamos continuar falando sobre estas categorias e permitir que cada vez mais se fale sobre elas nos espaços públicos, tornando-os espaços políticos, sem medo da repressão, justamente lutando contra a repressão. Assim, é necessário construir práticas que vislumbrem o enfrentamento e ampliação desta matriz que impede a visibilidade de tantos corpos, desviantes ou não, que possuem seus direitos violados e de tantos outros corpos que não possuem nem direitos para ser violados, apenas porque não estão enquadrados dentro daquilo que a matriz nomeia como humano.

Como o Construcionismo Social e as Teorias Feministas me pedem para não colocar um ponto final sobre a questão, para mantê-la contingente, em vez de um grande parágrafo e um ponto final, encerrarei neste momento reticente, com reticências...

## 10. Referências

Adrião, Karla Galvão. (2005). Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo. *Cadernos de Gênero e Tecnologia (CEFET/PR)*, 03, p. 09-20.

Andersen, Tom (1998). Reflexões sobre a reflexão com as famílias. In Sheila McNamee & Kenneth Gergen (Orgs.). *A terapia como construção social* (pp. 69-85). Porto Alegre: Artes Médicas.

Anderson, Harlene. (2014). Collaborative-Dialogue Based Research as Everyday Practice: Questioning our Myths. In Gail Simon & Alex Chard (Eds.) *Systemic Inquiry. Innovations in Systemic Practice Research*. Farnhill: Everything is Connected Press.

Amador, Fernanda S.; Klafke, Teresinha E.; Aita, Luisa M. (2013). Formação e trabalho em políticas públicas: pistas para a atividade na Assistência Social. In: Cruz, Lílian Rodrigues da; Rodrigues, Luciana; Guareschi, Neuza M. F. (orgs). *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc. p. 31-42.

Aragaki, Sérgio. S.; Piani, Paulo P.; Spink, Mary Jane. (2014). Uso de repertórios linguísticos em pesquisa. In: Spink; Mary Jane P.; Brigagão, Jacqueline I. M.; Nascimento, V. L. V.; Cordeiro, M. P. (Org.). *A produção de informação na pesquisa Social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Augé, Marc (2005). *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus.

Banin, Samantha A.; Beiras, Adriano. (2016). A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. *Psicologia em Estudo* 21 (3), p. 523-535.

Barbosa, Maria Raquel, Matos, Paula Mena, & Costa, Maria Emília. (2011). Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 24-34.

Barker, Gary; Aguayo, Francisco. (coords.) (2011). Masculinidades y Políticas de Equidad de Género: Reflexiones a partir de la Encuesta IMAGES y una revisión de políticas en Brasil, Chile y México Rio de Janeiro: Promundo.

Barker, Gary; Aguayo, Francisco; Correa, Pablo. (2013). *Understanding Men's Violence Against Women: Findings from the IMAGES Survey in Brazil, Chile and Mexico*. Rio de Janeiro: Promundo.

Beramendi, Carmen; Fainstain, Luciana; Tuana, Andrea. (2015). Mirando las violencias contra las mujeres desde la perspectiva interseccional. Desafíos teóricos y metodológicos para su conceptualización y medición. In: Soto, Gabriel Guajardo; Viedma, Christian Rivera. (Eds). *Violencias contra las mujeres: Desafíos y aprendizajes en la Cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: FLACSO-Chile.

Beiras, Adriano; Cantera, Leonor M. (2012). Narrativas Pessoais, Construções de Masculinidades: Aportações para a Atenção Psicosocial a Homens Autores de Violência. *PSICO*, v. 43, n. 2, p. 251-259.

Beiras, Adriano; Cantera, Leonor M. (2014). Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: E. Blay (Org). *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 29-43.

Beiras, Adriano; Bronz, Allan. (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Best, Joel. (2016). Social Construction of Violence. In: Cuevas, Carlos A.; Rennison, Callie M. (eds). (2016). *The Wiley handbook on the Psychology of Violence*. Oxford: John Wiley & Sons. p. 86-99.

Biasoli-Alves, Z. M. M. & Romanelli, Geraldo. (1998). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. Ribeirão Preto-SP: Legis Summa.

Bourdieu, Pierre. (2002). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*, Brasília.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2009). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS*, Brasília.

Behring, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivanete. (2006). *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo: Cortez.

Bento, Berenice. (2012). As famílias que habitam “a família”. *Sociedade e Cultura*, 15, 2, 275-283.

Bojer, Marianne Mille; Roehl, Heiko; Knuth, Marianne & Magner, Colleen (2010). *Mapeando Diálogos: ferramentas essenciais para a mudança social*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Brigagão, Jacqueline I. M.; Nascimento, Vanda L. V.; Tavanti, Roberth M.; Piani, Pedro P.; Figueiredo, Pedro. (2014). Como fazemos para trabalhar com a dialogia: a pesquisa com grupos. In: Spink; Mary Jane P.; Brigagão, Jacqueline I. M.; Nascimento, V. L. V.; Cordeiro, M. P. (Org.). *A produção de informação na pesquisa Social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*, Brasília.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2009). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS*, Brasília.

Brito, M. & Melo, M. E. (2007). *Habitos de doar*. São Paulo: Peirópolis.

Burr, Vivian. (1995). *An introduction to social constructionism*. Londres: Routledge.

Burr, V. (2002). *Gender and Social Psychology*. New York: Taylor & Francis e-Library.

Burr, V. (2015). *Social constructionism*. London, UK: Routledge.

Burr, V. & Dick, P. (2017) Social Constructionism. In: B. Gough (Ed.). *The Palgrave Handbook of Critical Social Psychology*. (pp. 59-80). Palgrave Macmillan, London, UK.

Butler, Judith. (1998). Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11, 11-42. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998%2811%29/Butler.pdf>

Butler, Judith. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: Guacira Louro (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 151-172.

Butler, Judith. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, Judith. (2003b). O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cadernos Pagu*, 0(21), 219-260. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644619>

Butler, Judith. (2011). Vida Precária. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da Ufscar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Ufscar, n.1, p. 13-33.

Butler, Judith (2015a). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, Judith (2015b). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica.

Carazo, Piedad Cristina Martínez. (2006). El método de estudio de caso: estrategia metodológica de la investigación científica. *Pensamiento & Gestión*, 20, 165-193.

Cardona, Milagros G.; Cordeiro, Rosineide M.; Brasilino, Jullyane. (2014). Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em Psicologia Social. In: Spink; Mary Jane P.; Brigagão, Jacqueline I. M.; Nascimento, V. L. V.; Cordeiro, M. P. (Org.). *A produção de informação na pesquisa Social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Cardoso, David Tiago & Beiras, Adriano. (2017). Masculinidade Saturada: Possibilidades epistemológicas do Construcionismo Social. In: *VI Colóquio Internacional de Estudos Sobre Homens e Masculinidades*, Brasil, Recife.

Castañeda, M. (2002). *El machismo invisible*. Mexico: Grijalbo.

Clastres, Pierre. (2004). *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify.

Connell, R. W. Masculinidades. (2003). *Masculinidades*. (Irene Ma. Artigas, Trad.). México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Connell, Robert; Messerschmidt, James. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>

Connell, Raewyn (2014). Questões de Gênero e Justiça Social. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, 4 (2), 11-48.

Connell, Raewyn (2015). Gênero e corporificação na sociedade mundial. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3 (1), 281 – 287.

Connell, Raewyn (2016). Gênero em termos reais. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: Inversos.

Corradi-Webster, Clarissa M. (2014). Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In: C. Guanaes-Lorenzi;



M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (p. 73-88). Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Couto, Berenice Rojas. (2006). O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?. São Paulo: Cortez.

Curado, J. C. & Spink, M.J. (2014). Multiplicidade de "pobrezas" nas políticas públicas contemporâneas: contribuições do Construcionismo Social e da Teoria Ator-Rede (TAR)!. *Diálogos*, 27, 9-23.

Descartes, René (2001). *O Discurso do Método*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret.

Esping-Andersen, Gosta. (1991). As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (24), 85-116.

Etto, Rodrigo Mazer & Carlos, Valeska G. (2017). *Gírias: definição e estigmas: Um estudo sociolinguístico das variações linguísticas conhecidas como gírias*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas.

Ferreira, C. B. (2013). A abordagem construcionista relacional: significados de pesquisa e de intervenção. *Revista da SPAGESP*, 14(1), 96-99.

Feyerabend, Paul (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

Flyvbjerg, Bent. Five Misunderstandings About Case-Study Research. *Qualitative Inquiry*, 12 (2), 219-245.

Flood, Michael. (2011). Involving men in efforts to end violence against women. *Men and Masculinities*, 14 (3), p. 358-377, 201.

- Flores-Pons, G., Íñiguez-Rueda, L. & Martínez-Guzmán, A. (2015). Discurso y materialidad: pensar las prácticas semiótico-materiales. *Alpha*, 40, 201-214.
- Foucault, Michel. (1999) *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. (M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque, Trad. ) Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel. (2012). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,.
- Foucault, Michel. (2014). *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Freire, Paulo (1987). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fruggeri, L. (1998). O processo terapêutico como construção social da mudança. In: S. McNamee & K. J. Gergen. *A terapia como construção social*. (pp. 51-65). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Furlan, Reinaldo. (2008). A questão do método na psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 25-33.
- Gergen, K. J. (1983). The Social Constructionist movement in Modern Psychology. *American Psychologist* 40 (3), 266-275.
- Gergen, Kenneth J. (1994). *Realities and Relationships: Soundings in Social Constructionism*. Cambridge, Harvard University Press.
- Gergen, Kenneth J.(2001). *Social Construction in context*. London: Sage.
- Gergen, Kenneth J. (2006). *El yo saturado: Dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*. Barcelona: Paidós.

Gergen, K. J. (2011). Why I am not a Social Constructionist. In: *Brief Encounters with the Taos Institute*. EUA.

Gergen, Kenneth J.; Gergen, Mary. (2010). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Gergen, K.J., McNamee, S., & Barrett, F.J. (2001). Toward Transformative Dialogue. *International Journal of Public Administration*, 24 (7 & 8), 679-707.

Gergen, M. M. (1988). Towards a feminist methodology. In M. Gergen (Ed.). *Feminist thought and the structure of knowledge* (pp. 87-104). New York: New York University Press.

Gil, Antonio Carlos. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gonçalves, Maria da Graça M. (2007). Fundamentos metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica. In Bock, Ana Mêrces B.; Gonçalves, Maria da Graça M.; Furtado, Odair. (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (3ª ed, pp. 113-127). São Paulo: Cortez.

Guanaes, Carla & Japur, Marisa. Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de self. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2003, vol.19, n.2, pp.135-143.

Guareschi, Neuza M. de Fátima; Weber, Andrei; Comunello, Luciele N.; Nardini, Milena. (2006). Discussões sobre violência: trabalhando a produção de sentidos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 1, p.122-130.

Guedes, Marcela Gouvêa (2016). A inserção da psicologia na rede de assistência social de Juiz de Fora: entre práticas e saberes. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Juiz de Fora. Recuperado de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1508>

Hacking, Ian. (1999). *The social construction of what?* Massachusetts, EUA: Harvard University Press.

Haraway, Donna. (1995). Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf>

Harding, Sandra. (1986). *¿Existe un método feminista?* Disponível em: <http://investiga.uned.ac.cr/cicde/images/documentos/metodo.pdf>

Hoffman, L. (1998). Uma postura reflexiva para a terapia de família. In: S. McNamee & K. J. Gergen. *A terapia como construção social*. (pp. 14-33). Porto Alegre: Artes Médicas.

Hooks, bell. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.

hooks, bell (2017). *El feminismo es para todo el mundo*. Madrid: Traficantes de sueños.

Hosking, D. M. (1999). Social construction as process: some new possibilities for research and development. *Concepts & Transformation*, 4, 2. 1-10.

Hosking, D. M. (2005). Discourses of relations and relational processes . In O. Kyriakidou & M. Özbilgin (Eds.) *Relational perspectives in organizational studies: A research companion* (pp. 265-277). Cheltenham, UK: Edward Elgar

Hosking, D. M. & Pluut, B. (2010). (Re)constructing Reflexivity: A Relational Constructionist Approach. *The Qualitative Report*, 15, 1, 59-75.

Iamamoto, Marilda Villela; Carvalho, Raul. (2007) *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez.

Ibáñez Garcia, Tomás. (1990). *Aproximaciones a la Psicología Social*. Barcelona: Sendai.

Ibáñez Gracia, Tomás. (2004). O "giro linguístico". In: L. Iñiguez. (Coord). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. (Vera Lúcia Joscelyne, Trad.). Petrópolis (RJ): Vozes.

Iñiguez-Rueda, Lupicínio (Org.) (2004). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes.

Iñiguez-Rueda, Lupicínio (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era 'post-construccionista'. *Athenea Digital*, 8, 1-7.

Iñiguez-Rueda, Lupicínio (2008). Conferência de abertura. La psicología social en la encrucijada post-construccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: N Guareschi (Org.). *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo* [online]. (pp. 5-42) Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Jenkins, Alan. (2009). *Becoming ethical: A parallel, political journey with men who have abused*. UK: Russell House Publishing.

Kennedy, Aine. (2001). Story/Dialogue - Reaching the Parts that Other Methods Don't Reach. *Context Magazine*, 55.

Kimmel, Michael S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 4, 9, p. 103-117.

Kimmel, M. (2008). Los estudios de la masculinidad: una introducción. In: Àngels Carabí & Josep M. Armengol (eds). *La masculinidad a debate*. (pp.15-31). Barcelona: Icaria.

Krug, E. G.; Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., Lozano, R. (2002). *World Report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.

Labonte, Ronald; Feather, Joan (1996) *Handbook on Using Stories in Health Promotion Practice*. Health Canada, Ottawa.

Labonte, Ronald; Feather, Joan & Hills, Marcia (1999). *A story/dialogue method for health promotion knowledge development and evaluation*. Health Education Research, 14 (1), 39–50.

Latour, Bruno. (1994) *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba.

Lax, W. D. (1998). O pensamento pós-moderno na prática clínica. In: S. McNamee & K. J. Gergen. *A terapia como construção social*. (pp. 86-105). Porto Alegre: Artes Médicas.

Lenzi, Telma P. (2013). Personagens internos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 47, 86-98.

Lima, Daniel; Medrado, Benedito; Carolo, Humberto; Nascimento, Marcos (2007). *Homens pelo fim da violência contra a mulher: educação para a ação*. Recife: Instituto Papai, Promundo e White Ribbon Campaign.

Lockmann, Kamila. (2014). A história da governamentalidade e suas articulações com a assistência social e a educação. In: 1º Encontro Internacional de Estudos Foucaultianos: governamentalidade e segurança, 2014, João Pessoa. 1º Encontro

Internacional de Estudos Foucaultianos: governamentalidade e segurança. João Pessoa: UFPB, 1. p. 1-16.

Lonardoni, Eliana; Gimenes, Junia Garcia; Santos, Maria Lucia dos & Nozabielli, Sônia Regina. (2006). O processo de afirmação da assistência social como política social. *Serviço Social em Revista*, 8, 2.

Lugones, María. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.

Louro, Guacira (2000). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

Luna, Willian Fernandes, & Bernardes, Jefferson de Souza. (2016). Tutoria como Estratégia para Aprendizagem Significativa do Estudante de Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 40(4), 653-662.

Lytard, Jean-Jacques. (1988). *O pós-moderno*. 3. ed. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio.

Lytard, Jean-Jacques. (1996). *Moralidades posmodernas*. Madrid: Editorial Tecnos.

Medrado, Benedito & Lyra, Jorge. (2015). *Produzindo memórias para alimentar utopias: Narrativas sobre uma organização feminista brasileira que, desde 1997, ousa trabalhar com homens e sobre masculinidades*. Recife, Instituto PAPAI.

McNamee, Sheila (2014). Construindo conhecimento/construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa. In C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (p. 105-132). Rio de Janeiro: Instituto Noos.

McNamee, Sheila & Gergen, Kenneth (Orgs.). *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Méllo, R.P.; Silva, A.A.; Lima, M.L.C.; Di Paolo, A.F. (2007). Construcionismo, Práticas Discursivas e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*; 19 (3), 26-32

Mesquita, Vanessa Oliveira (2015). *Políticas públicas: a construção das noções de pobreza no Programa Bolsa Família*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Minayo, Maria Cecília S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 10, 1, p. 23-26.

Moscheta, Murilo. (2014). A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social. In C. Guanaes-Lorenzi; M. Moscheta; C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento* (p. 23-48). Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Muchembled, Robert. (2014). *A História da violência: Do fim da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Nardi, Henrique Caetano. (2014). Nas bordas do humano: lutas pelo reconhecimento e capturas identitárias. In: Rodrigues, Alexsandro; Dallapicula, Catarina; Ferrejra, Sérgio R. da S. (Orgs.). *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação*. (pp. 213-225). Vitória: EDUFES, 4.

Nascimento, Vanda L. V.; Tavanti, Roberth M.; Pereira, Camila C. Q. (2014). O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: Spink; Mary Jane P.; Brigagão, Jacqueline I. M.; Nascimento, V. L. V.; Cordeiro, M. P. (Org.). *A produção de informação na pesquisa Social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.



Nogueira, Maria da Conceição. (2001). Contribuições do Construcionismo Social a uma nova Psicologia do Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-153. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16105.pdf>

Nogueira, Maria da Conceição. (2008). Palestras: “Ter” ou “fazer” o gênero: O dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. In GUARESCHI, N., org. Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo [online]. (pp. 220-253) Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>

Nogueira, Maria da Conceição. (2013). A Teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de "novas possibilidades" no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: A.L.C. Brizola; A.V. Zanella; M. Gesser. (org.) *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*. Florianópolis: Editora ABRAPSO. (pp. 227-248).

Núñez Noriega, Guillermo. (2008). Los “hombres” en los estudios de género de los “hombres”: un reto desde los estudios queer. In: Rarírez Rodríguez, Juan; Uribe Vázquez, Griselda (Coords.), *Masculinidades, el juego de género de los hombres en el que participan las mujeres*. México: Plaza y Valdés, p. 43-57.

Oliveira, João Manuel (2010). Os feminismos habitam espaços hifenizados – A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas? *ex aequo*, 22, p. 25-39.

Paixão, Gláucia Pereira (2011). Violência sexual e rede de atendimento: o olhar dos profissionais do CREAS. (Dissertação de Mestrado). Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba.

Parker, I. (2014). *Revolução na psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas, SP: Alínea Editora.

Pereira, Eliane Regina; Pegoraro, Renata Fabiana & Rasesa, Emerson Fernando (2017). *Quaderns de Psicologia*, 19, 3, 277-286.

Pedrosa, Claudia Mara & SPINK, Mary Jane Paris. (2011). A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. *Saude soc.* [online] vol.20, n.1, pp.124-135.

Platero, Raquel (Lucas). (2014) ¿Es el análisis interseccional una metodología feminista y queer?. In: Irantzu Mendia Azkue, Marta Luxán, Matxalen Legarreta, Gloria Guzmán, Iker Zirion, Jokin Azpiazu Carballo (eds.). *Otras formas de (re)conocer: Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. (pp. 79-85).

Potter, Jonathan & Wetherell, Margaret (1987). *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour*. London: Sage.

Pourriat, Eléonore. (2010). *Majorite Opprimee*. [Arquivo de Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kpfaza-Mw4I>.

Preciado, Beatriz. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), 11-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>

Prins, Baukje & Meijer, Irene C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167.

Rancière, Jacques. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

Rasera, E. F., Guanaes, C. & Japur, M. (2004). Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 157-165.

Rapizo, Rosana (2017). O trabalho com grupos e o construcionismo social: alguns elementos metodológicos e referências para a prática. In: Emerson F. Rasera; Karin Taverniers, Oriana Vilches Álvarez. (Org.). *Construccionismo Social en acción: Prácticas inspiradoras en diferentes contextos*. (pp. 67-92) 1 ed. Chagrin Falls, Ohio: Taos Institute Publications.

Rasera, Emerson Fernando, & Japur, Marisa. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 15(30), 21-29.

Rasera, E. F & Japur, M. (2007). Grupo como Construção Social: Aproximações entre Construcionismo Social e Terapia de Grupo. São Paulo: Vetor.

Rasera, Emerson; Guanaes-Lorenzi, Carla; Corradi-Webster, Clarissa. (2016). Pesquisa como prática social: o pesquisador e os "outros" na produção de conhecimento. *Athenea Digital* - 16(2), p. 325-347. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/viewFile/v16-n2-rasera-guanaes-corradi/1839-pdf-pt>

Ribeiro, Adriana Barbosa (2010). O psicólogo na proteção social especial: atuação junto às vítimas de violação de direitos no CREAS. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recuperado em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17487>

Ricoeur, Paul (1994). *Tempo e Narrativa*. Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, v.I.

Rich, Adrienne (2002). Notas para uma política de localização. In: Ana G. Macedo (ed.), *Gênero, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa, Cotovia, 15-35.

Rodrigues, Luciana; Rodrigues, Luciana; Guareschi, Neuza M. F. (2013). A Centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de Assistência Social. In: Cruz, Lílian Rodrigues da; Rodrigues, Luciana; Guareschi, Neuza M. F. (orgs). *Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc. p. 31-42.

Riessman, Catherine Kohler (2008). *Narrative Methods for the Human Sciences*. CA, USA: SAGE Publications.

Rohden, Fabíola. (2001). Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

Rosa, A. R., Tureta, C., & Brito, M. J. (2006). Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do construcionismo social. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 4(1), 41-52.

Rose, Nikolas. (2011). *Inventando nossos Selves: psicologia, poder e subjetividade*. Petropolis (RJ): Vozes.

Saffioti, Heleieth (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Salim, Natália Rejane; Soares, Glauce Cristine Ferreira; Brigagão, Jacqueline Isaac Machado & Gualda, Dulce Maria Rosa (2012). Os sentidos do cuidado no parto: um estudo intergeracional. *Cogitare Enferm.* 17(4), 628-34.

Salzano, Josefa T. (2004). Comentários sobre os "jogos de linguagem". *Integração*, ano X, nº 39. p. 377-381.

Santana, Aline Lopes de, Rocha, Marcelly Alpiano, Bernardes, Jefferson de Souza & Ribeiro, Maria Auxiliadora Teixeira. Estágio Curricular em Saúde e em Psicologia: Análise de Documentos de Domínio Público. *Athenea digital - Revista de Pensamiento e Investigacion Social*, 16(3), 507-537.

Santos, Cecília M.; Izumino, Wânia P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, 16.

Sawaia, Bader. (2001). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Scott, Joan. (1998). A invisibilidade da experiência. *Proj. Historia*, 16, 297-325. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183>

Shotter, John. (2017) Momentos de referência comum na comunicação dialógica: uma base para colaboração clara em contextos únicos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 57, 9-20.

Silva, Renato Jesus da & Guedes, Maria do Carmo. (2016). A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. *Psicologia Revista*. 24, 2, p. 181-197.

Simões, Júlio Assis, França, Isadora Lins, & Macedo, Marcio. (2010). Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. *Cadernos Pagu*, (35), 37-78.

Spink, Mary Jane P.; Gimenes, Maria da Gloria G. (1994). Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 149-171. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/6951/8420>.

Spink, Mary Jane. P. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Spink, Mary Jane P. (2013). *Psicologia Social e Saúde. Práticas, saberes e sentidos*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Spink, Mary Jane P.; Frezza, Ricardo M. (2013). Práticas Discursivas e Produção de Sentido. In: Spink, Mary Jane P. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Spink, Mary Jane P.; Menegon, Vera M.; Medrado, Benedito (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26 (1), p. 32-43.

Spink, Mary J. & Medrado, Benedito. (1999). Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.

Spink, Mary Jane P.; Aragaki, Sérgio Seiji and Alves, Marina Pigozzi. (2005). Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. *Psicol. Reflex. Crit.* [online], vol.18, n.1, pp.26-38.

Sposati, Aldaíza (1995). *Carta-tema: a assistência social no Brasil, 1983-1990*. São Paulo: Cortez.

Sposati, Aldaíza (2007). *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 3°. ed.. São Paulo: Cortez.

Sposati, Aldaíza; Falcão, Maria do Carmo; Teixeira, Sônia Maria Fleury. (1989). *Os Direitos (dos Desassistidos) Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

Spivak, Gayatri C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

St. George, S. (2014). Research within Our Everyday Reach: A Review of Research and Social Change: A Relational Constructionist Approach. *The Qualitative Report*, 19(25), 1-4. Retrieved October 01, 2017 from <http://nsuworks.nova.edu/tqr/vol19/iss25/3>

Stake, Robert E. (2003). Case Studies. In: Denzin, N.K. & Lincoln, Y. (eds). *Strategies of Qualitative Inquiry*. 2nd ed. London: Sage. p. 134-164.

Toneli, Maria Juracy Figueiras; Becker, Simone. (2010). A violência normativa e os processos de subjetivação: contribuições para o debate a partir de Judith Butler". In: *FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS*, 9, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, p. 1-8.

Tomm, Karl (1988). Interventive interviewing: Part III. Intending to ask lineal, circular, strategic, or reflexive questions? *Fam Process*. 1988 Mar;27(1), 1-15.

Torres, Abigail T. (2016). *Convívio, Convivência e Proteção Social*. São Paulo: Editora Veras.

Urta, Flávio. (2014). Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência. In: E. Blay (Org). *Feminismos e masculinidades. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica. p. 117-138.

Wieviorka, Michel. (2007), O novo paradigma da violência. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): p. 5-41.

ANEXOS



## ANEXO 1: Casos construídos

### CASO 01 - PAEFI

Uma família de uma mãe que vive com um filho adolescente de 14 anos, separada do pai desse garoto desde que ele tinha seis meses de idade. A queixa é de violência física e psicológica do pai contra o menino, durante as visitas nos finais de semana. Pela história que ela traz, ela é uma moça filha de usuários de droga. Os pais nunca foram protetivos. A abandonaram ainda adolescente com 12 anos. Ela foi morar sozinha, começou a trabalhar. E se não me engano, com 14, 15 anos, ela conheceu esse pai, o pai desse filho dela. Com seis meses de relacionamento ela engravidou. E diante de toda situação que ela vivia de dificuldades, amparada por amigos. Ela viu naquilo uma possibilidade de mudança de vida e foi viver com esse marido. Assim que eles passaram a morar juntos ela começou a perceber que ele tinha alguns comportamentos estranhos nele. Passaram a vir cobradores em casa e ela acabou descobrindo que ele era usuário de drogas também. Passou a agredi-la constantemente, psicologicamente. A diminuindo devido a vida que ela tinha antes dele. Colocá-la como submissa a ele, em virtude de que ela não tinha como prover a própria vida e de que ele seria o salvador dela. Passou a agredi-la fisicamente e daí quando o filho tinha seis meses de idade ela viu que realmente ela estava entrando em uma repetição da vida dela com os pais e resolveu se afastar. Com esse afastamento ela começou a receber ameaças de morte desse marido. Continuou sendo agredida, porque ele procurava ela constantemente. Ser ameaçada, ser humilhada por ele, mas, mesmo assim, ela recebeu apoio de amigos e se separou definitivamente dele. Apesar disso, o garoto sempre foi visitar os pais nos finais de semana. Quando o menino tinha 05 anos de idade, o pai arranhou uma nova companheira. Os dois queriam a guarda do menino porque julgavam que o menino seria muito melhor criado por uma família, com pai e mãe, do que por uma mãe solteira. Ameaçavam, continuavam ameaçando ela,

mas, mesmo assim, ela conseguiu se manter com o filho, porém ela nunca teve coragem de entrar na justiça pra cobrar pensão, pra cobrar as visitas sistemáticas, em virtude do medo que ela tem desse marido. Conversando com os pais dele. Ele morava com os pais aqui em Itajaí, e os pais se mudaram para outro município em virtude dos comportamentos violentos desse filho. Pelos relatos dela, ele é um homem além de violento extremamente controlador. As coisas têm que ser do jeito que ele quer. E isso ele exerce constantemente com o filho. Então, por exemplo, ele não deixa que o filho tenha o tipo de cabelo que o filho quer ter. Se ele acha que o cabelo não está como ele gosta ele raspa o cabelo do menino. O menino estuda numa escola desde a primeira série e quer se formar com a turma. O pai não quer que ele se forme, quer que ele vá para uma outra escola porque a irmã estuda nessa outra escola e ele ter que ir para outra escola. O menino não pode tirar nota abaixo de 8, se ele tira nota abaixo de 8, ele apanha desse pai. Então o pai exerce o controle total frente a esse filho. Hoje o menino tem 14 anos e nesse final de semana houve mais uma situação de violência. A mãe relata que eles batem muito na cabeça, qualquer coisa que acontece eles dão tapa na cabeça, tanto o pai quanto a madrasta. Ela não sabe dizer se a madrasta também tem essa linha perversa como esse pai ou se na realidade ela se sujeita em virtude da personalidade desse cara. Pela primeira vez o menino veio muito entristecido para casa, chorou bastante, contou pra ela as coisas que vem acontecendo desde os cinco anos, desde que a madrasta entrou nessa vida. A madrasta, pelo relato da mãe, é completamente também impositiva com o filho. Quando ele está, ele vira o empregado dela. “Pega isso, pega aquilo, vai lá, vem aqui”. E se ele demora um pouquinho pra fazer alguma coisa ele leva tapa na cabeça. E a última surra que ele levou foi porque ele foi se defender do tapa e ela foi chamar o pai, disse que ele tinha levantado a mão pra ela, conforme o relato da mãe, e em algum momento o celular do menino caiu e ele falou um palavrão, o pai veio, pegou um chinelo e deu uma surra nesse menino, mas ele disse que isso é frequente. Sempre acontece. Daí eu questionei pra mãe porque ela nunca entrou com esse processo da pensão, porque ele dá o que ele quer pra ela, quando quer. Ela disse que nunca quis se incomodar. Até abordei com ela essa

questão, perguntei se ela sente medo e daí ela falou que sim, que ela sente porque ela continua sofrendo ameaças e continua sofrendo violência psicológica por parte desse ex-marido. As vezes ela precisa que ele leve o menino para escola e ele vai na casa dela chama ela de tudo, ameaça bater e nunca chegou às vias de fato porque a mulher atua segura, diz que ele vai ser preso se ele fizer aquilo. Mas ele ameaça, diz que sabe onde ela trabalha, sabe que horas ela volta pra casa e que em algum momento ninguém vai estar vendo, então ela é bastante acuada. E o filho também tem bastante medo de se posicionar porque ele sente que se ele deixar de fazer as visitas ao pai, esse pai fazer algo contra essa mãe. Então o filho não consegue também ter um posicionamento de fato, ele não quer mais ver esse pai e ele não consegue mais se posicionar. Primeiro em virtude não ver mais os parentes, os avós e os tios que ele tem bastante vínculo e outro porque ele tem medo que esse pai possa fazer qualquer coisa contra essa mãe.

#### CASO 02 - PAEFI

A mulher sofria violência constantemente, foram casados por 18 anos, e ela sofria violência física e psicológica durante esse casamento. Em 2013, se não me engano, ou 2014, o na época marido, levou um colega, dizendo ser um colega de trabalho pra morar na mesma casa que eles e chamou essa mulher e falou “olha, você vai agora nos servir, vai limpar a casa, você vai lavar nossa roupa, fazer comida pra gente, não vai te faltar nada, mas você vai ter que ser praticamente nossa empregada.” E continuava a violência física e psicológica. Esse suposto colega de trabalho é, na verdade, um companheiro dele. Essa mulher tem dois filhos com ele, hoje com 12 e 10 anos, então na época eles deveriam ter 05 e 08 anos, mais ou menos, um menino mais novo e uma menina é a mais velha. As crianças presenciando toda essa violência também, todas essas falas. E a mãe resolveu se separar. Criou coragem e se separou. Ficou na casa, tem a medida protetiva, pela lei Maria da Penha, inicialmente ficou com a guarda das crianças, o pai tinha direito a visita. Depois em 2015 o pai perdeu o direito a visita, em 2016 retornou e numa visita de

férias eles ficaram mais tempo com o pai e voltaram pra casas revoltadas, falando pra mãe... E nesse tempo a mãe arrumou um namorado. Então voltaram falando pra mãe “Cadê o teu homem? Ele vai comer todo o teu dinheiro. Agora tu não quer mais saber da gente, agora tu só quer saber desse teu homem”. E na cabeça dessas crianças aquele homem que está morando com o pai é realmente só um colega de trabalho. Depois disso, acho que foi em março deste ano, a mãe perdeu a guarda das crianças, o pai ficou com elas. Faz alienação parental com os filhos, a mãe tem direito a visita desde que seja na casa do pai, mas ela tem a medida protetiva, ela não pode se aproximar dele, e como ela vai fazer essas visitas? Então ela vai até a escola, ela tenta ir até a escola pra ver essas crianças, mas a primeira vez que ela foi ver a menina, a menina rejeitou, nem olhou pra ela, passou direto. O menino teve a mesma atitude, só que com o menino ela insistiu fazer as visitas e com a menina ele está muito chateada, ela não quer, ela não se sente preparada para ir novamente ver a menina. Mas o menino ela vai toda semana, leva um lanche, leva um presentinho pra ele. Ele rejeita, as vezes ele pega, mas “aí, eu não pedi nada. Não vem mais aqui, eu não quero ver você”. A escola é totalmente a favor desse pai e a família do pai é totalmente a favor da mãe. Todo mundo tem medo desse cara. Então hoje as crianças estão com ele, sofrendo essa violência moral, porque ele afastou do convívio da mãe, da família, dos amigos. Negligencia tratamento psicológico e psicopedagógico, fono pra essas crianças, principalmente para o menino, que é quem mais precisa. E a mãe, além de ter sofrido essa agressão, essa violência durante os 18 anos, hoje ainda sofre, perdeu os filhos, perdeu a guarda dos filhos, eles não querem contato com ela e ainda se culpa muito. Às vezes ela liga pra cá chorando “aí eu fui ver o meu filho, mas ele me rejeitou. Realmente eu não posso namorar, porque é culpa minha. Eles estão assim porque eu estou namorando. Eles tem ciúme. Eles estão assim porque eu fiz alguma coisa”. Ela sempre retorna a ideia de que a culpada é ela. Ela retorna a ideia que o ex-marido colocou na cabeça dela, que ela é que a ruim, que é ela é a errada. E aí continua, mesmo separada, continua sofrendo violência psicológica.

## CASO 01 - MSE

Caso de uma adolescente que nasceu e reside em local de risco social. Sua mãe enquanto gestante era usuária de substância psicoativa, já tinha uma filha de um outro relacionamento que o pai assumiu a criação até a adolescência. A mãe da adolescente em questão não sabia quem era o pai da criança e veio a falecer quando a mesma tinha três anos de idade, ficando a guarda para os avós maternos. Havia o abandono afetivo da adolescente, o que a levou a usar a maconha a partir dos quatro anos e o crack a partir dos sete. Nos dias atuais apresenta comportamento carente no qual se envolve facilmente em relacionamentos amorosos. E ainda reside com os avós que não dão conta da educação.

## CASO 02 - MSE

É de um adolescente chamado Antônio, frisando muito o nome dele porque a história dele com o nome... é o nome do pai e também do avô e ele odeia isso. Ele disse que quando completar 18 anos vai entrar com um processo para mudar de nome. Esse adolescente veio pra gente por uma questão sexual de ato infracional. O que a gente quer falar dele? Ele é criado... ele perdeu os pais, uma situação que a gente descobriu porque era em paralelo com o PAEFI e tal, porque a história que o avô contou desde o início da medida, isso por que ele ficou um ano conosco, era que os pais eram falecidos... que tinham HIV e tinham falecido. E no final da medida a gente descobriu que não. Que houve uma briga, uma crise e o pai matou a mãe e depois se matou. Por causa disso a avó materno sempre rejeitou ele, também era pobre, muito pobre no Rio de Janeiro. Então ele veio morar com o avô, que é um funcionário da marinha. Aposentado, mas continua trabalhando que criou ele. Esse avô é extremamente rígido, tem um cunho religioso muito forte também ali, da religião deles. Ele é criado pelo avô e pela vódrasta. Todos os dilemas dele é dentro da sexualidade, porque ele é homossexual, por ele seria assumido, mas a família jamais vai permitir. Tanto que quando ele começou a demonstrar isso, o que para nós já era claro, ele foi tirado até da escola. Porque tirando da escola ele não

ia se envolver com as pessoas que o influenciavam ele a ser gay. Tinha uma questão do Antonio que ele demonstrava uma vontade de fazer certos cursos com a gente, como ele quis fazer o de embelezamento, só que a família não queria que ele se encaixasse nesse tipo de curso, porque ele era para meninas. Daí teve uma situação mais complexa no serviço em relação ao curso, mas até que deu certo, a gente chamou, ele conseguiu fazer, ele concluiu. Mas assim pra sociedade o avô não queria que ele demonstrasse a homossexualidade dele. Era sempre assim, ele tinha que fingir que ele era másculo. Ele se tornou marginal, na verdade, pelo avô. Se ele falasse que estava traficando ou assaltando, o avô ia dizer “Ai que bom, graças a Deus!”. Mas não podia ser homossexual. E o avô extremamente grosso com ele. Trava com uma rispidez muito grande. E só pra concluir, ele quando fizer 18 anos ele, o Antônio, tem vontade de mudar o nome dele para um nome feminino e passar a se chamar Brigitte, porque ele quer assumir. Hoje ele não pode. Ele até sondou com a gente a possibilidade de emancipação. Mas aí a Copesquisadora 03 explicou que se ele fosse emancipado ele perderia a pensão “E aí você vai fazer o que?” E aí ele recuou. A última notícia que se tem dele é que o avô desistiu dele e mandou ele para o Rio de Janeiro. Ele ainda estava com a gente quando aconteceu a primeira situação para mandar ele para a avó que mora em área de risco, de extrema pobreza, diferente da situação que ele tem aqui. Aqui ele está na classe média. Aí ele fugiu. Passagem comprada e tudo, e ele fugiu e ficou dois dias fora. Quando ele voltou o avô falou “Tá, ele não quer ir então não vai”. Mas até onde se sabe ele tinha ido pra lá e ficado lá um tempo e fez contato com ela agora, por esses tempos, por causa de um curso que a gente vai fazer e ele vai se encaixar, de barbeiro. Não sei se sabe se ele está aqui ou não.

## ANEXO 02 - MAPAS DIALÓGICOS

### MAPA DIALÓGICO 01 – PAEFI

Violência de Gênero	Expressões de Gênero e Masculinidade	Práticas
	<b>CP06:</b> Então...A situação é de uma família de uma mãe que vive com um filho adolescente de 14 anos, separada do pai desse garoto desde que ele tinha seis meses de idade.	
CP06: A queixa é de violência física e psicológica...	CP06: ...do pai contra o menino, durante as visitas nos finais de semana.	
	<b>CP06:</b> Pela história que ela traz, ela é uma moça, filha de usuários de droga. Os pais nunca foram protetivos. A abandonaram ainda adolescente com 12 anos.	
CP06: Passou a agredi-la constantemente, psicologicamente. A diminuindo devido a vida que ela tinha antes dele. Colocá-la como submissa a ele, em virtude de que ela não tinha como prover a própria vida e de que ele seria o salvador dela. Passou a agredi-la fisicamente...		
CP06: Com esse afastamento ela começou a receber ameaças de morte desse		

<p>marido. Continuou sendo agredida, porque ele procurava ela constantemente. Ser ameaçada, ser humilhada por ele...</p>		
	<p>CP06: Quando o menino tinha 05 anos de idade, o pai arranhou uma nova companheira. Os dois queriam a guarda do menino porque julgavam que o menino seria muito melhor criado por uma família, com pai e mãe, do que por uma mãe solteira.</p>	
	<p>CP06: Pelos relatos dela, ele é um homem além de violento extremamente controlador. As coisas tem que ser do jeito que ele quer. E isso ele exerce constantemente com o filho.</p>	
	<p>CP06: Ela não sabe dizer se a madrasta também tem essa linha perversa como esse pai ou se na realidade ela se sujeita em virtude da personalidade desse cara.</p>	
<p>CP06: A madrasta, pelo relato da mãe, é completamente também impositiva com o filho. Quando ele está, ele vira o empregado dela.</p>		



<p>“Pega isso, pega aquilo, vai lá, vem aqui”. E se ele demora um pouquinho pra fazer alguma coisa ele leva tapa na cabeça.</p>		
		<p>CP06: Daí eu questionei pra mãe porque ela nunca entrou com esse processo da pensão, porque ele dá o que ele quer pra ela, quando quer. Ela disse que nunca quis se incomodar. Até abordei com ela essa questão, perguntei se ela sente medo e daí ela falou que sim, que ela sente porque ela continua sofrendo ameaças e continua sofrendo violência psicológica por parte desse ex-marido.</p>
<p>CP03: A mulher sofria violência constantemente, foram casados por 18 anos, e ela sofria violência física e psicológica durante esse casamento. Em 2013, se não me engano, ou 2014, o na época marido, levou um colega, dizendo ser um colega de trabalho pra morar na mesma casa que eles e chamou essa mulher e falou “olha, você vai agora nos servir, vai limpar a</p>	<p>CP03: Então... é uma família também.</p>	

<p>casa, você vai lavar nossa roupa, fazer comida pra gente, não vai te faltar nada, mas você vai ter que ser praticamente nossa empregada.” E continuava a violência física e psicológica.</p>		
	<p>CP03: Esse suposto colega de trabalho é na verdade um companheiro dele.</p>	
<p>CP03: E a mãe resolveu se separar. Criou coragem e se separou. Ficou na casa, tem a medida protetiva, pela lei Maria da Penha, inicialmente ficou com a guarda das crianças, o pai tinha direito a visita.</p>		
	<p>CP03: Depois em 2015 o pai perdeu o direito a visita, em 2016 retornou e numa visita de férias eles ficaram mais tempo com o pai e voltaram pra casa revoltados, falando pra mãe... E nesse tempo a mãe arrumou um namorado. Então voltaram falando pra mãe “Cadê o teu homem? Ele vai comer todo o teu dinheiro. Agora tu não quer mais saber da gente, agora tu só quer saber desse teu homem”.</p>	

<p>CP03: Faz alienação parental com os filhos, a mãe tem direito a visita desde que seja na casa do pai, mas ela tem a medida protetiva, ela não pode se aproximar dele, e como ela vai fazer essas visitas?</p>		
	<p>CP03: Então ela vai até a escola, ela tenta ir até a escola pra ver essas crianças, mas a primeira vez que ela foi ver a menina, a menina rejeitou, nem olhou pra ela, passou direto. O menino teve a mesma atitude, só que com o menino ela insistiu fazer as visitas e com a menina ele está muito chateada, ela não quer, ela não se sente preparada para ir novamente ver a menina. Mas o menino ela vai toda semana, leva um lanche, leva um presentinho pra ele.</p>	
<p>CP03: Então hoje as crianças estão com ele, sofrendo essa violência moral, porque ele afastou do convívio da mãe, da família, dos amigos. Negligência tratamento psicológico e psicopedagógico, fono pra essas crianças, principalmente para o menino, que é quem</p>		

mais precisa.		
	<p>CP03: Às vezes ela liga pra cá chorando “aí eu fui ver o meu filho, mas ele me rejeitou. Realmente eu não posso namorar, porque é culpa minha. Eles estão assim porque eu estou namorando. Eles tem ciúme. Eles estão assim porque eu fiz alguma coisa”. Ela sempre retorna a ideia de que a culpada é ela.</p>	

### MAPA DIALÓGICO 02 - PAEFI

Violência de Gênero	Expressões de Gênero e Masculinidade	Práticas
<p>P: <i>Então vou fazer a pergunta inicial que todo estudo de caso começa: como e porque essas duas relações acontecem?</i></p> <p><b>CP05:</b> Acredito que pelo histórico de submissões e pela reprodução.</p>		
	<p>P: <i>Reprodução do que?</i></p> <p><b>CP05:</b> Tipo, é... ela, nesse segundo caso, talvez ela fosse uma pessoa que tivesse convivido com uma mãe que fosse dependente do pai, onde ela achasse que realmente ela devesse ser a mulher dedicada, teria que ficar ali servindo, e por isso ela demorou tanto tempo para</p>	

	ter coragem de sair daquela condição.	
	<p><b>P:</b> <i>Os dois casos se assemelham? Seria a mesma possibilidade como explicação?</i></p> <p><b>CP02:</b> No primeiro caso a gente vê a repetição da relação parental também né? Assim, de uma outra forma, mas na primeira situação a mulher, ela vai mais para o enfrentamento da situação. Mas repete a história com o companheiro, a história que ela viveu na infância. Até mesmo na questão do enfrentamento, saiu de casa como 11, 12 anos e daí se casou muito jovem, foi mãe muito jovem e daí se separou cedo também dessa relação.</p>	
	<p><b>CP07:</b> Segundo caso também tem uma questão cultural envolvida, porque se deu bem no interior, onde a mulher geralmente é submissa ao homem.</p>	
	<p><b>P:</b> <i>É mais no interior que a mulher é submissa ao homem? Existe essa separação entre interior e cidade?</i></p> <p><b>CP02:</b> Acho que a submissão feminina é culturalmente mais forte no interior.</p> <p><b>CP06:</b> Mas talvez no interior... é, no interior elas tenham menos possibilidade de pedir algum socorro. Como</p>	

	<p>passou numa reportagem, há umas duas semanas na RBS, sobre a violência contra mulher no interior. E aí falava justamente disso, que lá no interior elas têm menos possibilidades de sair, de fazer alguma denúncia, de pedir socorro. Parece que elas estão mais escondidas. Então eu vejo por esse lado também.</p>	
<p><b>CP10:</b> Também no segundo caso, a medida protetiva é pra ela, então não é ela que não pode se aproximar dele, é ele que não pode se aproximar dela.</p> <p><b>CP05:</b> Mas a partir do momento que ela chegar perto dele, ela faz cessar a medida. Ela contribui com isso.</p> <p><b>CP03:</b> Quando ela se aproxima, né?</p> <p><b>CP05:</b> Quando ela se aproxima, ela favorece com que a medida cesse.</p> <p><b>CP07:</b> Mas se a medida das crianças foi determinada na residência do pai...</p> <p><b>CP05:</b> São duas coisas diferentes. Ela teria que ter um advogado que entrasse com um processo e questionasse tudo isso, os fatos que estão acontecendo pra modificar.</p>		
<p><b>P:</b> <i>Diante de tudo isso, a violência acontece por uma questão cultural?</i></p>		

<p><b>CP02:</b> Acho que sim. Ela se reproduz por questões culturais.</p>		
<p><b>CP10:</b> Em ambos os casos aparece a questão do machismo.</p>		
	<p>CP10: O homem, no primeiro, a mulher tem que fazer o que ele quer, tem que ser submissa, se não ele usa violência em geral. E no segundo a mesma coisa. “Ah tu vai me servir, vai ficar aqui pra me atender. Vai ser minha empregada, não vai faltar nada pra ti, mas tu vai ter que ficar aqui pra me satisfazer.”</p>	
		<p><b>P:</b> E como a gente supera esse machismo enquanto possibilidade? Como é que a gente rompe para que a repetição não aconteça? Quais são as possibilidades que elas tem? Como vocês falaram em mais e menos oportunidades, quais vocês conseguem enxergar que consiga romper com esse machismo e essa repetição de violência, para que essas mulheres consigam superar essa violência?</p> <p><b>CP03:</b> Mudança de padrão de cultura, é o que eu acho. Acredito que vai muito além de uma mudança de comportamento. Mudar...</p> <p><b>CP02:</b> Mas a gente não tem poder pra isso...</p> <p><b>CP03:</b> Mudar uma</p>

		<p>cultura...</p> <p><b>P:</b> A gente quem?</p> <p><b>CP02:</b> A gente equipe de referência. Com as famílias não ter poder de mudar um padrão cultural. A gente tem como mudar o olhar sobre as famílias. Nosso comportamento perante o acompanhamento. Nosso olhar, nossos discursos. Mas o padrão cultural machista segue aí. Estamos todos inseridos nele, por mais que tenhamos um olhar diferenciado.</p>
	<p><i>P: Se estamos todos inseridos nessa cultura machista, vocês enquanto mulheres atendendo essas mulheres, como é que é pra vocês esse atendimento? O que resulta em vocês atender essas mulheres que sofrem violência? Sabendo, que, se todo mundo está inserido nisso, vocês enquanto mulheres também estão inseridas nesse processo... Em algum momento vem esse pensamento ou simplesmente ele não vem?</i></p> <p><b>CP02:</b> Pra mim vem o tempo todo. O quanto eu reproduzo os padrões machistas e o quanto as mulheres... o segundo caso fica bem claro, né? Ela tem um casal de filhos, um menino e uma menina, e ela vai tentar</p>	



	<p>visitar os filhos na escola. Ambos rejeitam ela, e a menina ela larga de mão e o menino ela continua insistindo. Então, isso pra mim fica bem claro a reprodução da mulher sobre a cultura machista. Isso me atravessa o tempo todo nos atendimentos. Como romper com essa lógica? A gente aponta, a gente tenta apontar isso, às vezes, com os usuários, em nossas reuniões de equipe também. Em nossas discussões de caso. Na própria discussão antes de a gente apresentar o caso levantamos isso sim, “mas olha que interessante...”.</p>	
	<p><i>P: E agora uma pergunta para os homens. Vocês enquanto homens atendendo as mulheres que sofrem violência de homens, como é que é pra vocês esse processo? Vem pra vocês que também estão inseridos nesse machismo?</i></p> <p><b>CP08:</b> Eu, às vezes sim, fico envergonhado do comportamento dos homens. Mas tem certas coisas ali que eu percebo que eu compartilho. Não a questão da violência radical, mas dos objetivos que os levaram a cometer a violência, pois isso está tão arraigado, a questão da opressão masculina que faz com que seja automático isso aí.</p>	

	<p><b>CP02:</b> E eu acho que a nossa própria prática de empoderamento feminino vai muito na onda machista, assim.</p> <p><b>P:</b> Como assim?</p> <p><b>CP02:</b> Empoderar mulher é estimular a autoestima... o embelezamento, pra que ela consiga conquistar outro macho. Isso me irrita profundamente.</p>	
		<p><b>P:</b> <i>Essas são as práticas que acontecem aqui?</i></p> <p><b>CP02:</b> Também, mas em todos os lugares.</p> <p><b>P:</b> Pensando na prática de vocês, é algo recorrente ou apenas uma possibilidade que existe?</p> <p><b>CP02:</b> Já houve... ah, eu não posso falar, né gente? Eu não estava aqui... Alguém pode falar? Há algum tempo teve um curso aqui, para mulheres vítimas de violência, que pelo que eu soube foi um pouco nessa onda. Da maquiagem... foi pro lado da estética. Mas eu não sei dar detalhes sobre o curso, porque eu não estava na época.</p> <p><b>P:</b> Produziu efeito?</p> <p><b>CP03:</b> Não. Eu não estava aqui na época, mas são as usuárias que eu acompanho hoje, a maioria delas, e foi só pra aquele momento. Depois elas não continuaram, não se interessaram por nada.</p>
	<p><b>CP03:</b> E vem bem essa fala da CP02. Uma das</p>	

	<p>       pessoas que participou disse: “ah, eu não to precisando arrumar homem, então eu não vou me maquiar”. É como se a beleza e autoestima não pra ela, mas sim pra um homem.     </p> <p> <b>P:</b> <i>Está sempre regulado pelo olhar masculino, seria isso?</i> </p> <p> <b>CP03:</b> Eu não sei como é que foi o curso, porque eu não estava aqui, eu não participei, então eu não posso falar qual foi a dinâmica ou qual foi o objetivo, mas o entendimento de algumas mulheres foi, das que eu acompanho, é esse. Que elas tinham que se maquiar para o homem. Ou “eu não posso me maquiar porque eu já tenho marido”. “Então se eu me maquiar a impressão que fica é que eu estou procurando outro.” Não sei qual foi a fala do curso, eu não sei nada. Mas esse foi o sentido...     </p> <p> <b>CP02:</b> Esse foi o resultado...     </p> <p> <b>CP05:</b> O entendimento foi esse.     </p>	
		<p> <b>CP02:</b> Eu acho que fica claro que não é uma intenção explícita das intervenções. A gente pensa em empoderamento feminino. Mas estamos tão dentro da lógica machista que pensando no     </p>

		empoderamento feminino a gente acaba reproduzindo essa lógica. É isso que eu vejo assim. O tempo todo a gente reproduzindo essa lógica tentando combater aquilo que é reproduzido.
<p><b>P:</b> <i>Na fala de vocês sempre veem as mulheres, mas e os homens que estão nessas relações? Até no relato de vocês veem “no relato dela”, “pela fala dela”. E onde estão as falas desses homens? Esses homens vem pro atendimento?</i></p> <p><b>CP05:</b> Ontem eu atendi uma situação que na verdade era o violador, suposto violador, de uma situação que a CP02 atende. Só que naquele momento eu fiz o acolhimento, ouvi toda a história dele e não cruzei, eu não sabia.</p>		
		<b>CP02:</b> Ele chegou por uma outra via, encaminhado pelo fórum, via acompanhamento familiar.
		<p><b>P:</b> <i>Ele só veio porque havia uma decisão judicial pra ele vir?</i></p> <p><b>CP02; CP05:</b> Não.</p> <p><b>CP05:</b> Ele veio encaminhado para orientação, porque ele já está em situação de rua...</p>
	CP05: ...E assim eu fiquei	

	analisando o tempo todo a situação dele como uma vítima na verdade...	
		<p>CP05: ...Eu fiquei pensando “Nossa, todos ficam falando da lei maria da penha, que é uma lei que protege a mulher, mas na verdade, eu estou sentindo na frente desse homem uma desproteção total em relação ao homem. Por que ele estava com muitos processos sem solução nenhuma. Todos praticamente à revelia, porque ela provocou, conseguiu um mandado, ele vivia acuado. Ele foi preso inúmeras vezes. Ele foi retirado assim de momentos em que ele estava socialmente, inclusive na presença dos filhos, por causa desse mandado, que fica mantido no sistema, né? Enquanto ela, na verdade, enquanto interessada não compareceu em uma audiência se quer. Então, ele devia estar ali com uns cinco processos de tantas reiteradas denúncias e na verdade ela nunca apareceu. Eu fiquei pensando, se ela nunca apareceu e eu ouvindo a história dele eu pensei, mas onde aconteceu esse rompimento de vínculo que desencadeou tanta raiva, tanto ódio.</p>
CP05: Até entrei no detalhe, perguntando se havia uma questão de		CP05: Então eu fiquei assim uma hora, resumindo pra encurtar o

<p>alcoolismo, uma questão de dependência química. Eu disse: “Olha, eu to aqui largando a caneta, largando o papel, e eu não vou registrar isso. Mas eu preciso ouvir do senhor porque o motivo de tanta raiva, porque tantas vezes ela acionou a justiça pra se proteger, quando na verdade o senhor está me colocando como vítima. O senhor é vítima?”, ele disse “Sou vítima! Eu nunca bati nela, eu nunca bebi...”</p>		<p>assunto, eu me senti assim, entristecida por saber que a mulher, as vezes tem uma lei que protege, mas no entanto eu vejo o homem também desprotegido, como nessa situação.</p>
		<p><b>P:</b> <i>Essa é uma situação. A maioria das situações tem esse mesmo relato? Do homem no papel de vítima também do processo?</i></p> <p><b>CP08:</b> Eu já atendi situações assim que a mulher conhecedora desses serviços, dessa teoria que a protege, ela faz uso pra prejudicar seu parceiro.</p>
		<p><b>P:</b> <i>Ela usa a lei maria da penha como um instrumento de violência contra esses homens?</i></p> <p><b>CP08:</b> Sim, não foram muitas situações, mas ocorre.</p>
<p><b>CP 02:</b> É pode ocorrer. O que eu vejo muito é a culpabilização da mulher. Isso acontece muito, assim. “Ah, eu me estressei, ela me encheu o saco, porque ela reclama. Porque não me deixa em</p>		

<p>paz”. Esse é um discurso bastante recorrente assim.</p> <p><b>CP10:</b> Até mesmo nos relatos a gente percebe, a gente acaba nem atendendo muito violência contra mulher, mas da demanda que a gente atende, em alguns casos, estava bem evidente. Nos relatos, a mulher é sempre... algo sempre aconteceu para que o homem pudesse tido a atitude de bater, usar agressividade, fazer uso de violência. Então, assim, não se fala muito do relacionamento em si, né, se fala muito na culpabilização, até um pouco mais da mulher do que do homem. O homem bateu, mas foi porque aconteceu alguma coisa. A mulher acabou fazendo alguma coisa...</p>		
	<p><b>CP03:</b> E até na fala da própria mulher. Tem a fala do homem “eu explodi porque ela se passou”, mas também tem a fala da própria mulher “ah, eu apanhei, mas também eu fiz tal e tal coisa”, “mas eu errei”. Em muitas falas que eu escuto estão relacionadas a isso.</p> <p><b>CP 10:</b> Procurando uma justificativa porque...</p> <p><b>CP 11:</b> Ou falam que é porque usa droga, porque ele bebe...</p> <p><b>CP 06:</b> Um relato que eu ouço muito é que quando ele não está drogado ou</p>	

	bêbado ele é muito bom... <b>CP 10:</b> Ah é...	
		<p><b>P:</b> <i>Pensando nisso que a gente está falando, o que vocês oferecem a essas mulheres e a esses homens enquanto possibilidade de atendimento? (Silêncio)</i></p> <p><i>Na prática de vocês, o que é ofertado que pode construir ou desconstruir novas relações? Em algum momento essas mulheres entram em contato umas com as outras? Ou sempre é atendimento individual? Esses homens também são atendidos no individual ou no coletivo?</i></p> <p><b>CP 02:</b> Hoje os atendimentos são individuais. Com relação à situação de violência, sobretudo com relação a violência contra a mulher... Porque o idoso e a criança e adolescente, a gente acaba precisando envolver mais toda a família...</p>
	<b>CP02:</b> ... A violência contra a mulher, muitas vezes, é mais fácil trabalhar só a vítima, né? Assim, entre aspas, a vítima.	
		CP02: E a gente tem discutido muito essa questão de que um olhar sobre a vítima não é suficiente, precisa olhar sobre a relação. Estamos começando a pensar nesse



		<p>momento um grupo fechado com um número específico de encontros, com temáticas pré-definidas, pra trabalhar essas relações de violência relacionadas ao uso de substância. É nossa primeira proposta de trabalho em grupo que ainda estamos idealizando.</p>
		<p><b>P:</b> Mas aí quem participa são as famílias, ou usuários que sofreram a violência, ou todos, quem praticou a violência também? Como que vocês pensaram?</p> <p><b>CP02:</b> Eu acho que a nossa intenção é trazer o maior número de membros da família, não só as vítimas, não só... a gente tem... a gente não fez, não sabemos ainda como vai ser a questão da adesão, assim. Mas a ideia é inclusive trazer o CAPS-Ad como parceiro, pra gente trabalhar mesmo os dois lados da moeda. Trabalhar a relação e ver como a relação pode romper a violência dentro da relação, de um lado e do outro. Sem culpabilizar ninguém, sem vitimizar ninguém. No sentido de contribuir para que essas relações sejam menos violentas. Mas ainda estamos idealizando.</p>
<p><b>P:</b> <i>Uma outra questão que eu venho pensando junto quando vocês trazem</i></p>		

<p><i>violência contra crianças, adolescentes e idosos que também são público de vocês e em decorrência do uso de substâncias químicas. Até que ponto isso não é reforçado pelas identidades de gênero? Criança, adolescente e idoso a gente coloca como se não tivesse gênero, até que ponto essa violência sofrida por eles também é uma violência de gênero?</i></p> <p><b>CP 06, 11:</b> Com certeza.</p> <p><b>P:</b> <i>Me parece muito distanciado, como se fosse uma outra violência, como se não estivesse ligado ao machismo, ao cultural. Vocês conseguem ver conexões com a cultura do machismo? Criança, adolescente, idoso, possuem gênero ou não?</i></p> <p><b>CP 10:</b> Penso que sim. Também está associado a questão de gênero.</p>		
<p><b>CP02:</b> Está tudo associado né? A própria questão do uso de substâncias mais associado ao gênero masculino. A violência mais associada ao gênero masculino. Está tudo associado e daí a questão do uso de substâncias dentro de famílias que envolve idosos, mulheres, crianças e adolescentes, como o conflito geracional influencia nesse olhar... por que muitas vezes a gente atende situações que</p>	<p><b>CP02:</b> ...por que...  <b>CP 05:</b> Não há aceitação.  <b>CP02:</b> A mulher não aceita. Porque a mulher tem mais preconceito ao uso de substâncias, pra mulher é mais proibido do que pro homem. O homem pode se aventurar mais no uso de substâncias do que a mulher. Então, eu acho que está tudo relacionado. Não tem como a gente desprender uma coisa da outra, assim. Por isso a ideia desse grupo</p>	

<p>existe uso de substâncias, mas não é um uso prejudicial, é um uso recreativo. E só o fato de ter uso de substâncias já gera o conflito,</p>	<p>inicialmente era trazer as famílias como um todo, porque dentro deste contexto da relação a gente vai conseguir encontrar outras temáticas específicas para trabalhar com essas mesmas famílias e com outras possíveis.</p>	
		<p><b>P:</b> É possível manter uma posição crítica fora daqui, no cotidiano, depois que bate-se o ponto? Ou acaba-se escorregando e quando vê já reproduziu essas práticas que a gente conversou aqui.</p> <p><b>CP02:</b> Eu acho que acontece o contrário. As nossas visões de mundo influenciam as nossas práticas. A gente pode ter o discurso de um posicionamento crítico, mas se a gente tem uma visão de mundo mais enquadrada vamos escorregar na prática.</p> <p><b>CP08:</b> A gente tende a compreender as famílias como um grupo social como um outro qualquer, como de trabalho por exemplo. Na verdade não é. As famílias, na minha compreensão, o que permite que elas estejam agrupadas, são questões profundas. A coisa é bem mais pesada. São relações de amor, questões bem mais profundas. Talvez nossas práticas estejam muito sustentadas em compreende-las como um grupo social qualquer, e aí</p>

		é claro que a gente se frustra...
<p><b>CP08:</b> ...Parece cruel dizer isso, mas de repente o que está mantendo aquele relacionamento é aquela prática de violência.</p> <p><b>P:</b> <i>Sem essa violência não existiria aquele relacionamento?</i></p> <p><b>CP08:</b> Sim.</p>		
		<p><b>P:</b> Até que ponto nos sentimos autorizados a mexer nos relacionamentos familiares nesta profundidade?</p> <p><b>CP02:</b> É o que me tira o sono a noite. Quem sou eu? É o que tem me tirado o sono...</p> <p><b>CP10:</b> Ou aquela pergunta: O que estamos fazendo aqui?</p> <p><b>CP02:</b> Uhum.</p> <p><b>CP10:</b> Porque várias vezes a gente se pergunta.</p> <p><b>P:</b> Quais são as respostas que vem quando se perguntam sobre isso?</p> <p><b>CP02:</b> As nossas respostas hoje ainda são respostas muito legalistas.</p> <p><b>P:</b> Tipo?</p> <p><b>CP02:</b> Tipo, tem o ECA, o que gente precisa...</p> <p><b>CP10:</b> Fazer para proteger</p> <p><b>CP02:</b> para Garantir o direito a vida. A gente precisa proteger. A gente precisa proteger o idoso, a gente precisa prezar pela</p>

	<p>vida. Prezar pela dignidade.</p> <p><b>CP10:</b> Tem uma medida protetiva, tem que cumprir.</p> <p><b>CP08:</b> A gente compreende num nível, mas as nossas intervenções tem que ser em outro. A gente está comprometido com uma visão de mundo.</p> <p><b>CP02:</b> Nossas práticas são invasivas. A gente invade.</p> <p><b>P:</b> A gente quem? Que prática invasiva é essa?</p> <p><b>CP02:</b> É um paradoxo. Na verdade a gente invade, a gente tem uma prática invasiva com uma parcela da sociedade, da população. Que é a parcela pobre. Com a parcela pobre a gente se dá o direito de fazer uma visita domiciliar sem avisar. A gente entra na casa deles. A gente investiga. E daí é um posicionamento do Estado.</p> <p><b>CP03:</b> Diz como eles tem que se comportar. O que eles devem fazer.</p> <p><b>CP09:</b> Nós dizemos isso baseados em legislações, em regras da sociedade. Mas a gente está invadindo, está entrando na casa deles, na vida deles.</p> <p><b>CP02:</b> E a gente só se autoriza fazer isso com essa parcela pobre da população.</p> <p><b>CP03:</b> Como se eles não fossem capazes de gerir a própria vida. Nós a</p>
--	--

	<p>serviço do Estado.</p> <p><b>CP02:</b> E aqueles que não nos autorizam daí a gente manda um relatório para o Ministério Público.</p> <p><b>CP09:</b> Ou para o Judiciário, para o Judiciário obrigar de alguma forma.</p> <p><b>P:</b> Essa é a questão da não adesão?</p> <p><b>CP10:</b> Quem não adere a gente manda “canetiá”.</p>
	<p><b>P:</b> Como vocês estão trazendo a questão de invadir o espaço de uma parcela da população, pobre e em extrema pobreza, quem aqui é representante, ou em algum momento foi representante, desta parcela da população? Ou todo mundo aqui vem da classe média?</p> <p><b>CP05:</b> Eu sou da classe pobre. Meu pai era alcoólatra, nunca permitiu que minha mãe trabalhasse. Meu pai nunca pediu um aumento na empresa em que trabalhava. Então, assim, morava em casa de aluguel. Quando chovia a casa saía de cima da sapata e ia dentro da água. Tive um vô que morou junto com a gente, minha avó tinha falecido, ele também era alcoólatra. Ele caía nos valos e a gente ia buscar. Quando ele recebia o INSS a gente tinha que localizar ele no centro, por que ele se</p>

		<p>perdia nos bares. Eu venho de uma família bem pobre.</p> <p><b>CP08:</b> Eu também venho de uma família bem pobre. Não era miserável, mas era pobre.</p> <p><b>P:</b> Vocês que vieram deste lugar que é onde se invade hoje, vocês percebem que existe um olhar diferente ou já foram apropriados deste olhar legalista? Ou seja, vocês olham para estas famílias de um jeito diferente daqueles que vem da classe média, por exemplo?</p> <p><b>CP08:</b> Eu me vejo como atendendo dois senhores. Compreendendo como aquela família vivencia aquela situação ao mesmo tempo que sendo técnico representando uma outra ideia...</p> <p><b>CP05:</b> Uma outra classe.</p> <p><b>CP08:</b> E eu vejo o que tem me mobilizado, assim. Uma coisa não deixa a outra prosseguir.</p> <p><b>CP02:</b> Pra mim, embora eu nunca tenha estado neste lugar efetivamente, a educação que eu recebi sempre me fez olhar para isso.</p>
--	--	--

### MAPA DIALÓGICO 01 - MSE

Violência de Gênero	Expressões de Gênero	Práticas
	<b>PM05:</b> A gente vai	

	<p>chamar esse adolescente de Antônio. A gente frisa muito o nome dele porque a história dele com o nome... é o nome do pai e também do avô e ele odeia isso. Ele disse que quando completar 18 anos vai entrar com um processo para mudar de nome. Esse adolescente veio pra gente por uma questão sexual de ato infracional.</p>	
<p>CPM05: Que houve uma briga, uma crise e o pai matou a mãe e depois se matou. Por causa disso a avó materno sempre rejeitou ele, também era pobre, muito pobre no Rio de Janeiro.</p>		
	<p>CPM05: Esse avô é extremamente rígido, tem um cunho religioso muito forte também ali, da religião deles.</p>	
	<p>CPM05: Todos os dilemas dele é dentro da sexualidade, porque ele é homossexual, por ele seria assumido, mas a família jamais vai permitir. Tanto que quando ele começou a demonstrar isso, o que para nós já era claro, ele foi tirado até da escola. Porque tirando da escola ele não ia se envolver com as pessoas que o influenciavam ele a ser gay.</p>	
	<p>CPM01: Aí tinha uma questão do Antonio que ele demonstrava uma vontade de fazer certos cursos com a gente, como</p>	



	ele quis fazer o de embelezamento, só que a família não queria que ele se encaixasse nesse tipo de curso, porque ele era para meninas.	
	<b>CPM06:</b> E só pra concluir, ele quando fizer 18 anos ele, o Antonio, tem vontade de mudar o nome dele para um nome feminino e passar a se chamar Brigitte, porque ele quer assumir. Hoje ele não pode.	

### MAPA DIALÓGICO 02 - MSE

Violência de Gênero	Expressões de Gênero e Masculinidade	Práticas
<p><i>P: a pergunta para disparar a conversa é “Como e porque essas situações acontecem?”</i></p> <p><b>CPM03:</b> Na verdade são várias as causas. Desde o contexto socioeconômico deles, de repente essa mãe quando estava grávida bebeu. O relacionamento afetivo que ela tinha na época. A falta de estrutura emocional para ter uma filha naquele momento de vida. Que foi uma gravidez já indesejada. A própria questão da saúde da mãe que já era usuária de substâncias psicoativas.</p> <p><b>CPM04:</b> Eu vejo muito forte a área de risco social.</p>		

	<p><b>P:</b> O caso um vocês trazem que é uma menina e o dois como um menino. Mas eu entendo que o dois também é uma menina. Uma menina trans.</p> <p><b>CPM07:</b> E a menina também é homossexual?</p> <p><b>CPM03:</b> Não.</p> <p><b>CPM07:</b> Mas onde envolve gênero?</p> <p><b>CPM01:</b> Mas eu acho que quando vocês pensaram neste caso foi por conta do relacionamento amoroso com alguém. Ela troca constantemente de relacionamento. Ela não tem um valor sobre relacionamento entre homem e mulher, assim, um casal.</p> <p><b>CPM04:</b> Acho que o forte ali nem é a questão da troca. É a questão que ela se lança muito rápido nos relacionamentos.</p>	
<p><b>CPM03:</b> Por essa dependência afetiva dela, ela se seduz, se deixa se seduzir muito fácil. Ai entra a questão que ela sofre de violência por conta disso. Buscando um carinho ela acaba sofrendo violência física, psicológica.</p>		
<p><b>P:</b> <i>Então por conta dessa carência ela sofre violência. Vocês vem como culpa dela ou é porque os meninos são mais violentos mesmo?</i></p>		

<p><b>CPM01:</b> A gente até comentou que tem dois deles são adolescentes que cumprem medidas também. Ela acaba ficando nesse círculo. Quando a gente conheceu o primeiro a gente pensou “Ai meu Deus, quem é? É o mesmo adolescente!”. Depois o segundo, de novo.</p> <p><b>P:</b> <i>Não é porque ela é culpada. Mas por ela ser carente e os meninos serem violentos existe esse encontro.</i></p> <p><b>CPM04:</b> Faz parte da realidade daquele contexto em que ela vive.</p>		
	<p><b>P:</b> <i>Eu estava pensando aqui no segundo caso. Vocês trazem que o avô é grosso, que quer mandar embora. Quais os efeitos da violência masculina nos casos que vocês acompanham? Essa figura masculina rígida aparece nos casos?</i></p> <p><b>CPM04:</b> Quando há uma figura masculina ela é rígida.</p> <p><b>P:</b> O comum é não haver?</p> <p><b>CPM04:</b> Não, não é que não tem. Mas é que é meio a meio? Geralmente é a mãe que acompanha.</p> <p><b>CPM05:</b> Os pais nunca querem vir.</p> <p><b>CPM02:</b> É raro um deles vir.</p> <p><b>CPM01:</b> Eles não querem</p>	

	saber, isso é fato.	
	<b>CPM04:</b> Envolve até o consumismo. Por que a gente vê que tem até uma condição financeira boa, tem o básico, mas aí a mãe mima demais o filho, ela não dá limites, aí depois que chega na adolescência não dá mais conta de suprir as necessidades materiais dele.	
	<b>CPM03:</b> Como um menino que eu atendi semana passada, o pai disse: “Eu conserto. Mas aí vai pra casa da mãe dele e ela estraga de novo e manda pra mim. Como se fosse um brinquedo, ela estraga e eu conserto.” Foi uma fala que me marcou muito: “Eu faço ele ir pra escola, eu vou na escola ver se ele está indo. Ele tem que cumprir os deveres dele, pois aqui em casa todo mundo tem regra. É limpar uma parte da casa, fazer comida ou esquentar. Lá na mãe dele é muito solto, porque tadinho. Aconteceu o que aconteceu onde? Na casa da mãe dele. Por que lá em casa ele é totalmente diferente.”	
		<b>P:</b> Como que é pra ti enquanto homem atender esses meninos que vem, essas mães que vem? Como é que tu se vê nessa relação? <b>CPM07:</b> Sinceramente eu não consigo perceber essa

		<p>diferença entre ser uma figura masculina ou feminina. Eu sempre bati nesse ponto. Quando a gente aqui houve “Vou deixar para você atender porque essa pessoa precisa de uma figura masculina”. Acho que precisa tanto da figura masculina quanto da feminina também. Ambos os sexos podem atender o menino e a menina, podem contribuir. Não porque eu sou homem eu vou poder contribuir mais ou menos, entende? Acho que nós como psicólogos somos preparados para atender ambos os gêneros, né? Então eu não vejo diferença, não vejo dificuldade nenhuma de atender menino ou menina. Pra mim eu vejo da mesma forma.</p>
<p><b>CPM07:</b> Por conta da cultura machista.</p>	<p><b>P:</b> E na maioria dos atendimentos, são mais masculinos ou femininos que são atendidos?  <b>CPM01, 02, 04:</b> Masculinos.  <b>P:</b> Porque vem mais meninos? Mais masculinos?  <b>CPM01:</b> Por que eles cometem mais atos infracionais...</p>	
	<p><b>CPM01:</b> O interessante é que a gente não tem menina em tráfico, né? É tudo menino, menina não comete tráfico. Quando vem menina é por roubo.</p>	

	<p><b>CPM04:</b> Quando vem por tráfico é porque assumiram pelo namorado.</p>	
	<p><b>P:</b> O que o tráfico diz sobre isso?  <b>CPM01:</b> Pois é, eu nunca tinha pensado nisso.  <b>CPM03:</b> Acho que pra desafiar, pra mostrar que ele comanda. Justamente por conta dessa cultura machista.  <b>CPM07:</b> Por poder.  <b>CPM03:</b> Por que ele comanda aquela área. Ele é o patrão.  <b>CPM07:</b> Por que ele tem que prover o sustento.  <b>CPM03:</b> Por que dai assim, as meninas pensam “nossa, vou ficar com o patrão”.</p>	
	<p><b>P:</b> Quais os efeitos que isso produz sobre os atendimentos? O que vocês tem feito para transformar essa realidade?  <b>CPM07:</b> Com relação ao gênero, não existe distinção relacionado a encaminhamentos.  <b>CPM01:</b> É familiar primeiro e depois individual. Como no caso dois, o educador começou a ver a questão da sexualidade, falou com ele, falou com o avô, conseguiu que ele fizesse o curso. Por que cada caso é um caso.</p>	

<p><b>CPM04:</b> No caso um eu tentei refletir com ela sobre a situação que ela estava vivenciando naquele momento, violência psicológica, principalmente. Ele estava levando ela pra fazer assalto, porque ele já estava com 18 anos e estava assinando uma PSC de adulto e ele estava usando ela. Ela estava cega, eu jamais poderia dizer pra ela abertamente que ele não era bom pra ela. Ela tentou fazer um curso de mecânica de moto e quando chegou lá era só menino, ele já fez ela ir pra casa com ele.</p>		
	<p>P: Por ter mais meninos em atendimento eu acreditei que iríamos falar mais sobre masculinidade, mas vocês trouxeram o caso de duas adolescentes, da Brigitte e de outra que não foi dado o nome. Faz sentido isso para vocês?</p> <p><b>CPM04:</b> Eu fiz um atendimento essa semana que ficou bem claro que o adolescente foi encaminhado para uma PSC e eles estavam limpando o ambiente porque havia tido uma festa. Aí a pessoa pediu para ele tirar o lixo do banheiro e aí gerou toda uma situação que ele não disse que não ia limpar e foi embora. Nessa semana ele veio para o</p>	

	<p>atendimento e disse: Eu não vou limpar o banheiro, porque na minha casa eu não limpo nada. E aí eu chamei a mãe e ela disse que ela também não queria que ele fizesse aquilo por que em casa ele não faz nada, aí eu perguntei quem é que limpa a casa de vocês “minha mãe”, fica bem a clara a questão do machismo.</p> <p><b>CPM03:</b> Que é obrigação da mulher limpar a casa.</p> <p><b>CPM07:</b> Quando foi falado em gênero eu pensei que estava mais ligado a questão sexual. Mas para romper a cultura do machismo vai demorar décadas. Não vai ser assim de uma hora para outra, não vai ser assim.</p> <p><b>CPM03:</b> Tem que ser muito trabalhado e com certeza vai demorar. A gente sempre pergunta como é a rotina em casa, se ajuda, a maioria responde “é, quem faz as coisas é a minha mãe! Eu assisto televisão, saio para jogar futebol.” Sempre fica aquela coisa machista, os homens futebol e as mulheres a casa.</p> <p><b>CPM04:</b> E tem algumas mães se colocam nessa posição.</p> <p><b>CPM03:</b> Ah, sim.</p> <p><b>CPM04:</b> Que é função delas.</p> <p><b>CPM03:</b> Que meu filho é macho e não vai fazer isso.</p>	
--	---	--



	<p><b>CPM03:</b> Na verdade, assim, isso é uma coisa a se pensar, já que na maioria dos casos quem cria os filhos? É a mãe. Então assim, até um dia eu comentei com uma amiga que ninguém compra uma bola de futebol para uma menina, compra uma boneca, com filhinho, aquela que faz cocô, que tem que limpar, trocar a fraldinha. Compra uma cozinha, que daí ela vai ser uma boa dona de casa e pro menino ninguém dá uma boneca para um menino, e compra jogo de ação, de estratégia, para ele ser mais inteligente. Isso a gente percebe que desde pequeninha ela é preparada para ser uma boa dona de casa, uma mãe zelosa, aquela que cuida da casa...</p> <p><b>CPM07:</b> Bela, recatada e do lar.</p> <p><b>CPM03:</b> Sim. E a gente acaba fazendo isso também.</p>	
		<p><b>P:</b> E aqui? Por exemplo, os cursos são pensados por gênero?</p> <p><b>CPM01:</b> Não, é ofertado para todos. A gente sempre tem mesclado, independente do curso. Mas quando envolve algo mais braçal os meninos acabam aderindo mais e quando é estética as meninas acabam aderindo</p>

		<p>mais. Pensando nisso, já que estamos pensando a metodologia do serviço, essa questão do machismo a gente pode trabalhar nos grupos, em um dos encontros. Pensar também em como inserir os pais no atendimento, mesmo quando eles não vem, pensar em um jeito de que eles participem. Mesmo com a justificativa das mulheres “O pai trabalha, por isso que vem eu”.</p>
--	--	---

## APÊNDICE A



Você está sendo convidado (a) à participar, como voluntário (a), na pesquisa que tem como título **“Através do Espelho: Gênero e Masculinidade nas práticas discursivas da Equipe Técnica do PAEFT”**. Esta pesquisa está associada ao projeto de mestrado de David Tiago Cardoso do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da Prof. Dr. Adriano Beiras.

Esta pesquisa tem como objetivo principal problematizar as práticas discursivas das equipes técnicas que atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, por meio dos repertórios de sentidos de gênero e masculinidade que possibilitam ou impossibilitam o trabalho social com sujeitos em contexto de violência de gênero. No Brasil, a política pública de Assistência Social é protagonista no atendimento a sujeitos que sofreram ou ainda sofrem com a violência em seu contexto de vida, seja ela psicológica, física ou sexual. Neste contexto de atendimentos, refletir sobre as práticas de trabalho e o modo como estes sujeitos são acolhidos com suas demandas se faz necessário, é o que propõe a Norma Operacional Básica de Assistência Social e, assim, o que pretendemos com essa pesquisa.

Durante a pesquisa você participará de uma oficina com quatro encontros de no máximo duas horas cada, em horário, dia e local mais convenientes para você. Ressaltando que você não é obrigado a participar de todas as atividades propostas na oficina, bem como está garantido o seu direito de desistir do estudo em qualquer fase em que ele se encontre. A oficina será gravada em áudio e vídeo para facilitar a análise dos dados.

A partir dessa pesquisa, como benefício, você poderá contribuir para ampliar o conhecimento sobre gênero, masculinidade e o trabalho social com famílias no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, fazendo parte da

conscientização da sociedade a respeito da natureza da construção do conhecimento científico.

Durante a oficina e o processo de pesquisa aspectos desagradáveis podem acontecer. Segue alguns possíveis danos da pesquisa: cansaço ou aborrecimento ao fazer atividades; constrangimento ao se expor durante a realização da oficina; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante a gravação áudio-visual; alterações na autoestima provocadas pela reflexão sobre o trabalho realizado no cotidiano profissional; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sua prática profissional e seu ambiente de trabalho. Caso você identifique que exista a necessidade, todo o auxílio psicológico será disponibilizado.

Os pesquisadores serão os únicos a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo, porém sempre existe a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que involuntário e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Desse modo, a quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional, é um risco que deve sempre ser reconhecido e informado à você. Caso você experiencie danos materiais ou morais decorrentes da pesquisa, inclusive relacionados à quebra de sigilo, você tem o direito de recorrer judicialmente por indenizações.

Durante os procedimentos de coleta de dados você estará sempre acompanhado pelo pesquisador, que lhe prestará toda a assistência necessária ou acionará pessoal competente para isso. Caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos ou sobre o projeto você poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento pelo telefone ou e-mail abaixo. Os dados da pesquisa serão apresentados no ano de 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina, sendo assim você poderá, caso haja interesse, participar da apresentação.

Sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Ao decidir deixar de participar da pesquisa você não terá qualquer prejuízo no restante das atividades.

Duas vias deste documento estão sendo rubricadas e assinadas por você e pelo pesquisador responsável. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

A legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisa. Para participar da pesquisa destacamos a importância de estar acontecendo em um local de fácil acesso para você, portanto você não terá nenhuma despesa advinda da sua participação na pesquisa.

Caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, você será ressarcido. Portanto, se acontecer algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada. O pesquisador responsável, que também assina esse documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução CNS 510/16, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Você poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (47) 992083494, email [cardosodt@gmail.com](mailto:cardosodt@gmail.com), endereço profissional Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-970. Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 e email [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br).

Este documento foi elaborado em duas vias e todas as suas páginas devem ser rubricadas pelas partes interessadas.

Eu, \_\_\_\_\_, RG, \_\_\_\_\_, li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

Local e Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Contato com os pesquisadores responsáveis:

\_\_\_\_\_  
Prof.Dr. Adriano Beiras  
adrianobe@gmail.com

\_\_\_\_\_  
David Tiago Cardoso  
cardosdt@gmail.com